

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PUC-SP**

**Regina Paulinelli**

**Experiências do Comum em condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida: os  
afetos que marcam os encontros**

**MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**SÃO PAULO**

**2019**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**Regina Paulinelli**

**Experiências do Comum em condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida: os afetos que marcam os encontros**

**MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, sob a orientação da Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia.

**SÃO PAULO**

**2019**

Regina Paulinelli

Experiências do Comum em condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida: os afetos  
que marcam os encontros

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
como exigência parcial para obtenção do título de  
Mestre em Psicologia Social, sob a orientação da  
Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia.

Aprovada em: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

---

---

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, sob o número de processo 88887.204216/2018-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001, under the case number 88887.204216/2018-00.

## AGRADECIMENTOS

Diante de tantos agradecimentos a serem feitos, preocupa-me nomear pessoas e esquecer de mencionar alguém. Falha imperdoável essa. Então, antecipo-me e peço que me perdoem, se, porventura, deixar de citar o nome de alguém que esteve presente em minha trajetória até esse ponto.

Agradeço aos meus familiares: minha mãe Alzira e meu pai Ailton (*in memoriam*), meu irmão Jorge e minha irmã Sonia, a vida não foi fácil para nós, mas ficamos bem porque soubemos nos apoiar. Meus lindos sobrinhos: Danielle, André (que também é afilhado) e Letícia, vocês me inspiram e tornam minha vida leve e divertida. Ao Alexandre, à Christina e ao Renan, que vieram se juntar à nossa família.

Não posso deixar de mencionar tios e tias, primos e primas, avôs e avós que tanto nos ajudaram, principalmente naqueles idos anos da infância.

À Mercedes, que me ensinou a pensar criticamente e me tornar consciente de minha condição política.

Aos companheiros educadores pela força na hora de enfrentar tantos desafios em cada comunidade pela qual passamos: Denise, Toninho, Gerson, Paulinha, Tania Tomie, Telma, Rosi, Marilda, Cris, Gis, Soró, Jane, Carlos Bernardes, Patrícia e tantos outros.

Aos queridos alunos e alunas de tantos anos de lida nas comunidades, jovens maravilhosos e suas famílias, sempre tão carinhosos que me ensinaram os muitos caminhos.

Aos companheiros de trabalho, Brenno, Braulio pela preciosa ajuda com a tradução para a língua inglesa e aos outros que compartilham comigo todos os dias os potenciais e dilemas da educação profissional: Galassi, Tania, Elza, Moacyr, Juliana, Márcio, Laura, Dulci, Fernanda, Roberta, Roger, Élica, André, Mariana, Talita e tantas outras pessoas.

Agradeço muito à minha orientadora, querida professora Bader Sawaia, por tanta generosidade, respeito e carinho que demonstra para com todas as pessoas.

Aos colegas do NEXIN por tão preciosas reflexões realizadas durante estes anos, que ajudaram a constituir o que se materializou nesta dissertação.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, em especial, às professoras Graça, Mary Jane e Cris Vincentin, que trouxeram importantes reflexões que ajudaram a construir este trabalho, assim como os colegas mestrandos e doutorandos que compuseram os grupos nessas aulas, em especial, Andresa, Cintia, Gislene, Aline, Carla,

Winnie, Erivaldo. Também à Marlene, secretária do programa, com quem tive ótimas conversas. Muito obrigada!

À professora Zulmira Aurea Cruz Bomfim, que apontou importantes contribuições no processo de qualificação.

Agradeço muito à professora Dirce Koga, que além de ter me ensinado tanto sobre o trabalho social, me deu orientações valiosas no processo de qualificação, e ao lado do professor Pedro Pontual, aceitou fazer parte da banca de avaliação. Vocês produzem conhecimentos que inspiram!

Ao Senac, por ter proporcionado a bolsa para o período inicial desses estudos, com o encaminhamento da gerente Melina Garcia Cunha Sanjar.

À Bárbara Piloto Sincerre que revisou e formatou o texto. Sua ajuda foi fundamental para a qualidade do trabalho.

Agradeço imensamente aos moradores do Programa Minha Casa Minha Vida, que foram tão gentis em me receber em suas casas para realização das entrevistas, em especial, à Ana Paula, que acolheu prontamente essa proposta e circulou pelo condomínio me apresentando as instalações e as pessoas. Seu respeito pelas pessoas moradoras do condomínio é inspirador!

Agradeço às pessoas que colaboraram de todas as formas para que as reflexões presentes neste trabalho ganhassem os contornos de um estudo científico.

Por fim, agradeço ao povo brasileiro, mantenedor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), órgão de fomento que me concedeu a bolsa de estudo para realização do mestrado.

São mediações ocorridas ao longo de uma vida que resultaram nas experiências que vivi na cidade.

## Congresso Internacional do Medo

Provisoriamente não cantaremos o amor,  
que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos.  
Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços,  
não cantaremos o ódio, porque este não existe,  
existe apenas o medo, nosso pai e nosso companheiro,  
o medo grande dos sertões, dos mares, dos desertos,  
o medo dos soldados, o medo das mães, o medo das igrejas,  
cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos democratas,  
cantaremos o medo da morte e o medo de depois da morte.

Depois morreremos de medo  
e sobre nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas.

Carlos Drummond de Andrade<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> ANDRADE, C. D. *Sentimento do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 20.

## RESUMO

PAULINELLI, Regina. Experiências do Comum em condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida: os afetos que marcam os encontros. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

O objetivo deste trabalho é realizar a análise psicossocial dos afetos que marcam as experiências do Comum em três condomínios de habitações de interesse social, representados pelo Programa Minha Casa Minha Vida e situados no município de Guarulhos/São Paulo. Parte-se do pressuposto de que os condomínios são locais onde as pessoas afetam e são afetadas por encontros que podem ser potentes, no sentido de criar um útil comum, de forma a experimentarem a potência da coletividade, emancipando-se. Por outro lado, esses encontros podem ser marcados por afetos tristes, levando-os às experiências de servidão. Os referenciais teóricos adotados baseiam-se na Psicologia Sócio-histórica, tendo Vigotski e Espinosa como teóricos balizadores da construção desse conhecimento e o conceito de sofrimento ético-político de Sawaia. A partir dessas orientações teórico-metodológicas, adotam-se procedimentos, buscando a historicidade dos objetos de estudo, considerando a natureza dialética que os caracterizam. São eles: entrevistas semiestruturadas com moradores dos condomínios, observação participante, além de análise de notícias publicadas em meio eletrônico em território nacional. A análise das notícias demonstrou que o número de reportagens sobre as participações dos moradores em ações coletivas e movimentos sociais superou o número de matérias que retratam a violência nos condomínios, o que pode sugerir que os moradores desses espaços atuam mais em reivindicações e organizações de luta por direitos do que em situações de violência, bem como de que a vida em condomínio favorece as organizações coletivas, o que não foi comprovado na pesquisa de campo. Esta indica que o espaço construído pode contribuir ou dificultar as experiências do Comum, pois elas são da ordem do sentido, das afetações que marcam os grupos de moradores, assim, em dois condomínios encontrou-se a situação de sofrimento ético-político, servidão em forma de violência e em outro condomínio foi encontrada a experiência nos processos de coparticipação das atividades e codeterminação das regras. Esses resultados oferecem elementos para aprimorar a prática do trabalho social e reforça a tese de que o comum é a potência de ação emancipadora para superação do sofrimento ético-político.

Palavras-chave: Comum; afetos; experiências de comum; vida comunitária; condomínios; vida em condomínios; território; participação social.



## ABSTRACT

PAULINELLI, Regina. Common experiences in condominiums of the program Minha Casa Minha Vida: the affects that mark the meetings. Dissertation (master's degree in social psychology) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

The objective of the current work is to realize a psychosocial analyse of affections that mark the experience of general in three condominiums of social matter (HIS) represented by program Minha Casa Minha Vida and located in Guarulhos/São Paulo. Assuming that the condominiums are places where the people affect and are affected by meetings that it can be powerful in the sense to create a current usefull in the order to try collectivity strength, emancipating themselves.

On the other hand, this meetings can be marked by sad affections, taking them to servitude experience. The theoretical references adopted in this research are based in the Socio-Historical Psychology, taking Vigotski and Espinosa as beacon theorists of the construction of this knowledge and the concept of Ethical-political suffering by Sawaia. As of this theoretical-methodological orientations, adopt procedures, searching the historical of research subjects, considering the dialectical nature that characterized them. They are: Semi-structured interview with condominium residents, participant observation, besides of analysis of published news in electronic media in national territory. The analysis of the news show the number of reports about the residents participation in collective actions and social movements exceed the number of subject that portray the violence in the condominium, which may suggest that the residentes of these spaces ( PMCMV) act more in demands and organizations of the fight for the rights than in violence situations, as well as the life in condominium promote the collective organizations, wich has not been confirmed in field research. It indicates that the built spaces can contribute or complicate the common experiences, because they are sense of order, of affections that mark the group of residentes, thus, in two condominiums found the situation of Ethical-political suffering, servitude in violence form, and in another condominium was found the experience in the processes of coparticipation of activities and co-determination of the rules. This results provides the elements to improve the practice of social work and increase the thesis of the common is the power of emancipatory action to overcoming of the Ethical-political suffering.

Keywords: Common; affects; common experiences; community life; condominiums; life in condominium; territory; social participation

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Monumento às bandeiras .....	32
Figura 2 - Monumento às bandeiras pichado.....	33
Figura 3 - Estátua do Borba Gato .....	33
Figura 4 - Árvores com ninhos às margens do rio Cuiabá .....	52
Figura 5 - Árvore com diversas espécies de pássaros cuidando de seus ninhos .....	53
Figura 6 - Mapa de condomínios em São Paulo por região.....	54
Figura 7 - Placa fixada pela Prefeitura Municipal de Guarulhos .....	97
Figura 8 - Ônibus escolar na rua, entre os Condomínios 2 e 3.....	99
Figura 9 - Tanques que captam água da nascente .....	101
Figura 10 - Local onde os moradores lavam os carros .....	101
Figura 11 - Espaço na parte de trás dos prédios com mudas plantadas.....	103
Figura 12 - Vista lateral do Condomínio 3 .....	106
Figura 13 - Espaço coletivo do Condomínio 3 .....	107

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Déficit habitacional e seus componentes (2017).....	59
Quadro 2 - Faixas do PMCMV.....	60
Quadro 3 - Demonstrativo das matérias analisadas.....	81

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAINC	Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias
BNH	Banco Nacional de Habitação
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CEPESP	Centro de Política e Economia do Setor Público
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
HIS	Habitações de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
NEXIN	Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PLANHAB	Plano Nacional de Habitação
PHLIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNH	Política Nacional de Habitação
PT	Partido dos Trabalhadores
PTS	Plano de Trabalho Social
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SFH	Sistema Brasileiro de Habitação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
STF	Supremo Tribunal Federal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TS	Trabalho Social
UBS	Unidades Básicas de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1. A CIDADE E OS TERRITÓRIOS VIVIDOS: CIDADANIA, UMA EXPERIÊNCIA DE CIDADE</b> .....	19
1.1. AS CIDADES: BREVE HISTÓRICO.....	19
1.2. CIDADE SE APRENDE E A IDEIA DO COMUM .....	21
1.3. CIDADANIA: UMA EXPERIÊNCIA DE CIDADE .....	22
1.4. AS PRIMEIRAS CIDADES NO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA BRASILEIRA .....	30
1.5. DIREITOS SOCIAIS E CIDADE .....	37
1.6. PERIFERIZAÇÃO DA CIDADE: ONDE FOI MORAR A SOLIDARIEDADE?.....	38
<b>2. CONDOMÍNIOS: QUANDO A PROPRIEDADE PRIVADA OCUPA O LUGAR DO ESPAÇO PÚBLICO</b> .....	44
2.1. A RUA .....	47
2.2. A VIDA EM CONDOMÍNIOS: SEGREGAÇÃO NO TERRITÓRIO E AS EXPERIÊNCIAS DO COMUM .....	49
2.3. HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL (HIS) E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV): MORADIA ATÉ PARA QUEM TEM ZERO DE RENDA .....	57
2.3.1. Trabalho Social no PMCMV: eixos de atuação .....	62
<b>3. METODOLOGIA DE PESQUISA</b> .....	65
3.1. PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA .....	67
<b>4. ANÁLISE DOS DADOS: REFERENCIAIS TEÓRICO-ANALÍTICOS FORNECIDOS PELA LITERATURA</b> .....	71
4.1. A VIDA DENTRO DOS MUROS, OS AFETOS E OS ENCONTROS NO CONDOMÍNIO ..	71
4.1.1. Segurança e medo.....	72
4.1.2. Solidão e privacidade.....	74
4.1.3. Proteção e vulnerabilidade.....	76
<b>5. A PESQUISA EM MEIO ELETRÔNICO</b> .....	77
5.1. CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	80
5.2. REFLEXÕES SOBRE AS MATÉRIAS .....	82
5.2.1. Afetos relacionados ao pertencimento ao território – “Eu não tenho medo de trabalhar em cemitério. Morto já foi vivo, ué, por que eu teria medo?” .....	82
5.2.2. Participações dos moradores em ações coletivas e movimentos sociais – “Movimentos protestam contra fim do Minha Casa Minha Vida”. O direito à moradia, ao que parece, não virá sem luta	84
5.2.3. Qualidade dos encontros entre os moradores do condomínio – “Feira Cultural do Empreendedor: apresentações culturais, artesanato, brechó, oficinas, brinquedos infláveis, touro mecânico, entre outros” .....	85

5.2.4	Ações divulgação e venda dos empreendimentos .....	87
5.2.5	Política e ações do governo .....	88
5.2.6	Qualidade da moradia: “Como a casa era para pobre, pensaram que qualquer coisa iria ficar bom” .....	88
5.2.7	Diversos temas: de ocupação de moradias do PMCMV à saque de materiais de construção .....	89
5.3	EM SÍNTESE: MAIS REIVINDICAÇÃO E LUTA POR DIREITOS E MENOS VIOLÊNCIA .....	90
<b>6.</b>	<b>A PESQUISA DE CAMPO</b> .....	<b>91</b>
6.1.	INTRODUÇÃO .....	91
6.2.	VISITA AO CONDOMÍNIO 1: ASPECTOS GERAIS .....	91
6.2.1	Organização do Condomínio 1 .....	92
6.2.2	Atividades do trabalho social.....	93
6.2.3	Análise das experiências dos moradores do Condomínio 1: encontros despotencializadores.....	94
6.3.	VISITA AO CONDOMÍNIO 2: PRIMEIROS CONTATOS .....	95
6.3.1	Retorno ao Condomínio 2 ou o condomínio que “deu certo” .....	98
6.3.2	Análise das experiências dos moradores do Condomínio 2: “é uma parcela muito pequena que dá trabalho, uns 5%, o restante é tudo gente boa” .....	104
6.4.	VISITA AO CONDOMÍNIO 3 OU O CONDOMÍNIO QUE “DEU ERRADO” .....	105
6.4.1	Análise das experiências dos moradores do Condomínio 3: desamparo .....	109
6.5.	OS TRÊS CONDOMÍNIOS .....	111
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>112</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>120</b>
	<b>ANEXO A</b> .....	<b>126</b>
	<b>ANEXO B</b> .....	<b>128</b>
	<b>ANEXO C</b> .....	<b>131</b>
	<b>ANEXO D</b> .....	<b>157</b>
	<b>ANEXO E</b> .....	<b>176</b>
	<b>ANEXO F</b> .....	<b>177</b>
	<b>ANEXO G</b> .....	<b>179</b>

## INTRODUÇÃO

*Negar as necessidades básicas do ser humano – potência de liberdade e felicidade, que podem ser traduzidas por reconhecimento, carinho, (com)-paixão, ter em quem confiar –, é negar sua humanidade e gerar um profundo sofrimento que pode ser qualificado de ético-político.*

*Bader Sawaia (2003, p. 56)<sup>2</sup>*

Realizar o estudo científico que a dissertação exige não é tarefa fácil. No meu caso, muitos anos de atuação no mercado de trabalho se passaram até que eu tivesse esta oportunidade. Nascida na periferia, em família sem tradição acadêmica, necessitando trabalhar em tempo integral desde muito jovem, só encontrei espaço para os estudos, na maior parte de minha trajetória, em horário noturno. Por essa razão, é que só tardiamente se deu meu envolvimento com a pesquisa acadêmica, visto que, em geral, essa é uma atividade realizada em período diurno nas universidades.

Uma longa trajetória profissional teve de ser percorrida antes que eu tivesse clareza sobre o tema a ser estudado e buscasse a participação no Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN<sup>3</sup>), para ali encontrar a orientação necessária para delimitar os contornos do que seria o meu objeto de estudo.

Assim, a escolha por estudar a experiência de construção do Comum e os afetos que norteiam a vida em condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida, nasceu dessa participação no núcleo de pesquisa e da experiência como trabalhadora de uma instituição de educação profissional.

Em 1999, ingressei nessa instituição como prestadora de serviços, educadora comunitária em bairros da periferia da região metropolitana de São Paulo, trabalho este que eu exercia, nos primeiros anos, de forma não exclusiva. Minha formação em Psicologia havia me levado, inicialmente, ao campo da clínica, em que eu atuava em horário complementar com a área de Recursos Humanos. Com o passar dos anos, desenvolvi crescente interesse em questões políticas, aliadas a um forte senso crítico que me levou a concluir que essas duas áreas não

---

<sup>2</sup> SAWAIA, B. B. Fome de felicidade e liberdade. In: CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA - CENPEC. *Muitos lugares para aprender*. São Paulo: CENPEC/Fundação Itaú Social/ UNICEF, 2003, p. 53-63.

<sup>3</sup> Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN) sob coordenação da Profa. Dra. Bader Sawaia, foi criado em 1994 e foi se configurando como um lugar de investigação e ação psicossocial sobre desigualdade social, com ênfase em questões referentes à tensão entre servidão humana e potência de ação emancipadora e entre inclusão e exclusão, em diferentes contextos de sua concretização histórica, como políticas públicas, comunidades urbanas, rurais e indígenas, saúde, movimentos sociais de resistência, dispositivos disciplinares-ideológicos. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/nexin/sobre-o-grupo.html>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

atendiam mais aos meus anseios profissionais. Foi nessa época que me direcionei ao campo da educação comunitária. Minha primeira atuação nessa área foi em um abrigo dirigido por uma entidade religiosa que acolhia crianças e adolescentes que haviam sido vítimas de abusos. Em seguida, passei a trabalhar em tempo integral no campo da educação profissional. Nessa época, especializei-me em Psicopedagogia.

Durante os mais de dez anos em que atuei nas periferias de São Paulo, Guarulhos e Itaquaquecetuba, vivi experiências marcantes com os jovens e pude observar a força dos afetos (alegres e tristes) e do comum, na medida em que trabalhávamos cotidianamente com as potências e desafios da vida na coletividade, construindo acordos de convivência e planos de trabalho para o grupo.

A busca pelo desenvolvimento da autonomia dos jovens nos levava a testar caminhos na cidade, pela qual percorríamos longos trechos a pé, de trem ou de metrô. Às vezes, eu os acompanhava, às vezes só os orientava a realizar as atividades autonomamente. Depois conversávamos sobre as experiências em sala de aula. Mais de uma vez fui testemunha da discriminação e preconceito a que esses jovens eram submetidos. Mais de uma vez também testemunhei a superação desses jovens. Algumas vezes eles eram impedidos de circular por algum espaço ou eram expulsos. Uma das vezes, junto comigo inclusive, a diretora de uma escola que cedia o espaço para nossas aulas, decidiu que não éramos mais bem-vindos no local e colocou-nos para fora. Os alunos e eu percorremos a comunidade em busca de um lugar em que pudéssemos realizar as aulas e encontramos apoio em uma igreja católica que cedeu a sacristia, foi ali que pudemos concluir os três meses que faltavam.

Esse projeto previa também o encontro com os familiares dos jovens. Sempre organizávamos um café coletivo, dificilmente faltavam os lanches de patê de sardinha e a torta de seleta de legumes. E tinha muita conversa. Conversávamos sobre as questões da adolescência, do mercado de trabalho e as realizações dos filhos. Era um encontro marcado pela alegria, que potencializava as ações coletivas.

Com o passar dos anos minha carreira se direcionou para a área de gestão e passei a ocupar o cargo de técnica na gerência de desenvolvimento, responsável pela produção dos documentos educacionais do portfólio de cursos da área social. Nesse caso, por se tratar de uma instituição muito grande, com mais de 60 unidades em todo o estado de São Paulo, há o cuidado de padronizar os cursos para que estes tenham as mesmas características onde quer que estejam acontecendo. E o jeito de fazer isso é produzindo esses documentos.

Após alguns anos de atuação exclusiva com o desenvolvimento de cursos da área social, passei a coordenar também os cursos da área de infraestrutura, onde estavam postados cursos para porteiro, zelador, síndico etc. Foi assim que se deu, para mim, a aproximação da área social com a de gestão de condomínios. Por ter experiência com educação comunitária, recusava-me a criar um curso em que o síndico fosse um gestor e o condomínio entendido como uma empresa. O curso que criamos tratava o condomínio como moradia e as reuniões como encontros entre vizinhos que buscavam a solução de problemas comuns, deixando de lado o tom quase jurídico que geralmente se aplicava nessas ocasiões. Foi com essa compreensão que passei a descrever a atuação que tínhamos no Programa Minha Casa Minha Vida, tendo como referencial a legislação que regulamentava as ações para a construção do Plano de Trabalho Social (PTS), que, na época, era dada pela Portaria n. 21, de 22 de janeiro de 2014 do Ministério das Cidades.

A longa trajetória de atuação em comunidades em todo o estado de São Paulo, com a formação de jovens para o mercado de trabalho e com o desenvolvimento de redes sociais para o desenvolvimento local, fez com que a instituição em que atuo desenvolvesse laços estreitos com as prefeituras nos municípios. A partir disso é que se deu a contratação para atuação nos projetos de habitações de interesse social, especificamente os do Programa Minha Casa Minha Vida em vários municípios, incluindo o de Guarulhos, local onde foi realizada a minha pesquisa de campo.

O Programa Minha Casa Minha Vida previa a realização do Plano de Trabalho Social, que, em fases de pré-ocupação e pós-ocupação da moradia, dedicavam-se a realizar ações educacionais de curta duração, que visavam fortalecimento de vínculos comunitários e familiares, além de formação para a inserção profissional e geração de renda.

O que despertou meu interesse pelo tema foi o fato de haver compreensão de que os condomínios eram moradias que não favoreciam o desenvolvimento de interações entre vizinhos. Nesse caso, ficava a dúvida: como o trabalho social poderia se propor a transformar essa realidade com ações educacionais de curta duração? Seria possível que essas ações fossem suficientes para proporcionar espaços de criação de comum?

Com esse questionamento em mente encontrei no NEXIN as bases que pudessem fundamentar esse estudo, buscando referencial teórico na psicologia dialética-materialista de Vigotski e na filosofia de Espinosa, além do conceito de sofrimento ético-político de Sawaia.

A partir disso, busquei identificar o condomínio em que seria realizada a pesquisa de campo. Entretanto, como foi mencionado anteriormente, o cargo que ocupo atualmente é



relacionado a uma carreira administrativa, ou seja, não sou eu a responsável por ir aos territórios implementar os cursos contratados pelas prefeituras.

Os contratos, em sua maioria, eram em cidades do interior, dificultando a realização da pesquisa, uma vez que moro e trabalho na cidade de São Paulo. Seria necessário identificar uma unidade próxima da capital que estivesse atuando com o Programa Minha Casa Minha Vida. Feito isso, eu solicitaria a eles que me apresentassem para as pessoas responsáveis (geralmente, o síndico), favorecendo minha entrada no condomínio. Embora trabalhasse para a empresa que estava ministrando os cursos no condomínio na ocasião, não seria nessa condição que eu realizaria as entrevistas, mas sim como pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Foi dessa forma que recebi a indicação do primeiro condomínio que visitei, localizava-se na região de Bonsucesso, em Guarulhos. Dadas as circunstâncias em que esse condomínio se encontrava (descritas no capítulo 6), onde se denotava intenso sofrimento ético-político (SAWAIA, 2014), as duas pessoas entrevistadas declararam não estar dispostas a participar das ações propostas. Por essa razão, concluiu-se não ser possível dar continuidade à pesquisa com a realização de entrevistas com outros moradores e com a participação em reuniões de condomínio.

Paralelamente à busca por um condomínio para realizar entrevistas com os moradores, empreendi uma pesquisa na internet para analisar as notícias que veiculavam nas mídias eletrônicas sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, na tentativa de identificar situações que retratassem a experiência de viver nesses condomínios. Nesse contexto, deparei-me com reportagens que representavam os condomínios por meio de situações marcadamente violentas. Para identificar se tais matérias eram uma constante nas mídias eletrônicas criei um registro de alerta no Google, por meio da ferramenta Google Alerts, que enviou ao meu e-mail as reportagens que faziam referência ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Nesse ínterim, um novo contrato de prestação de serviços se estabeleceu entre a instituição em que trabalho e a Prefeitura de Guarulhos para a realização de atividades socioeducacionais em dois condomínios na região do bairro de Pimentas, em Guarulhos. Esses condomínios já estavam ocupados pelos moradores há mais de cinco anos. Um deles havia realizado as ações do trabalho social nas fases de pré-ocupação e pós-ocupação; o outro não.

Pois foi nesses dois condomínios que realizei entrevistas semiestruturadas com moradores, valendo-me de observação participante e um roteiro previamente planejado com o

objetivo de analisar as experiências do comum ocorridas em condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida.

Nesta dissertação busco apresentar uma síntese do que foi possível observar e analisar das entrevistas realizadas com os moradores desses condomínios, ao mesmo tempo em que procuro articular com a análise das matérias publicadas em mídias eletrônicas e com as bases conceituais. A escrita desenvolve-se no sentido de colocar a realidade dos condomínios em perspectiva com a realidade da cidade.

Dessa forma, o capítulo 1, intitulado: “A cidade e os territórios vividos: cidadania, uma experiência de cidade”, dedica-se a analisar o contexto sócio-histórico produtor da realidade presente nas cidades, considerando esses fatores na constituição da cidadania brasileira. Nesse capítulo também se estabelece um diálogo entre as experiências na cidade e as condições necessárias para a produção do Comum, numa proposição de fortalecimento do processo democrático.

O capítulo 2, intitulado: “Condomínios: quando a propriedade privada ocupa o lugar do espaço público”, aborda a vida em condomínios e problematiza as relações entre espaços públicos e espaços privados na cidade, passando pelos afetos que marcam os encontros nesses locais. Nesse capítulo também são tratadas as características das Habitações de Interesse Social (HIS) e o Programa Minha Casa Minha Vida como propriedades até para quem tem zero de renda, bem como os eixos de atuação do trabalho social previstos na legislação para empreendimentos que utilizam fundos de financiamento federal.

Os capítulos 3 e 4 constituem a centralidade deste trabalho, pois são nesses dois itens que me dedico a articular os dados obtidos nas pesquisas de campo e em meio eletrônico com as questões conceituais e metodológicas que fundamentaram esta análise.

Tal empreitada não fica livre da expectativa angustiante de apresentar uma escrita que não se limite à explicação dos acontecimentos ou à crítica ao modelo de moradia adotado pelo Programa Minha Casa Minha Vida, mas que também consiga, de alguma forma, contribuir para a compreensão dos fatores que levem à superação das condições do sofrimento ético-político (SAWAIA, 2014) vivido pelas pessoas que buscam o direito à moradia e à cidade.

A constatação dos processos históricos produtores da realidade desigual marcada por injustiças me levou a pensar nas palavras que a professora Bader repetiu diversas vezes nas aulas e nos encontros do núcleo de pesquisa, “o afeto é transgressor, é revolucionário”. Penso agora que a constituição do Comum pertence a essa mesma categoria de coisas, e sinto-me esperançosa, no sentido freireano, de “esperançar”.

Assim, faço o convite para a leitura desta dissertação, buscando inspiração nas palavras do mestre Paulo Freire (1987, p. 29): “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

## 1. A CIDADE E OS TERRITÓRIOS VIVIDOS: CIDADANIA, UMA EXPERIÊNCIA DE CIDADE

- O senhor por acaso não descende  
dos bugres que moravam por aqui?  
- Hom'eu num sei dizê, vancê compreende  
que essa gente inté hoje nunca vi.

Mais porém o Bernardo dis-que intende  
que os moradô antigo do Brasi  
gerava de macaco!... Inté me ofende  
vê um véio cumo ele, ansim, minti.

D'otra feita um cabroco – ahi um caiçára –  
dis-que nascium de dois e inté de treis,  
quano estralava um gommo de taquara!

Nois num temo parente purtugueis,  
nem mico, nem cuaty, nem capivára...  
Semo fio de Deus cumo vanceis!  
Cornélio Pires<sup>4</sup>

### 1.1.AS CIDADES: BREVE HISTÓRICO

A formação das cidades não é um fenômeno social recente, há registros arqueológicos de ruínas de cidades que remontam à Revolução Neolítica, por volta de 4.000 a 3.000 a.C. É possível observar que ao longo da história muitas se formaram, dissolveram, mudaram, reafirmaram-se ao sabor das necessidades dos acontecimentos.

Na antiguidade, duas são as mais estudadas: Roma e Atenas, como exemplo de democracia.

As cidades de Roma e Atenas eram lugares onde as pessoas desenvolviam a cidadania, podendo exercer direitos políticos e civis. Contudo, tal exercício não era acessível

---

<sup>4</sup> PIRES, C. Musa Caipira: as estrambóticas aventuras do Joaquim Bentinho (o Queima Campo). São Paulo: Prefeitura Municipal de Tietê, 1985, p. 63.

a todos os moradores da cidade. Em Roma, somente os homens livres poderiam ter sua cidadania reconhecida, mas não bastava ser livre, era preciso atender a um conjunto de condições que só uma classe privilegiada conseguia e isso não era estendido aos territórios conquistados. Na Grécia, a cidadania era concedida ao homem livre, o que, em resumo, referir-se-ia a uma parcela muito pequena da população, e permitia a participação desses homens livres nas decisões sobre a coletividade.

Quando o Império Romano ruiu e os povos bárbaros invadiram as cidades, iniciou-se um processo de ruralização com o movimento dos cidadãos em direção ao campo, que caracterizou também uma passagem do exercício da vida pública para a vida privada. Nesse novo sistema, denominado de Feudalismo, as cidades eram construídas em terras do senhor feudal, caracterizadas por aldeias em torno dos castelos, onde a população trabalhava em uma relação de servidão em troca de proteção da violência dos invasores. Por essa razão, os feudos mantinham-se isolados em um esforço para ampliar sua capacidade de defesa.

Depois de quase dez séculos, o sistema feudal tornou-se inviável e com o seu processo de enfraquecimento, iniciou-se novamente o movimento em direção às cidades (êxodo rural). O comércio renasceu, motivando o deslocamento da população, composta basicamente de artesãos, comerciantes e servos, que partiam em busca de oportunidades de trabalho. Essa população começou a se organizar em torno de estruturas que eram as antigas vilas fortificadas com muralhas e estavam abandonadas, passando a serem chamadas de burgos, e seus moradores, chamados de burgueses, propiciaram o fortalecimento do comércio. Santos (2007, p. 22) abrilhanta essa fase histórica, trazendo a seguinte expressão: “[...] as aglomerações humanas, os burgos, foram o teatro principal dessa luta e o palco dessa enorme conquista. Com o homem do burgo, o burguês, nascia o cidadão, o homem do trabalho, vivendo num lugar livre, a cidade.”

As cidades cresceram, impulsionando o comércio ao mesmo tempo em que foram impulsionadas por ele. Esse novo modelo de organização permitiu um acúmulo de riquezas nunca experimentado antes, gerando expansão comercial, que resultou no início da Revolução Industrial e do sistema capitalista. Gerou também o patrocínio das ciências. Esse novo estilo de vida vai ser marcado pela propriedade privada e vai mediando a presença dessa organização social na formação de subjetividade, instituições e organização política como a família, em direção ao individualismo, em ruptura com a comunalidade, como alertam estudiosos da cidade (LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2014).

Segundo Lefebvre (2001, p. 12), o capitalismo concorrencial trouxe uma lógica que apela para o valor de troca, onde a cidade é reduzida à função do produto, ou seja, uma mercadoria; em contraposição, o autor levanta a necessidade do reconhecimento da cidade como obra, onde o uso principal de ruas, praças, edifícios e monumentos é a festa: “que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro.” (LEFEBVRE, 2001, p. 12).

Harvey (2014, p. 134), refletindo sobre a produção dos bens comuns urbanos, aponta os impactos que esse modelo de organização da cidade tem sobre as interações sociais:

O recente ressurgimento da ênfase na suposta perda da comunalidade urbana reflete os impactos aparentemente profundos da recente onda de privatizações, cerceamentos, controles espaciais, policiamento e vigilância na qualidade de vida urbana em geral e, em particular, na potencialidade de se criar ou inibir novas formas de relações sociais (novos bens comuns) em um processo urbano influenciado, quando não dominado, por interesses de classe dos capitalistas.

## 1.2.CIDADE SE APRENDE E A IDEIA DO COMUM<sup>5</sup>

Ao propor esta reflexão, alerta-se que, embora a cidade apresente características gerais, ela não proporciona experiência semelhante para todos. Podemos afirmar que ela “ensina” um tipo de cidadania diferente para cada cidadão e que cada cidadão “aprende” um tipo de cidadania diferente, segundo as mediações que ocorrem do que ele consegue acessar. Entretanto, tal constatação não significa que os cidadãos sejam somente atores, atuando em um drama (VIGOTSKI, 1999) cujo roteiro foi escrito pelo grupo dominante, em um palco, que é a cidade, desconsiderando, portanto, a relação dialética que se processa no cotidiano, com os cidadãos produzindo a cidade e a cidade produzindo os cidadãos, em uma tensão de forças, que os impelem para o exercício do direito à cidade, ou, como nas palavras de Sawaia (1995, p. 20): “espaço e homem compartilham a mesma materialidade e a mesma subjetividade”. Carlos (2018, p. 73), chama de lugar de encontro:

As relações com o lugar são determinadas no cotidiano, para além do convencional. O espaço é o lugar do encontro e o produto do próprio encontro; a cidade ganha teatralidade e não existe dissociada da gente que lhe dá conteúdo e determina sua natureza.

Parafrazeando a famosa frase de Marx (2011, p. 25)<sup>6</sup>, são as pessoas com seus desejos e ações que configuram as cidades, mas nem sempre como desejam. Existem forças

---

<sup>5</sup> A palavra “Comum” será sempre grafada com letra inicial maiúscula todas as vezes que estiver relacionada com este conceito da filosofia.

<sup>6</sup> MARX, 2011, p. 25: “os homens fazem sua própria história, mas não como desejam.”

socioeconômicas que definem a hierarquia de poder: pessoas e grupos com mais poder que outras podem intervir de forma mais efetiva na definição da organização da cidade. Isso porque, somos modelados por uma compreensão capitalista do mundo e vivemos imersos em uma sociedade cuja compreensão sobre a realidade obedece a lógica do individualismo, da concorrência (Dardot; Laval, 2017). Esses valores enfraquecem o sentimento do Comum, do fazer junto e fortalece um dos sentimentos mais potentes para controle da coletividade: o medo.

### 1.3.CIDADANIA: UMA EXPERIÊNCIA DE CIDADE

Ao buscar a compreensão sobre o termo cidadania, observa-se que ela é pautada no “respeito ao indivíduo” e que se configura quando “uma lista de princípios gerais e abstratos se impõe como um corpo de direitos concretos individualizados” (SANTOS, 2007, p. 19). Embora se reconheça o valor dessa definição, é preciso evidenciar que essa forma de existir atende a um modelo de organização contratualista, cuja lógica se fundamenta principalmente na concorrência. Ora, uma sociedade cuja existência se fundamenta pela lógica da concorrência entre indivíduos pode aceitar plenamente o fato de que a experiência de cidade seja melhor para uns do que para outros, e de que a cidadania como experiência de cidade seja potencializadora da vida para alguns e negadora dessa potência para os demais.

A presente dissertação pretende colaborar com os que almejam uma cidadania como experiência de cidade Comum.

Ao pensar em uma cidadania que propicie uma experiência de cidade norteada pela experiência de Comum, identifica-se a necessidade de compreender o termo “experiência” de forma mais completa, buscando superar possíveis limitadores que se acumulam no campo da prática sem reflexão. Por exemplo, em alguns momentos se observa na prática do senso comum uma intenção de desmerecer a reflexão em detrimento da prática, ou o afeto em detrimento da razão, cindindo a experiência e reduzindo-a apenas uma de suas dimensões. Na verdade, são as duas coisas. Dialeticamente operando e tornando o efeito da ação mais complexo do que se desejava ao tentar separar os opostos.

A palavra “experiência” é definida no dicionário Aurélio on-line<sup>7</sup> como: 1 – ato de experimentar; 2 – ensaio; 3 – tentativa; 4 – conhecimento adquirido por prática, estudos,

---

<sup>7</sup> Dicionário do Aurélio on-line. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/experiencia>>. Acesso em: 13 maio 2019.

observação etc.; 5 – homem de experiência: homem conhecedor das coisas da vida. Nessas definições, a quarta alinha-se com mais proximidade do sentido que se está buscando neste texto. Ao finalizar a frase com etecetera, é deixado uma margem para inclusão de outras instâncias e fica subentendido que poderiam ser acrescentadas outras ações, como as relacionadas aos afetos, por exemplo. Mas subentender não é suficiente quando se está buscando a completude que resulta das articulações entre a materialidade, os afetos e as interações sociais. Nesse sentido, o conceito de *perejivanie*, de Vigotski, atende a essa demanda.

Explicitar o significado de *perejivanie*, não implica abrir mão de continuar utilizando o termo “experiência” no transcurso deste texto, mas trata-se de ampliar a possibilidade de compreensão sobre ele, evidenciando a integração de múltiplos fatores. Segundo Delari Jr. e Passos (2009, p. 11), a palavra em russo *perejivanie* apresenta uma multiplicidade de significados e, por isso, tem difícil tradução para o português, razão pela qual muitos autores optam por utilizar a palavra na língua original, a russa, sem aplicar a tradução. Na maioria das vezes, *perejivanie* é encontrada nos textos de Vigotski traduzida ao português como “experiência”. Entretanto, seu significado é muito mais amplo. De acordo com Delari Jr. e Passos:

O substantivo neutro “perejivanie” é composto por duas partes. A primeira é formada pelo prefixo pere [пepe], que contempla significados como: (a) orientação da ação através de algo (...); (b) realização da ação outra vez e/ou de outra maneira (...); e (c) superação (...). Nota-se o aspecto de processualidade e/ou movimento (...). A segunda, o radical “jivanie” [живание], do verbo arcaico “jivat”, que significa “viver” (...). Assim, se fossemos recompor “pere” e “jivanie”, teríamos algo relativo a uma “transformação vital”/“vida em transformação” ou “transição vital”/“vida em transição”. (DELARI JR.; PASSOS, 2009, p. 9).

Os autores fazem menção ao fato de essa palavra ser utilizada na língua russa não querendo indicar somente aspectos de emoções negativas e dolorosas, mas também é encontrada em contextos positivos. Mais adiante, os autores apresentam outro significado da palavra que ainda não tinham explicitado: “perejivanie como processo psíquico de superação interior de situações adversas.” (DELARI JR.; PASSOS, 2009, p. 10).

O NEXIN, núcleo de pesquisa ao qual faço parte, também tem refletido sobre esse conceito, procurando compreender o significado desse termo na obra de Vigotski para além do uso comum e dicionarizado. Em uma palestra proferida por Vigotski (2010) para mães, ele procura explicar por que os filhos reagem diferentemente às experiências de um mesmo ambiente. Nesse momento, ele conceitua *perejivanie* como experiência emocional, o que



explica a forma particular de cada um experimentar as determinações sociais (VIGOTSKI, 2010, p. 684). Unindo essa compreensão com as reflexões de Delari Jr. e Passos, temos um conceito precioso de análise da cidade: a experiência da cidade é emocional, podendo promover processos de superação, mas também o seu contrário, de submissão passiva (SAWAIA et al., 2018, p. 183).

Pois é com esse sentido que a palavra “experiência” é compreendida na presente pesquisa: a experiência emocional da cidade norteadada pela experiência do Comum, compreendida como um processo psíquico de superação interior de situações adversas.

E essa é a chave: estamos tratando da coletividade, do Comum e não de indivíduos. É essa a superação que precisa ocorrer. É preciso compreender que um novo tipo de organização precisa ocorrer, saindo do modelo de sociedade que propõe a concorrência entre indivíduos em uma democracia representativa e ir a uma que se organiza por meio de uma democracia participativa, compondo um Comum, tal como proposto por Dardot e Laval (2017) no belíssimo livro *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. O “Comum” também é outra palavra que merece cuidado e compreensão de forma ampliada sobre o seu significado. É isso que acontece em profusão na obra acima citada e será tratado a seguir.

As cidades em que vivemos na atualidade são áridas à fertilização do Comum, embora mais para uns do que para outros. Será que já foi diferente? Ou é mais um daqueles mitos, lenda urbanas em que todos acreditam, mas nunca ninguém viu ou viveu? Essa reflexão é pauta para o próximo tópico, em que será tratada a questão das periferias. Aqui nos basta estabelecer um diálogo a partir da constatação de que a cidade-mercadoria, especialmente a metrópole, ou megalópole, como São Paulo, segrega, exclui, discrimina, provê, acolhe e cuida, em processos que interagem de forma dialética no cotidiano das pessoas. Como aborda, de forma esclarecedora, Sawaia (1995, p. 22):

Exclusão e inclusão são os dois polos do processo de inserção social injusta: o morador excluído do direito de usufruir os bens e serviços da cidade onde mora é incluído nela subjetiva e intersubjetivamente, através da “participação imaginária” ou “cidadania sublimação”. O “ser pobre e explorado” é encoberto, subjetivamente, pelo “ser morador de uma rica e poderosa cidade”.

Essa situação que a autora apresenta retrata de forma precisa a promessa não cumprida pelo neoliberalismo, a entrega não realizada das “oportunidades para todos”. A cidade-promessa com oportunidades-para-todos-basta-se-esforçar, própria dos jargões populistas revela-se nada acolhedora com seus muros/fortalezas, promovendo a interação de pessoas em espaços privados onde se exploram comercialmente atividades voltadas para consumo de uma massa que foi convencida que está ávida por lazer e entretenimento.

Relegam-se os espaços públicos, há pouca atenção e cuidado, mas, pior do que isso, são lugares “perigosos”, que são usados, geralmente, apenas como passagem para a segurança do espaço privado.

As condições sócio-históricas que explicam esse cenário, segundo alguns autores, buscam fundamentos na constituição do Estado, que é patrimonialista e trouxe ao Brasil república a herança da época colonialista, na medida em que pouco distingue o que é público do que é privado. Nessa visão, o poder público é corrupto e inepto e os políticos buscam saciar a sede de seus interesses privados com os recursos públicos.

Contudo, Souza (2018, p. 17) critica duramente essa visão dos fatos, creditando-os aos autores Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro e Sérgio Buarque de Holanda, alegando que eles criaram uma identidade hegemônica para o povo brasileiro, calcada na ideia da sexualidade e emotividade, calor humano e hospitalidade, configurando, dessa forma, a figura do brasileiro cordial (motivo de orgulho nacional) e do “culturalismo vira-lata”. Ainda segundo Jessé Souza, essa explicação totalizante, coloca toda a responsabilidade pelas condições de vida na corrupção do Estado, negando a presença e o poder do mercado nesse estado de coisas. A elite real, ele aponta, está no mercado que compra o Estado. Essa visão de mundo precisa ser reforçada sempre, pois ela cai como uma luva para legitimar o liberalismo conservador brasileiro e esconder a base do problema que foi a escravidão.

Nesse cenário, o Comum encontra obstáculos para florescer: sua construção nega o individualismo, que é a sua base. Caso contrário, os acordos comunitários e a indignação dos movimentos que lutam pela paz seriam suficientes para modificar a atual situação de injustiça na cidade.

O conceito do “Comum”, segundo Silveira e Savazoni (2018, p. 6), no Brasil, tem sido objeto de estudo no campo da cibercultura, do meio ambiente, do direito à cidade e comunidades tradicionais, sem haver muitos registros de produção de conhecimento nessa área. Esses autores argumentam que isso acontece em parte devido à dificuldade de tradução do termo em inglês *commons*, que significa “as terras comunais e os bens partilhados entre todos”, próprios do modelo de organização anterior à propriedade privada e o início do capitalismo. Não há uma palavra equivalente em português. Além disso, a palavra comum, é frequentemente tomada como equivalente a vulgar, habitual ou é carregada de percepções morais.

No entanto, essa condição tem mudado desde que Hard e Negri revitalizaram o conceito apresentado por Espinosa em sua obra *Tratado político* (ESPINOSA, 1994) e

ampliaram sua compreensão colocando-o como “um devir político contemporâneo” (SILVEIRA; SAVAZONI, 2018, p. 10). No livro *Multidão*, Hardt e Negri, apresentam o conceito de Comum como resultante da prática biopolítica da multidão, que age para que possamos “trabalhar e viver em Comum” (SILVEIRA; SAVAZONI, 2018, p. 10).

A dificuldade de tradução, segundo Silveira e Savazoni (2018, p. 16) aplica-se ainda ao termo *commoning*, que, segundo eles, trata-se do processo de fazer o Comum, remetendo à característica comunitária e política do conceito, considerando, portanto, que o Comum é ao mesmo tempo uma forma de gestão de determinado bem, mas também seu processo social e político de governança.

Esses autores (SILVEIRA; SAVAZONI, 2018, p. 7) identificam dois períodos importantes para a recuperação do Comum como categoria política, uma que se inicia a partir do debate Hardin-Ostrom (1968), em que Elinor Ostrom se opõe à análise de Hardin e diz que suas pesquisas demonstraram que a gestão coletiva pode ser a única forma de se preservar um bem comum, opondo-se à defesa da propriedade privada e ao poder punitivo do Estado. O outro período de constituição do conceito do Comum é composto pelos autores Hardt e Negri e Dardot e Laval, que compreendem o Comum como um conceito político em oposição ao neoliberalismo e de afirmação da democracia.

Segundo Dardot e Laval (2017, p. 24), a raiz etimológica da palavra “comum” origina-se do termo latino *munus*, cujo significado quer expressar um tipo de prestações e contraprestações de honras e vantagens ligadas a encargos. Mas essas prestações e contraprestações estão ligadas a uma comunidade, inclusive, está na raiz da palavra município (*municipium*), que exprime a estrutura política de uma cidade, e na palavra municípes que representa os cidadãos do município. Esses autores (2017, p. 25) fazem alusão a outros termos com a mesma articulação de *cum* e *munus*, tais como: *communis*, *commune*, *communia* ou *communio*, que designam não só aquilo que é “posto em comum”, mas, principalmente, os “encargos em comum”, implicando, portanto, certa obrigação de reciprocidade ligada ao exercício de responsabilidades públicas. Pressupõe a obrigação e participação em uma mesma tarefa, agindo em comum e, com isso, produzindo as normas morais e jurídicas que regulam a atividade.

A busca pelo conceito do Comum levou os estudiosos Dardot e Laval (2017, p. 27-28) a identificarem três tradições que continuam a influenciar nossas representações do Comum: a primeira, refere-se à origem teológica, para a qual o “comum” é a finalidade suprema das instituições políticas e religiosas; a segunda, de origem jurídica, que coloca o

“comum” como “bens comuns mundiais”, como o ar, a água ou o conhecimento. A terceira, de origem filosófica, trata o “comum” como aquilo que é comum a todos, ou ainda, ao que é ordinário e banal ou vulgar e universal. Os autores debruçam-se sobre a análise dessas três tradições para extraírem um conceito “verdadeiramente político” do Comum.

A partir dessas análises, Dardot e Laval (2017) apontam a necessidade de defender a compreensão sobre o “Comum” contra os modelos que o reduzam à qualidade de um juízo ou de um tipo de homem que preexista à atividade. Assim, afirmam brilhantemente, que “somente a atividade prática dos homens pode tornar as coisas comuns” e ainda que “somente essa atividade prática pode produzir um novo sujeito coletivo” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 53):

O comum é o princípio político a partir do qual devemos construir comuns e ao qual devemos nos reportar para preservá-los, ampliá-los e lhes dar vida. É por isso mesmo, o princípio político que define um novo regime de lutas em escala mundial. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 54).

A proposição de Dardot e Laval (2017, p. 146) para uma economia política dos comuns é feita com base na proposta de Elinor Ostrom, que aponta para a saída da oposição entre Estado e mercado, tanto no plano prático quanto no plano teórico, criando as condições práticas e institucionais que possibilitem a gestão em comum dos recursos. O modelo apresentado pela economista apresenta uma tipologia estabelecida com critérios técnicos para os bens que seriam por natureza “comuns”, propícios, portanto, à gestão coletiva. Os autores mencionam o exemplo de André Gorz (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 147) e a análise que ele faz sobre o conhecimento compartilhado na internet, que minam o reino da mercadoria, pois tudo é “traduzível em linguagem digital e reproduzível”, criando uma “ruptura que mina o capitalismo pela base”.

Essa prática coloca em xeque a visão tradicional dos economistas, e como foi dito lindamente nas palavras de Dardot e Laval (2017, p. 147): “pondo em dúvida a natureza supostamente egoísta do ser humano e a classificação dos bens de acordo com uma predestinação de natureza”. Nessa proposição, o homem não é aquele do modelo hobbesiano, que diz que o “homem é o lobo do homem”, ele é o do modelo espinosano, em que o homem tem a natureza de “perseverar na existência” e, ainda, “se duas pessoas concordam entre si e unem as suas forças, terão mais poder conjuntamente e, conseqüentemente, um direito superior sobre a natureza.” (ESPINOSA, 1994, p. 35).

Ao contrário do que afirmou Hardin, a exploração de um Comum não leva à ruína de todos, e a essência de tal comportamento, segundo apresenta Dardot e Laval (2017, p.

155), reside no fato de haver a possibilidade de exploração sem limites com interesses privados de determinado recurso sem que haja uma regulação pública: “o comportamento do egoísta calculista e maximizador não nasce espontaneamente: é um produto social” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 155).

Em geral, confunde-se a proposta de gestão comum de bens com a de livre exploração, sem restrições de bens retirados de um estoque de recursos limitados no planeta. Por outro lado, é preciso evidenciar que a proposta do neoliberalismo de riquezas para-todos-basta-trabalhar é baseada na lógica normativa da concorrência, impondo um tipo de relação entre os indivíduos que não é sustentável, assim como também não é sustentável o consumo de produtos e o descarte de lixo do nosso atual estilo de vida, para o qual, segundo o Banco Mundial<sup>8</sup>, seriam necessários os recursos equivalentes a três planetas Terra. Além disso, também é preciso evidenciar que não basta somente trabalhar, visto que o que se constata no mundo todo atualmente é que o capitalismo não distribui renda, ele a concentra.

Os recursos comuns podem ser geridos por grupos de tamanhos variados, mas para isso, precisam da composição de regras institucionais que regulem a constituição das regras operacionais, compondo “um verdadeiro sistema político” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 158), não havendo, portanto, a necessidade de impor um quadro de direitos à propriedade e o controle de um Estado soberano que privatiza os comuns, como dizem os neoliberais, para evitar a tragédia da exploração ilimitada, levando o planeta ao caos, até porque, essa é uma tragédia que já está em curso – vide reportagem do Banco Mundial mencionada anteriormente – estando sob o regime que supostamente está aí para evitar justamente aquilo de que ele é a causa.

O Comum é outro conceito espinosista que o NEXIN está trabalhando na perspectiva da Psicologia Social, com ênfase nos afetos como constituintes da experiência. Consideramos importante o destaque que Chauí (2003, p. 243, apud SAWAIA et al., 2018, p. 34) dá ao sentimento do Comum:

Ressalte-se que o comum não nega a singularidade, ao contrário, a “vida política transcorre em um espaço onde os concidadãos decidiram agir de comum acordo ou agir em comum, mas não abdicaram de seu direito natural de pensar e julgar individualmente”, afirma Chauí (2003, p. 243), referindo-se aos §2 e 3 do cap. III do Tratado Político de Espinosa.

---

<sup>8</sup> Vamos mesmo precisar de dois novos planetas? Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/news/feature/2016/08/09/objetivo-desarrollo-sostenible-ods-12-consumo>>. Acesso em: 13 maio 2019.

Sawaia (2018, p. 35) destaca a necessidade de compreensão do Comum como afeto e não apenas como bens comuns e faz isso respaldada na teoria dos afetos espinosista, em que ele não separa razão de emoção. Segundo esse filósofo, não se muda um afeto por uma ideia, só por uma emoção mais forte e contrária (ESPINOSA, ética, IV, Prop. VII, *apud* SAWAIA, 2018, p. 35), que, no caso, ocorreria em oposição ao individualismo e a competitividade.

O momento histórico atual é marcado pela possibilidade do que alguns autores chamam de “início da saída do capitalismo”. O que caracteriza esse momento são os movimentos sociais ao redor do mundo, que denunciam a crise na base do sistema capitalista, o que faz com que a proposta de uma política do Comum não seja apenas desejada, mas revolucionária e possível. Na proposta de Dardot e Laval (2017, p. 481), “a política do Comum tem como caráter histórico particular combater o capitalismo, rejeitando o comunismo de Estado”. No princípio político proposto por esses autores, está um modelo de democracia radical, que propõe a obediência às regras que o próprio grupo formulou, em um modelo de coobrigação. As regras criadas pelo grupo baseiam-se em coparticipação na atividade e codeterminação das regras, exercendo um modo de democracia verdadeira, participativa, de qualidade superior à democracia representativa.

Esse modelo parece capaz de promover uma experiência de cidade norteada pela experiência do Comum apresentada no início deste texto. Uma *perejivanie* que norteie a forma como as pessoas interagem na cidade e relacionam-se com os espaços, ocasionando um aprendizado, “uma experiência de cidade” mais justa, menos perversa.

Esse modelo de democracia radical já foi vivido de alguma forma em tempos passados. No estudo de Candido (2010) sobre o modo de vida do caipira paulista, ele apresenta uma realidade em que as pessoas viviam em bairros rurais, onde a base das interações era de ajuda mútua e não tinham o objetivo de acumulação do capital, permitindo que se intercalassem o trabalho com os festejos de cunho lúdico-religiosos. A solidariedade e a cooperação entre vizinhos era o que permitia juntar a força de trabalho necessária para as épocas de colheita ou de plantio. Contudo, atualmente, isso não ocorre mais, como se observa na seguinte passagem do livro de Candido:

Verificou-se, no entanto, acentuada substituição das formas desinteressadas pelas que envolvem retribuição, computada rigorosamente – fazendo com que as instituições tradicionais do terno e do mutirão cedam lugar às diversas modalidades de troca de serviço individual ou coletivo. (CANDIDO, 2010, p. 223).

#### 1.4.AS PRIMEIRAS CIDADES NO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA BRASILEIRA

A partir do século XV, impulsionado pelo projeto de expansão territorial e comercial, Portugal começou a investir no aperfeiçoamento da tecnologia marítima. Até o século XIX acreditava-se que teria existido uma escola especializada em estudos náuticos, intitulada de Escola de Sagres, onde reunir-se-iam os maiores estudiosos da época e isso explicaria a supremacia desses países na expansão marítima. No entanto, esse fato histórico foi refutado pelos estudiosos do tema por falta de documentos que comprovassem a existência da referida escola.

O fato é que Portugal iniciou uma investida por mar em um esforço para a descoberta de uma rota de navegação que os levasse para as Índias, que possuía importante comércio de tecidos e especiarias, evitando a travessia por terra pelo Oriente Médio. Mas um desvio na trajetória – hoje, alguns pesquisadores alegam se tratar de uma estratégia e não acaso – fez com que, em 1500, chegassem à América, em um novo território que mais tarde viria a ser nomeado de Brasil. Até há algum tempo, os livros de história registravam esse fato nomeando-o de “descobrimento”. A palavra estaria correta se tal território já não fosse habitado por moradores nativos, o povo indígena, que foi dizimado nos anos subsequentes a essa chegada. O termo mais adequado seria invasão e não descobrimento. Esse momento histórico é descrito por Munduruku da seguinte forma:

Essa terra tinha dono. Mas não um dono no sentido capitalista. Talvez fosse melhor dizer que essa terra tinha Guardiães. Ela não pertencia a ninguém, mas servia a todos com igual valor. Vimos que a pré-história brasileira imperialista é, na verdade, a história de mais de mil povos diferentes que já caminhavam sobre ela há muitos milênios. (MUNDURUKU, 2000, p. 57).

Tais acontecimentos foram uma constante na América Latina, que, em parte, era habitada pelos povos andinos. Quando espanhóis e portugueses chegaram na América – segundo a linha imaginária negociada no tratado de Tordesilhas – encontraram um território habitado pelas civilizações incas, maias, astecas, entre outras. Essas civilizações possuíam uma estrutura de sociedade complexa, baseada, principalmente, na teocracia, já havendo em alguns territórios, mais de quinhentas cidades fundadas. Algumas ruínas encontradas indicam que tais sociedades haviam desenvolvido conhecimentos avançados em astronomia e agricultura e aplicavam conceitos de geometria e matemática em suas construções.

Entretanto, esses conhecimentos foram varridos da história, juntamente com os templos, cidades e povos, restando apenas os escombros envoltos em mistérios. Tamanho é

o desconhecimento sobre esses povos, associado ao desmerecimento e à desqualificação de suas culturas, que, hoje em dia, é possível se deparar com pessoas que aceitam com maior naturalidade, por exemplo, que pinturas como as que se encontram no deserto de Nazca, tenham sido feitas por extraterrestres em naves espaciais e não pelo povo indígena que habitou aquele território. Dito de outra forma, tal é o racismo instalado na estrutura das sociedades que acham mais aceitável que extraterrestres tenham realizado a obra do que creditar esse feito às comunidades indígenas. A lógica que impera é a de que se não foi obra de um homem branco, só pode ser de alienígenas.

No Brasil, os portugueses encontraram uma situação diferente, com uma população composta por Tupis, Guaranis, Tupinambás, Tapuias, Xavantes, Yanomamis, Kalapalos, entre outras, que ocupavam o litoral e o interior de forma distribuída, estimando-se que eram faladas mais de 1.300 línguas diferentes. Os relatos desse momento histórico, até há bem pouco tempo, só demonstravam a perspectiva dos portugueses, que fizeram registros sobre os habitantes da terra por um ponto de vista tremendamente negativo e estereotipado, relegando a eles um papel submisso e coadjuvante na história. Sobre isso, Kaká Werá Jecupé (1998, p. 15), escritor de origem indígena, faz um relato em seu livro intitulado *A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio*. O trecho destacado a seguir ficou extenso em comparação com outras citações deste trabalho, mas tal ação se faz necessária para dar destaque a essa versão da história:

Segundo os historiadores, quando Cristóvão Colombo saiu da Espanha com destino à Índia e chegou à América, enganou-se, chamando os filhos dessa terra de índios. É o termo “índio” acabou sendo com o tempo adotado para designar todos os habitantes das Américas.

No Brasil, no entanto, no início do chamado “descobrimento”, os povos daqui eram chamados de negros, por não serem brancos como os portugueses, franceses, holandeses e espanhóis que aqui transitavam, e por lembrarem os africanos, já conhecidos daqueles povos. Eram os negros da terra, assim conhecidos nos primeiros séculos após a chegada dos portugueses, principalmente na região de São Paulo. Contudo, a nomeação variava de lugar para lugar. Na região baiana, onde eram escravizados ou aliciados para tirar o pau-brasil, ficaram conhecidos como brasis, ou brasilienses. Ou seja, gente da terra do pau-brasil. Os nomes variavam também de acordo com o povo ou etnia. Por exemplo, o povo de Porto Seguro, na Bahia, segundo a descrição de Pedro Vaz de Caminha, tinha a pele avermelhada, uma altura média de 1,60 metro, rosto cheio e arredondado, lábios finos, cabelos negros, lisos e compridos, pouca barba, dentes saudáveis e bem implantados. O povo “contatado” na região paulista tinha “corpo gigante”, peito largo, pelo escura, lábios grossos, cabelos curtos. (JECUPÉ, 1998, p. 15).

Por terem chegado em embarcações marítimas, os portugueses mantiveram contato primeiramente com os povos que habitavam as costas litorâneas, mas com o passar dos anos,



avançaram para o interior, motivados pela exploração de riquezas, especialmente de minérios, sendo o mais expressivo deles, o ouro. O meio utilizado para isso, era principalmente o de embarcações que seguiam pelos rios em busca de fontes de riquezas, demarcando faixas de terras a partir do litoral, em um sistema de apropriação criado pelo governo de Portugal, chamado de capitânicas hereditárias. A ordem, nesse momento, era o desmatamento. Isso porque, como território anexado de Portugal, o Brasil era visto como um lugar de selvagens, portanto, grandes áreas devastadas indicavam sinais de civilidade e serviam para convencer membros da corte portuguesa a se transferirem para as novas terras. Ao lado do governo, os bandeirantes cumpriam esse papel, avançando sobre os territórios, em expedições oficiais ou particulares, a partir, principalmente, da região de São Paulo. Exploravam em busca de pedras e metais preciosos e da captura de escravos fugitivos, aprisionamento de indígenas e localização e destruição de quilombos. Foram tidos como desbravadores do sertão, valentes expedicionários, verdadeiros heróis e durante muito tempo as escolas brasileiras trataram de ensinar isso. Tanto que, em São Paulo, existem vários monumentos, nomes de ruas, praças e rodovias homenageando esses personagens, como a estátua do Borba Gato no bairro de Santo Amaro e o monumento em frente ao parque do Ibirapuera, intitulado Monumento às bandeiras, que inclusive, já foi muitas vezes, palco de protestos como se pode ver em uma das imagens a seguir.

Figura 1 - Monumento às bandeiras



Fonte: SALES, L. Monumento às bandeiras. *Parque Ibirapuera*.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://parqueibirapuera.org/areas-externas-do-parque-ibirapuera/monumento-as-bandeiras/>>. Acesso em: 7 maio 2019.

Figura 2 - Monumento às bandeiras pichado



Fonte: Folha, 2013.<sup>10</sup>

Figura 3 - Estátua do Borba Gato



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2008.<sup>11</sup>

Nesse ponto, em relação à existência dos monumentos aos bandeirantes na cidade de São Paulo, vale abrir espaço para inserir a reflexão feita por Carlos (2018, p. 12) a respeito

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/10/1350696-monumento-as-bandeiras-amanhece-pichado-em-sp.shtml>>. Acesso em: 7 maio 2019.

<sup>11</sup> Borba Gato guarda a entrada do bairro de Santo Amaro. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*. São Paulo, 22 jul. 2008. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=285148>>. Acesso em: 7 maio 2019.

das formas e aparências presentes na cidade em que “as conquistas aparecem vinculadas aos reis” e faz o questionamento, “como pensar para além das formas e aparências?”: “Na esteira das formas, coisifica-se o homem e suas relações; suas obras e produtos lhe são subtraídos. Cria-se a ideia do herói. A história se constrói através de personagens heroicos, onde se obscurece as marcas da coletividade.” (CARLOS, 2018, p. 13)

A coletividade, nesse caso, além de europeus era composta por indígenas e africanos escravizados presentes nesse momento histórico, mas desses, pouco ou nenhum registro se tem a não ser por um aspecto acintosamente negativo. Outro exemplo disso, além do relacionado com a população indígena, como já foi mencionado anteriormente, é o que aconteceu com os registros históricos sobre a formação dos quilombos. Em geral, essas estruturas são definidas como locais que abrigavam escravos fugidos e não como os grupos organizados de resistência à escravidão, sendo o mais conhecido deles, o Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi dos Palmares, grande representante da resistência à escravidão da população negra.

Aparte realizado, podemos voltar à história da formação das cidades brasileiras. As vilas constituídas no litoral tinham, em essência, o objetivo do escoamento das riquezas para Portugal. Elas configuravam uma falta de ordem em suas construções, que acompanhavam o relevo do terreno. Com o passar dos anos, mediante a necessidade de defesa do território de invasões holandesas e francesas e organização do território anexado, o rei de Portugal ordenou a construção das primeiras cidades, que reservavam espaços centrais e de destaque para instituições, como a igreja, os centros militares e administrativos, impondo o modelo de cidade próprio da cultura europeia, construída a partir de fortificações. A partir desse modelo de colonização, em meio à luta com holandeses e franceses – que chegaram a fundar pelo menos duas cidades –, surgiram as oito primeiras cidades brasileiras: Salvador, São Sebastião do Rio de Janeiro, Paraíba, São Cristóvão (em Sergipe), Natal, São Luís, Belém e Recife.

Estado e Igreja tinham interesses mútuos e mantinham relações de colaboração. Enquanto a Igreja catequisava os índios com apoio do Estado, auxiliavam na exploração e na administração do território. Foi nesse contexto que uma missão de jesuítas se dirigiu ao território chamado de planalto de Piratininga, instalando no alto de uma colina – que atendia melhor ao objetivo estratégico de defesa do território – a construção que hoje é conhecida na cidade de São Paulo como Pátio do Colégio. Poucos anos depois, em 1560, com o objetivo estratégico de defender o povoado de São Paulo de Piratininga contra uma investida dos

Tamoios, os padres fundaram o povoado de Nossa Senhora da Conceição dos Guarus. Hoje conhecido como município de Guarulhos, recebeu esse nome porque ali viviam às margens do Rio Tietê, os Guarus, da tribo dos Guaianazes, integrantes da nação Tupi. O bairro de São Miguel Paulista, fundado como uma vila pelos jesuítas, também tinha o mesmo objetivo estratégico de defesa.

Assim, iniciou-se o processo de composição das cidades brasileiras e são essas condições que colaboraram para a constituição da subjetividade dos moradores e que organiza o modo como eles se relacionam e compreendem a vida e as interações sociais nas cidades. Retomar a historicidade do processo de ocupação das terras brasileiras, considerando pontos de vista que não contemplem unicamente o modelo eurocêntrico, é de grande relevância quando se está buscando compreender a constituição das cidades e da cidadania brasileiras. Sobre a condição de supremacia do pensamento eurocêntrico, Souza disse o seguinte: “Todo domínio social de fato tem de ser legitimado simbolicamente por ideias, as quais precisam dar a impressão que são “científicas” e objetivas para terem prestígio no mundo moderno.” (SOUZA, 2018, p. 12)

Nesse sentido, observa-se que, no processo histórico, embora a população original deste território seja a indígena, a ela é dada pouco ou nenhum crédito. Pelo contrário, a percepção herdada sobre a população indígena apresenta características de antivalor (THIÉL, 2006), tanto que, hoje em dia, muitas cidades brasileiras apontam para “traços” da cultura indígena em sua constituição, minimizando a presença desses atores no processo, chegando quase ao ponto de inexistir. O mesmo fenômeno observa-se com relação a cultura africana, cujos povos foram escravizados e trazidos ao Brasil colonial, compondo a estrutura das cidades desde a fase embrionária. Por outro lado, muitas outras cidades se orgulham de ostentar tradições vindas da cultura europeia e mesmo depois de muitas gerações sem sequer terem tido acesso aos lugares originários das tradições, mantêm uma agenda de costumes e festejos com forte componente de identificação.

Esse aspecto da composição da sociedade brasileira é analisado por Souza (2018), nomeando o processo de “sociologia do vira-lata”, destacando a participação de alguns intelectuais na construção da ideia do “homem cordial brasileiro”. Essa condição de submissão ao pensamento europeu, segundo Souza dá-se em função de interesses:

Essa visão absurda e servil do brasileiro como lixo do mundo, que retira a autoestima e a autoconfiança de todo um povo, só logrou se tornar a ideia hegemônica entre nós porque se traduz em dinheiro e hegemonia política para a ínfima elite do dinheiro que nos domina há séculos. (SOUZA, 2018, p. 15).

Tomando por base essas características, o avanço na construção das cidades brasileiras prosseguiu e como já mencionado anteriormente, com a vida da população se organizando hora em direção ao campo, hora em direção a cidade. Embora haja natural suposição de que o desenvolvimento ocorreu do campo em direção à cidade, não foi assim que se deu no Brasil e em outra parte do mundo. No início da colonização, as cidades foram construídas como fortalezas (tal como o modelo europeu) e só depois o desenvolvimento foi em direção ao interior, para o campo. Depois, voltou novamente em direção à cidade.

O processo de industrialização no Brasil só começou a partir de 1930, até então a população era predominantemente rural, com a economia fortemente assentada sobre a produção de café. A partir de 1950, o processo de industrialização intensificou-se, especialmente no sudeste do país, atraindo enorme quantidade de pessoas às cidades. Do povoado instalado no planalto do Piratininga até a construção de uma cidade com mais de 12 milhões de habitantes da atualidade, tivemos muito mais do que o mero aumento de população. A articulação de um longo e complexo conjunto de interesses e fatores se processou, configurando na cidade de São Paulo, com mais de 12 milhões de habitantes, cada qual vivendo a experiência da cidade de forma singular, em um espaço que opera dialeticamente entre a inclusão/exclusão caracterizado pelo processo histórico. Sobre a questão do espaço, Carlos (2018) nos ajuda a compreender o seguinte:

O espaço produzido pela sociedade implica desconsiderar o espaço como uma existência real independente da sociedade. A reprodução do espaço (urbano) recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital, da vida humana, da sociedade como um todo. A reprodução do espaço (urbano) enquanto produto social é produto histórico, ao mesmo tempo em que realidade presente e imediata. Esta realiza-se no cotidiano das pessoas e aparece como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar, num momento histórico específico. (CARLOS, 2018, p. 30).

Nessa perspectiva, o cidadão depara-se com uma cidade-mercadoria, em que sua condição passa a ser de consumidor, relegando a ele os espaços onde possa consumir, mediante, obviamente, ao respectivo pagamento. Nesse contexto, a cidade mostra-se um lugar de segregação, em que o simples nascimento de um indivíduo não garante a ele os direitos fundamentais à moradia, à educação, à saúde, à justiça, à liberdade; em suma, uma existência digna. Ser cidadão é diferente de ser consumidor e o exercício da cidadania, segundo Santos trata-se de respeito ao indivíduo:

O respeito ao indivíduo é a consagração da cidadania, pela qual uma lista de princípios gerais e abstratos se impõe como um corpo de direitos concretos individualizados. A cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância. (SANTOS, 2007, p. 19).

Mas Milton Santos (2007) ressalta ainda um ponto muito interessante sobre essa questão, afirmando que “a cidadania se aprende”. Como o aprendizado se caracteriza pelo que a pessoa é “capaz de fazer” com o que aprendeu, é lícito afirmar que: a cidadania é a experiência de cidade. Contudo, a cidade não propicia experiência semelhante para todos e todas, segundo Holston (2013, p. 22) a cidadania brasileira se caracteriza “pela sobrevivência de seu regime de privilégios legalizados e desigualdades legitimadas”. Essa realidade, concretizada a partir do contexto histórico que retardou as condições para a instauração dos direitos no Brasil em comparação com outros países do mundo, serve inteiramente aos interesses de manutenção do sistema de privilégios. Isso porque, na medida em que a cidade proporciona para o cidadão uma experiência que legitima a segregação, ela “ensina” um tipo de cidadania que interessa aos grupos dominantes.

Tomando por base a compreensão do campo jurídico que toma a cidadania como um conjunto de direitos e deveres dos cidadãos que pertencem a uma nação, torna-se necessário evidenciar que ela se sustenta em três pilares: direitos civis, políticos e sociais. A questão é que a compreensão de boa parte da população sobre essas instâncias é precária e não raro incorre em interpretações equivocadas entrelaçadas com intenções subjacentes, sobre a condição de determinadas camadas da população. Assim, uma pessoa que, por exemplo, necessite exercer seu direito à proteção social, muitas vezes é tratada com desmerecimento, como alguém que “fracassou” e necessita da caridade das demais pessoas da sociedade.

### 1.5.DIREITOS SOCIAIS E CIDADE

A situação apresentada no tópico anterior encontra raízes históricas na constituição de direitos no Brasil. Os direitos sociais, por exemplo, só foram legitimados tardiamente, sobretudo a partir da Constituição de 1934 e avançou principalmente em direção às questões trabalhistas. Antes disso, a assistência social era prestada por associações privadas, especialmente as religiosas. Assim, os “necessitados” eram atendidos no campo da caridade e não do direito, já que o Estado se eximia de qualquer responsabilidade por esse cidadão, atribuindo a ele a “culpa” por ter “dado errado”, desconsiderando todo o contexto social produtor de desigualdades.

Com o passar dos anos, uma parte da sociedade brasileira organizou-se e os movimentos sociais estruturaram suas pautas, a ponto de, em 1988, mediante um cenário de

abertura política pós ditadura militar, configurar-se a nova Constituição Brasileira, que incorporou as reivindicações desses grupos e ficou conhecida como a Constituição Cidadã. Foi um marco na história do país.

#### 1.6. PERIFERIZAÇÃO DA CIDADE: ONDE FOI MORAR A SOLIDARIEDADE?

Propor uma reflexão sobre a periferia é relevante para este trabalho, pois o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em vários estudos é caracterizado como responsável pela expansão das cidades, criando um processo que tem sido chamado por alguns estudiosos do tema como a periferização da periferia.

Na ocasião em que atuei como educadora comunitária no município de Guarulhos, em 2002, nos bairros Pimentas e Bonsucesso, havia um cenário muito diferente do que encontrei quando lá voltei em 2018 para realizar as entrevistas da pesquisa de campo nos três condomínios. Principalmente em Bonsucesso, local basicamente rural na época, agora possui muitos condomínios, vias asfaltadas e shopping.

Recordo-me da referência positiva que os alunos, para os quais dei aula na ocasião, tinham sobre a condição do asfaltamento das ruas. Eles, em geral, faziam menção ao fato de haver alguns que moravam “no meio do mato” como um aspecto muito negativo de habitação. O desmatamento, tal como foi retratado na época da colonização, era visto como progresso e um sinal de distanciamento dos “modos selvagens de viver”. A identificação com a população indígena, como já mencionado anteriormente, era negativa e todos os aspectos que faziam menção a esse fato precisavam ser apagados para não serem motivos de vergonha, já que são relacionados com características de incivilidade.

Outra mudança que observei nessa volta aos dois bairros foi a incrível diminuição de pessoas nas ruas. Lembro-me de haver muitas crianças que usavam esse espaço para as brincadeiras, além de muitas pessoas circulando e outras em grupos conversando. Esse retrato ficou no passado, e não o vi nos locais em que estive, até porque, as visitas aconteceram em três condomínios, cuja característica principal é o imenso muro que cerca toda a propriedade.

Essa mudança foi uma das principais constatações que tive e que me fez questionar onde estavam as pessoas? A resposta mais provável é que estavam dentro dos muros dos condomínios e dos shoppings que antes não estavam lá. Pensar que esse modelo de

organização dos espaços, antes restrito a determinados lugares da cidade, chegou também às periferias, não sem influenciar no modo como as pessoas vivem e se organizam.

Durham (1986, p. 1), ao analisar o modo de vida nas periferias, apontou que embora ela fosse diversa, era possível se reconhecer uma uniformidade de valores fundamentais, hábitos, gostos e aspirações que caracterizavam o conjunto da população. Isso porque, o nível salarial proporcionava uma uniformização do consumo, além de compartilharem a existência de problemas comuns, como habitação, saúde, escolarização e acesso ao mercado de trabalho. Segundo a autora, esse modo de existência criava padrões próprios da periferia, ou seja, condições de vida semelhantes deram origem às características culturais próprias.

Durham (1986, p. 2), em sua análise, apontou que a população pobre estava distribuída por toda a cidade nos grandes centros urbanos, mas é na periferia que ela se concentrava e onde se constituía de forma clara o seu “modo de vida”. Esse fenômeno de formação das periferias não é exclusivo do Brasil e foi caracterizado por bairros distantes, pobres e com menos acesso a transportes e serviços públicos. Diferentemente de outros bairros que conseguiam superar os obstáculos para se sociabilizar com amigos e parentes dispersos, na periferia, segundo a autora, a vizinhança acabou se apresentando como um local privilegiado para formação de redes de sociabilidade.

Nos anos finais do regime militar, conforme analisa Caldeira (2011, p. 230), os movimentos sindicais e os movimentos sociais organizaram-se exigindo serviços e equipamentos urbanos para a periferia. A melhoria de vida nesse local, segundo Caldeira (2011, p. 237), pode ser atribuída, em grande parte, à ação política de seus moradores, que desde o final dos anos 1970 organizaram uma série de movimentos sociais para exigir seus direitos à cidade.

Com o passar dos anos, mudanças significativas foram sendo inseridas nesse cenário. Feltran (2003, p. 89) chama a atenção para um aspecto importantíssimo, para o fato de que naturalizar uma percepção sobre a periferia como espaço de desemprego, violência e miséria pode contribuir para desarmar o campo da política, dos conflitos públicos e da busca por igualdade. Nesse caminho, o autor continua, as desigualdades e as tragédias são tratadas no campo do assistencialismo e da polícia e, por isso, houve um renascimento da filantropia e apoio popular para os discursos de repressão policial na virada do século.

Nesse sentido, Araújo (2011, p. 424) destaca que a partir dos estudos realizados por muitos pesquisadores nos últimos anos se observou, sobretudo, que com o processo de metropolização as periferias deixaram de ser espaços caracterizados apenas por uma



configuração segregada de serviços urbanos mal distribuídos e com longas distâncias a serem percorridas.

Nos últimos tempos, segundo a autora (2011, p. 425), o conceito de periferia vem sendo revisto, pois esses espaços passaram por profundas alterações. Destaca-se o aumento populacional e o número de pessoas que transitam pelos espaços urbanos, somando-se ainda a esses fatores, a pluralidade desses territórios, pois ao mesmo tempo em que ainda apresentam as características anteriores, outras se adicionam, especialmente as relacionadas com centros urbanos repletos de serviços e de empreendimentos residenciais ao longo das rodovias.

Os bairros periféricos que passam por esse processo de mudança em sua infraestrutura tornam-se mais caros e acabam “empurrando” os antigos moradores para locais mais distantes em busca de preços menores, criando uma “periferia da periferia”. Dessa forma, a vida na cidade de São Paulo não pode mais ser definida apenas pela polarização centro-periferia. Nesse cenário, o questionamento que surge é como que a periferia, que no passado já foi um importante espaço de lutas, conseguirá se (re)organizar nesse cenário de “aparta-mentos”?

Pedro Pontual (LAVALLE; SZWAKO, 2014), refletindo sobre o percurso histórico dos movimentos sociais reconhece que existiam dúvidas sobre a continuidade da força desses movimentos no início dos anos 2000, pois se antes estavam ligados às lutas democráticas, agora, a participação havia se tornado mais generalizada e “pasteurizada”. Pontual, indica a necessidade de haver ampliação dos espaços de participação, criando uma “nova arquitetura da participação” de forma a fortalecê-los e possibilitar uma correlação de forças sociais na disputa por políticas públicas. (LAVALLE; SZWAKO, 2014, p. 96). O autor enfatiza a importância de se construir processos educativos que “pedagogizem o conflito”, utilizando essa expressão de Paulo Freire para indicar a necessidade de explicitar os interesses em jogo ao mesmo tempo em que se estimula forma de organização que o enfrentem de tal modo que passe a significar um fator de crescimento político (PONTUAL, 1994, p. 66). Dessa forma, “trata-se de desenvolver uma pedagogia da gestão democrática capaz de contribuir para a construção de novas formas de exercício do poder no terreno da sociedade civil e nas formas de atuar do Estado.” (PONTUAL, 2006, p. 98).

Dizer que a periferia é local de solidariedade é incompleto e impreciso. Não que não seja também lugar de solidariedade, mas não é só, e é importante evidenciar isso para não se criar a armadilha do lugar idílico, onde todas as pessoas se ajudam, tal como é com a

palavra “comunidade”. Esse esforço vale também para se evitar o outro polo desse estereótipo, o da periferia violenta.

Talvez a solidariedade seja relacionada fortemente com a periferia porque é tomada no sentido de ajuda, amparo, caridade, como um sentimento que ocorre em situações de faltas, desastres, catástrofes. Nesses grandes impasses da existência humana emerge o sentimento de solidariedade, que faz com que, inclusive, pessoas atravessem grandes distâncias e se dirijam a outros países, só para ajudar o outro, necessitado. Milton Santos faz a seguinte reflexão sobre a solidariedade na cidade:

Na cidade, sobretudo na grande, os cimentos se dissolvem e mínguam as solidariedades ancestrais. Ali onde o dinheiro se torna a medida de tudo, a economização da vida social impõe uma competitividade e um selvagismo crescentes. As causas dos males aparecem como se fossem a sua solução, círculo vicioso que escancara as portas das favelas para a cultura de massas com o seu cortejo de despersonalização e a substituição dos projetos pessoais saídos da cultura, isto é, de dentro do indivíduo, por outros projetos elaborados de fora deste mesmo indivíduo, projetos decididos a conquistar todo mundo pela força da propaganda. (SANTOS, 2007, p. 29).

Sem a intenção de desmerecer as ações provocadas por esse sentimento de solidariedade, mas é necessário separá-lo desse tom quase religioso, para ressaltar o significado da palavra mais relacionada com cooperação, interdependência. Assim, ampliamos o significado dando um tom político a ele, assim como foi dito por Dardot e Laval (2017, p. 54-55) quando se referem ao Comum, como não sendo equivalente a um princípio abstrato de solidariedade. Eles dizem que até hoje não se soube extrair todas as implicações políticas da intuição de que a atividade humana é sempre coatividade e coobrigação, cooperação e reciprocidade. Então, a periferia não pode ser descrita apenas como um lugar da falta, da carência, de exercício ou necessidade de solidariedade, do não lugar, no sentido de que não é o centro.

Lefebvre (2004) percebe que o modo de produção capitalista se apropria inteiramente do espaço, seja na desintegração dos centros históricos e sua remodelação, na expansão da periferia urbana ou na efervescência dos projetos de planejamento.

O padrão de construção das cidades modelou a expansão em direção às periferias em função do valor dos terrenos das áreas mais nobres ser inviável para a população que passou a visitar esses lugares apenas na condição de trabalhadores. Após a jornada de trabalho, voltam aos seus locais de moradia, em geral, resultado de autoconstrução. De acordo com Santos:

Em termos geográficos, a periferia não será definida pela distância física entre um polo e as zonas tributárias, mas antes em termos de acessibilidade. Esta depende

essencialmente da existência de vias de transporte e da possibilidade efetiva de sua utilização pelos indivíduos, com o objetivo de satisfazer necessidades reais ou sentidas como tais. Mas a incapacidade de acesso a bens e serviços é, em si mesma, um dado suficiente para repelir o indivíduo e também, afirma, a uma situação periférica. (SANTOS, 1979, p. 229).

O acesso aos espaços da cidade é em parte inviabilizado pela precariedade do transporte público. Nos condomínios que visitei na pesquisa de campo, boa parte dos moradores entrevistados relatou pouco saírem do bairro, ou seja, a mobilidade desses cidadãos fica reduzida, configurando a periferia quase em um espaço de confinamento. Por outro lado, são os moradores da periferia que precisam percorrer a cidade, já que para trabalhar, estudar, divertir-se, ou seja, realizar as atividades da vida cotidiana, precisam se deslocar por horas, todos os dias, conhecendo outras regiões, diferentemente dos mais abastados, que dificilmente se aventuram pelos locais “menos nobres” da cidade.

A dificuldade de acesso aos espaços da cidade ocorre por falta de vontade política e de criação de políticas públicas, já que lei para isso existe e chama-se Estatuto da Cidade, Lei Federal brasileira n. 10.257, aprovada em 2001. O objetivo do estatuto, aponta o “desafio de trabalhar para reverter a segregação socioespacial” e mais adiante Maricato (2007, p. 7), diz o seguinte:

Em síntese, a lei pretende definir como regular a propriedade urbana de modo que os negócios que a envolvem não constituam obstáculo ao direito à moradia para a maior parte da população, visando, com isso, combater a segregação, a exclusão territorial, a cidade desumana, desigual e ambientalmente predatória. O EC trata, portanto de uma utopia universal: o controle da propriedade fundiária urbana e a gestão democrática das cidades para que todos tenham o direito à moradia e à cidade (MARICATO, 2010, p.7).

Como se percebe, o uso da palavra utopia aqui não quer se referir aos devaneios de pessoas sem contato com a realidade, mas sim, de uma luta, um objetivo a ser alcançado pela sociedade. O acesso à cidade é mencionado no estatuto, visando a criação de políticas de transporte público, tal como apresentado nas reflexões de Reali e Alli (2010, p. 36):

A expansão periférica demandava a ampliação dos serviços que, por sua vez, demandavam investimentos públicos que no final acabavam sendo apropriados pelo capital imobiliário por meio da valorização dos vazios. As famílias de renda mais baixa, sem possibilidade de acesso ao espaço urbano legal, ficavam segregadas em favelas, núcleos de habitações precárias distantes dos centros e dos serviços urbanos, verdadeiros territórios de exclusão. E o poder público se torna refém ou parceiro deste círculo vicioso. Em tal conjuntura, a política de transporte público passa a ser determinante para garantir o acesso à cidade, os deslocamentos casa-trabalho se multiplicam e as distâncias aumentam (REALI; ALLI, 2010, p. 36).

A mobilidade nos grandes centros urbanos é fundamentalmente apoiada nos transportes privados. Os espaços das cidades são planejados privilegiando o uso do carro particular em detrimento dos transportes coletivos. Nesse cenário, o direito à cidade é exercido por uma pequena elite política e econômica, que molda a cidade sempre na direção de seus desejos e necessidades particulares (HARVEY, 2014, p. 63). A população, refém desse modelo, acaba sendo convencida pelo forte esquema de *marketing* que os faz acreditar que esse é o jeito certo. Ainda que estejam sendo prejudicados, tendem a duvidar da própria experiência quando alguém que parece entender do assunto usa as artimanhas dos jargões publicitários. Foi o que aconteceu na eleição para a prefeitura de São Paulo, em 2016, que elegeu em primeiro turno, o candidato que apresentou um *slogan* empresarial, identificando-se como um gestor. A cidade não é uma empresa e não precisa de um gestor, precisa de um prefeito. Uma empresa tem empregados e uma cidade tem cidadãos. Uma empresa quando tem problemas com um funcionário, demite-o, mas o mesmo não pode e não deve acontecer com uma cidade.

A cidade administrada como uma empresa, privatiza os espaços públicos e os cerca com muros, coloca câmeras de vigilância, aumenta o policiamento e faz os cidadãos acreditarem que é para segurança deles (HARVEY, 2014, p. 134). A despolitização dos espaços tem o potencial de inibir novas formas de interações sociais e é por isso que Lefebvre (2001, p. 114) defende um “programa político de reforma urbana”, não sujeita a um “realismo”, embora focada no estudo das realidades. Nesse caso, segundo o autor, “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais” (LEFEBVRE, 2001, p. 117), assim como Harvey (2014, p. 247), que compartilha de afirmação semelhante, “o direito à cidade deve ser entendido não como um direito ao que já existe, mas como um direito de reconstruir e recriar a cidade”.

É preciso reconstruir a cidade para que ela propicie uma experiência de cidade baseada na experiência de comum. Mas isso só é possível com uma mudança expressiva no modo como as pessoas compreendem os espaços em que habitam e, nesse sentido, a periferia tem avançado significativamente.

É com essa experiência construída nas interações com a cidade-periferia que a pessoa vai morar no condomínio. Com base nessa experiência, a pessoa vai constituir o modo como vai interagir com os espaços privados e coletivos nessa nova moradia. O próximo capítulo dedica-se a examinar os aspectos que caracterizam a vida em condomínios.

## 2. CONDOMÍNIOS: QUANDO A PROPRIEDADE PRIVADA OCUPA O LUGAR DO ESPAÇO PÚBLICO

Quem construiu Tebas, a de sete portas?  
Nos livros, ficam os nomes dos reis.  
Os reis arrastaram os blocos de pedra  
Babilônia, muitas vezes destruída,  
Quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casa  
De Lima auri-radiosa moravam os obreiros?  
Para onde foram, na noite em que ficou pronta a Muralha da China,  
Os pedreiros? A grande Roma  
Está cheia de arcos de triunfo. Quem os erigiu? Sobre quem  
Triunfaram os Césares? Bizâncio multicelebrada  
Tinha apenas palácios para seus habitantes? Mesmo na legendária Atlantis,  
Na noite em que o mar a sorveu,  
Os que se afogavam gritavam por seus escravos.  
O jovem Alexandre conquistou a Índia.  
Ele sozinho?  
César bateu os gauleses.  
Não levava pelo menos um cozinheiro consigo?  
Felipe da Espanha chorou, quando sua armada  
Foi a pique. Ninguém mais teria chorado?  
Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos. Quem  
Venceu junto?  
Por todo canto uma vitória.  
Quem cozinhou o banquete da vitória?  
Cada dez anos um grande homem.  
Quem pagou as despesas?  
Histórias de mais.  
Perguntas de menos.

(Perguntas de um operário que lê<sup>12</sup>, Bertolt Brecht, tradução de Haroldo de Campos)

Começar este capítulo com o poema de Brecht tem a intenção de fazer um convite à reflexão dessas enormes estruturas habitacionais que são os condomínios. Para além das formas, marcadamente expressas nos gigantescos muros que os cercam, a intenção é a de pensar nessa estrutura inserida na cidade com os inevitáveis efeitos que ela causa sobre a vida nesse local. Tal como no poema, tantas perguntas poderiam ser feitas: onde vivem as pessoas que mantêm essa estrutura funcionando? E as que fizeram a construção, onde viviam? Como se sentem as pessoas que vivem no condomínio? Sentem-se seguras? E na rua onde moram, conhecem alguém de lá? Tem praças ou parques por perto? Frequentam lugares públicos? Será que conhecem seus vizinhos? Já ajudaram algum vizinho ou receberam ajuda de um? Quais afetos norteiam a vida por trás e fora desses muros? São tantas perguntas!

Para compreender o lugar que os condomínios ocupam na cidade é importante retomarmos em alguma medida o que foi tratado no capítulo 1 sobre a constituição das cidades como espaços que medeiam as interações que aí se processam, avançando, no entanto, para a inserção de ponderações sobre os espaços públicos e privados nessa reflexão.

A cidade é o lugar onde as pessoas se encontram e onde se produzem as interações que constituem a própria cidade e os cidadãos a partir de um processo sócio-histórico. As interações sociais na cidade são mediadas pelo entrelaçamento dos espaços, que se constituem como públicos ou privados e organizam as compreensões e os aprendizados sobre os padrões de diferenciações sociais gerados pela estrutura de classes. Constitui-se, assim, a subjetividade do que é viver na cidade.

E viver na cidade não é tarefa fácil, por exemplo, antigamente, as pessoas que habitavam as regiões periféricas não se reconheciam como pertencentes a esse local. Elas costumavam fazer referência a necessidade de “ir à cidade” para fazer compras, por exemplo, querendo dizer que iam ao centro. Era lá o lugar conhecido como “cidade” e não na periferia. O centro da cidade era lugar de prédios, carros, comércio e, por sua vez, não era lugar de morar, era lugar de “fazer as compras ou trabalhar”.

---

<sup>12</sup> COSTA, W. C. Três Brechts. *Fragments*, Florianópolis, n. 25, p. 69-76, jul./ dez. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/download/7680/7013>>. Acesso em: 20 maio 2019.

Tal como foi feito no capítulo 1, analisar o processo histórico que caracterizou a cidade nos dá subsídios para compreender as bases sobre as quais se fundamentam essa percepção sobre o centro da cidade. Araújo (2012, p. 134) menciona os primórdios da constituição das cidades no Ocidente, referindo-se à Grécia como uma cidade política cujo centro do poder dos homens livres era exercido na *Ágora*. A divisão social do trabalho era dada nesse contexto, por sacerdotes, príncipes, chefes militares e escribas e, do outro lado, havia artesãos, camponeses e escravos. A divisão espacial do trabalho na cidade acontecia em praças, monumentos e palácios, estendendo-se por um vasto território agrícola.

Ainda segundo Araújo (2012, p. 134), o comércio era uma atividade malvista, realizada por “forasteiros” em espaços distantes do centro. Essa realidade foi modificada a partir do momento histórico em que os comerciantes passaram a ser classe hegemônica realizando as atividades de comércio no centro da cidade. Desde então, a praça central é a do mercado e o espaço nesse local é destinado à troca. Essa condição manifesta-se também nas representações da relação campo-cidade, em que o “campo passa a ser o mundo das forças incontroladas e tenebrosas, enquanto a cidade torna-se o lugar da liberdade” (ARAÚJO, 2012, p. 135).

Com a criação do processo de industrialização, a cidade caracterizou-se por uma importante fonte de mão de obra e isso impôs uma nova mudança na estrutura social, ampliando a malha urbana que se estendeu para as periferias. Ao analisar os dados da população, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destaca que o processo de industrialização e urbanização iniciado no Brasil, a partir da Segunda Guerra Mundial, fez com que aumentassem os movimentos migratórios de áreas rurais com destino às áreas urbanas do país. A população rural diminuiu especialmente na década de 1970, quando 2,5 milhões de habitantes deixaram o campo em direção à cidade nas regiões nordeste, sudeste e sul, para as áreas urbanas das próprias regiões, bem como em direção aos centros urbanos da região sudeste, principalmente para o estado de São Paulo.

Araújo explica a urbanização valendo-se da referência em Lefebvre:

Primeiramente, a industrialização negou a centralidade na cidade, fenômeno que Lefebvre identifica como “implosão”, pois, o conteúdo político e comercial perde sua potência social. Depois, ocorre a “explosão” da cidade ou projeção de fragmentos da malha urbana disjuntos por uma vasta região (as periferias). Deste duplo processo (implosão-explosão) uma anticidade foi produzida, negando com extrema potência a cidade política-comercial. Essa anticidade tem como fundamento a generalização das relações pautadas no valor de troca, sobrepujando-se ao valor de uso e, conseqüentemente, a substituição da obra pelo produto. Tal fundamento esvaziou a qualidade dos costumes e das relações espaço-tempo, aplainando-as a uma condição quantitativa cuja melhor expressão está contida no cotidiano. Por exemplo, as festas outrora ricas de significações se tornaram uma repetição de signos destinados ao consumo. (ARAÚJO, 2012, p. 135-136).

Esse fenômeno das relações pautadas no valor de troca pode ser observado na cidade a partir da constatação sobre a ampliação da oferta de espaços que propiciam essas interações. Os grandes centros urbanos viraram uma grande loja, abertos 24 horas para satisfazer todos os desejos de consumo, obviamente, de quem pode pagar por eles.

## 2.1.A RUA

As ruas das metrópoles repletas de gente, paradoxalmente não são lugar de encontro, mas de massa que vai ao emprego, às escolas e às compras.

No Brasil, a transição do poder político, econômico e cultural do campo para a cidade, segundo Souza (2017, p. 60), pode ser analisado pela metáfora da casa e da rua, pois demonstra um modelo de privatismo e personalismo rural, de transposição para a cidade do modo como ocorriam no campo. Assim, ele descreve:

O sobrado, a casa do senhor rural na cidade, é uma espécie de prolongamento material de sua personalidade. Sua relação com a rua, essa espécie arquetípica e primitiva de espaço público, é de desprezo. A rua é o lixo da casa, representa o perigo, o escuro, é simplesmente a não casa, uma ausência. (SOUZA, 2017, p. 60).

Essa lógica se transferiu, ainda segundo Souza (2017, p. 61), para os bairros e condomínios burgueses de hoje em dia. No cotidiano da cidade, praticamente inexistem espaços públicos produtores de encontros potentes, em geral, os espaços são voltados para produção das relações de consumo. Nesse contexto, no cotidiano da vida na cidade, uma pessoa que precisa se deslocar para vários locais, para citar somente um exemplo, não encontra um espaço público em que possa fazer uma refeição que não seja adquirida em algum ponto comercial. Na cidade, não há um local adequado para que a pessoa possa sentar-se para fazer uma refeição trazida de casa. Os espaços que apresentam essas características, em geral, são propriedades privadas de comerciantes, que somente disponibilizam a infraestrutura para aqueles que adquirem os produtos em sua loja.

Essa situação dos espaços da cidade tem sido amplamente estudada por vários pesquisadores, Levy (2010) apresenta uma visão geral sobre os termos utilizados para expressar as reflexões de cada autor:

Várias são as denominações para essa nova configuração do espaço urbano, como: “espaços públicos mortos” (Sennet, 1992), “desertificação dos espaços públicos” (Jacobs, 2000), “redução considerável da diversidade e heterogeneidade dos espaços de interação social interclasses” (Abrahão, 2008), “espaço residual entre edifícios e vias” (Borja e Muxi, 2003). Tais concepções nos remetem à perda da essência do espaço urbano das cidades, qual seja, a função de mesclar pessoas e diversificar atividades. (LEVY, 2010, p. 101).



O autor, valendo-se da referência em Gomes (GOMES, 2002, p. 183 apud LEVY, 2010, p. 102), problematiza o fato de que nesse contexto a via pública acaba sendo utilizada apenas para circulação e cada vez menos as pessoas saem de casa, e quando o fazem, utilizam um automóvel para se dirigirem a um destino específico, reproduzindo a ideia de que o confinamento traz segurança. Os efeitos disso, alerta o autor, são nefastos, porque ao se adotar a dimensão privada como estilo de vida as pessoas negligenciam a vida coletiva e a cidade.

Diante disso, a definição que Harvey (2014, p. 134) adota para cidade é como um “lugar onde pessoas de todos os tipos e classes se misturam, ainda que relutante e conflituosamente, para produzir uma vida em comum, embora perpetuamente mutável e transitória”, fica pouco provável, já que os encontros potentes para constituição de experiência do comum são quase impossíveis de ocorrer em um modelo de cidade que temos na atualidade, como São Paulo, caracterizada pelo medo, violência, desigualdade extrema e espaços excludentes.

A cidade de São Paulo tem hoje, segundo dados do IBGE<sup>13</sup>, 12,2 milhões de habitantes, e na região metropolitana de São Paulo, duas outras cidades também já superaram a marca de 1 milhão de habitantes: Campinas, com 1,2 milhão e Guarulhos, região onde estão os condomínios que foram objetos desta pesquisa, com 1,4 milhão.

Com quase 85% da população vivendo em centros urbanos é esperado que surjam problemas de toda ordem, incluindo o de espaço. Nesse sentido, os condomínios apresentam-se com uma possibilidade de atenuar esse problema e viabilizar o adensamento nas cidades. Contudo, eles acentuam uma marca dos grandes centros urbanos, que é a de construir cercas e muros e privatizar o que deveria ser espaço público.

A presente pesquisa parte da hipótese de que os espaços públicos são fundamentais para a vivência do comum. Os condomínios dão pouca importância para a qualidade dos encontros que vão propiciar, pelo simples fato de que o acesso a esses espaços é restrito a quem é o proprietário ou a quem é consumidor (ou trabalhador, se estiver com o crachá que o identifica). E a forma concreta de se observar isso é por meio dos grandes muros que cercam os condomínios, que já foi tema de muitos estudos, sendo um deles bastante expressivo, que resultou na publicação do livro *Cidade de muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo*, da autora Teresa Pires do Rio Caldeira (2011).

---

<sup>13</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios, resultados do universo*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd\\_2010\\_caracteristicas\\_populacao\\_domicilios.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2019.

Vale apontar que a palavra “condomínio” significa, segundo o dicionário Aurélio<sup>14</sup>, “domínio que pertence a mais de uma pessoa juntamente ou a mais de uma nação”. A palavra “condômino”, segundo o mesmo dicionário, significa “1 – aquele que, com outrem, tem parte numa propriedade; 2 – cada um dos proprietários de uma fração num prédio, geralmente de um apartamento”<sup>15</sup>. O condômino, portanto, é o proprietário e não o inquilino e o segundo somente pode exercer o direito de votação em assembleia se tiver uma procuração do proprietário. Pois bem, a unidade em que o condômino reside é denominada de apartamento, e o significado dessa palavra segundo o dicionário Priberam<sup>16</sup>: “(apartar + mento): 1 – ato ou efeito de apartar, apartação; 2 – separação; despedida; 3 – ausência, retiro, solidão; ou então: do francês *appartement*: 1 – unidade residencial de um prédio, composta por vários cômodos; 2 – cômodo, aposento individual”<sup>17</sup>.

## 2.2.A VIDA EM CONDOMÍNIOS: SEGREGAÇÃO NO TERRITÓRIO E AS EXPERIÊNCIAS DO COMUM

O ponto-de-venda mais forte do condomínio era a sua segurança. Havia as mais belas casas, os jardins, os playgrounds, as piscinas, mas havia, acima de tudo, segurança. Toda a área era cercada por um muro alto. Havia um portão principal com muitos guardas que controlavam tudo por um circuito fechado de TV. Só entravam no condomínio os proprietários e visitantes devidamente identificados e crachados.

Mas os assaltos começaram assim mesmo. Os ladrões pulavam os muros. Os condôminos decidiram colocar torres com guardas ao longo do muro alto. Nos quatro lados. As inspeções tornaram-se mais rigorosas no portão de entrada. Agora não só os visitantes eram obrigados a usar crachá. Os proprietários e seus familiares também. Não passava ninguém pelo portão sem se identificar para a guarda. Nem as babás. Nem os bebês.

Mas os assaltos continuaram.

Decidiram eletrificar os muros. Houve protestos, mas no fim todos concordaram. O mais importante era a segurança. Quem tocasse no fio de alta tensão em cima do muro morreria

---

<sup>14</sup> Dicionário do Aurélio on-line. Significado de condomínio. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/condominio>>. Acesso em: 23 maio 2019.

<sup>15</sup> Dicionário do Aurélio on-line. Significado de condômino. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/condomino>>. Acesso em: 23 maio 2019.

<sup>16</sup> A opção de mudança de fonte de pesquisa do dicionário do Aurélio para o Priberam deu-se em função de o primeiro apresentar o significado apenas para “apartar” e não para “apartamento”.

<sup>17</sup> Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Apartamento. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/apartamento>>. Acesso em: 23 maio 2019.

eletrocutado. Se não morresse, atrairia para o local um batalhão de guardas com ordens de atirar para matar.

Mas os assaltos continuaram.

Grades nas janelas de todas as casas. Era o jeito. Mesmo se os ladrões ultrapassassem os altos muros, e o fio de alta tensão, e as patrulhas, e os cachorros, e a segunda cerca, de arame farpado, erguida dentro do perímetro, não conseguiriam entrar nas casas. Todas as janelas foram engradadas.

Mas os assaltos continuaram.

Foi feito um apelo para que as pessoas saíssem de casa o mínimo possível. Dois assaltantes tinham entrado no condomínio no banco de trás do carro de um proprietário, com um revólver apontado para a sua nuca. Assaltaram a casa, depois saíram no carro roubado, com crachás roubados. Além do controle das entradas, passou a ser feito um rigoroso controle das saídas. Para sair, só com um exame demorado do crachá e com autorização expressa da guarda, que não queria conversa nem aceitava suborno.

Mas os assaltos continuaram.

Foi reforçada a guarda. Construíram uma terceira cerca. As famílias de mais posses, com mais coisas para serem roubadas, mudaram-se para uma chamada área de segurança máxima. E foi tomada uma medida extrema. Ninguém pode entrar no condomínio. Ninguém. Visitas, só num local predeterminado pela guarda, sob sua severa vigilância e por curtos períodos.

E ninguém pode sair.

Agora, a segurança é completa. Não tem havido mais assaltos. Ninguém precisa temer pelo seu patrimônio. Os ladrões que passam pela calçada só conseguem espiar através do grande portão de ferro e talvez avistar um ou outro condômino agarrado às grades da sua casa, olhando melancolicamente para a rua.

Mas surgiu outro problema.

As tentativas de fuga. E há motins constantes de condôminos que tentam de qualquer maneira atingir a liberdade.

A guarda tem sido obrigada a agir com energia.

(VERÍSSIMO, 2001, p. 42).

Ao apresentar a crônica de Veríssimo tive a intenção de problematizar a experiência de viver nesse tipo de habitação, que é cercado de muros e de vigilância e segregado do território, que são os condomínios. O principal argumento de vendas dessas estruturas é a segurança. O

*marketing* das construtoras explora sem muito esforço a insegurança das pessoas que vivem na cidade e o medo que elas sentem nos encontros proporcionados nos espaços públicos. Veríssimo apresenta, com humor ácido, o cinismo da vida rodeada por muros. De forma brilhante, ironiza a segurança dos condomínios estabelecendo uma analogia, implícita e não declarada, com uma prisão de segurança máxima. O resultado é uma descrição hilária do que seria um cotidiano de vida na cidade fundamentado na busca por segurança máxima ao patrimônio adquirido.

Tomando a liberdade de ampliar os parâmetros dessa história, existe um outro lado dessa moeda que Veríssimo não explora, bem menos engraçada, diga-se de passagem. Refere-se à condição de que possivelmente existam moradores que não tentarão a fuga. Provavelmente, a maioria. Eles viverão contentes dentro dessa estrutura e organizarão suas vidas segundo os critérios impostos por ela, acreditando-se “livres” para viverem a vida “que escolheram”, sem perceber o grau de servidão a que estão submetidos. Foucault (1987) apresenta em *Vigiar e punir* uma riquíssima análise sobre esse processo:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até as singularidades necessárias e suficientes. “Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. (FOUCAULT, 1987, p. 143)

A busca por segurança e proteção não é nova na história da constituição das cidades, como já se observou neste trabalho, e nem exclusiva da humanidade. É possível encontrar paralelos também no mundo animal. Em uma visita que fiz ao Pantanal do Mato Grosso, em 2018, observei situações em que os pássaros buscam a proteção do grupo contra os predadores, não se limitando aos que pertencem a mesma espécie. Eles fazem seus ninhos próximos de outras espécies para que possam se proteger mutuamente. A diferença entre eles é justamente o que promove a segurança do grupo.

Observei que era comum as pessoas locais se referirem a essas árvores com vários ninhos como “condomínios de pássaros”. Curioso notar que esse fenômeno conhecido no Pantanal como “ninhais” é atualmente apelidado de “condomínio” pelas pessoas que moram na região. Isso porque, o condomínio, em princípio, era um tipo de moradia próprio de grandes centros urbanos e não era comum encontrá-lo em cidades menores. Nesse caso, dificilmente entraria para o linguajar da região se não tivessem um referencial próximo do cotidiano da vida

local. Mas essa situação foi modificada, provavelmente com a chegada do Programa Minha Casa Minha Vida, que construiu condomínios em cidades de todo o país, levando essa modalidade de moradia familiar em lugares onde antes não existiam.

Na viagem de barco ao longo do rio Cuiabá ou na MT-60, conhecida como rodovia Transpantaneira, próximo à cidade de Poconé, observamos várias árvores nessas condições e os moradores relatam a situação de espécies como japuira, caturrita e maçarico-real que optam por construir seus ninhos na mesma árvore em que o tuiuiu constrói o dele, desenvolvendo, dessa forma, um sistema de proteção eficiente, complementando-se em suas qualidades. A japuira, a caturrita e o maçarico-real operam como o sistema de alarme, fazendo muito barulho toda vez que um predador se aproxima e o tuiuiu, alertado pelo barulho que as outras aves fizeram e com um porte bem maior que o delas, atua como combatente espantando os predadores. A árvore em que esse “condomínio” de pássaros é construído, é escolhida, geralmente, pela localidade que apresenta facilidade para encontrar alimentos e pela qualidade dos “outros moradores” que podem apoiá-lo na tarefa de proteger sua cria. Nas imagens a seguir estão os registros que fiz das árvores em que se observa essa situação.

Figura 4 - Árvores com ninhos às margens do rio Cuiabá



Fonte: Arquivo da autora.

Figura 5 - Árvore com diversas espécies de pássaros cuidando de seus ninhos



Fonte: Centro de Interpretação Ambiental no Sesc Pantanal.

O fato é que os condomínios representam, atualmente, uma realidade sem volta na vida das cidades, especialmente nas metrópoles ou megalópoles. Embora existam condomínios nas versões verticalizadas ou horizontais, é na primeira que se atende à demanda por falta de espaço tão presente nas cidades<sup>18</sup>.

Foi em meados dos anos 1970 que foram construídos os primeiros grandes condomínios verticais, alguns fora da cidade, com a oferta de infraestrutura equivalente à de um clube<sup>19</sup>. De lá para cá a expansão foi enorme. Segundo o último Censo Demográfico (2011, p. 160), em 2010 existiam no Brasil cerca de 57,3 milhões de domicílios considerados particulares e permanentes. Desses, mais de 1 milhão são em vilas ou condomínios. Compondo o cenário na atualidade, acaba sendo a opção de moradia de parte expressiva da população, não se

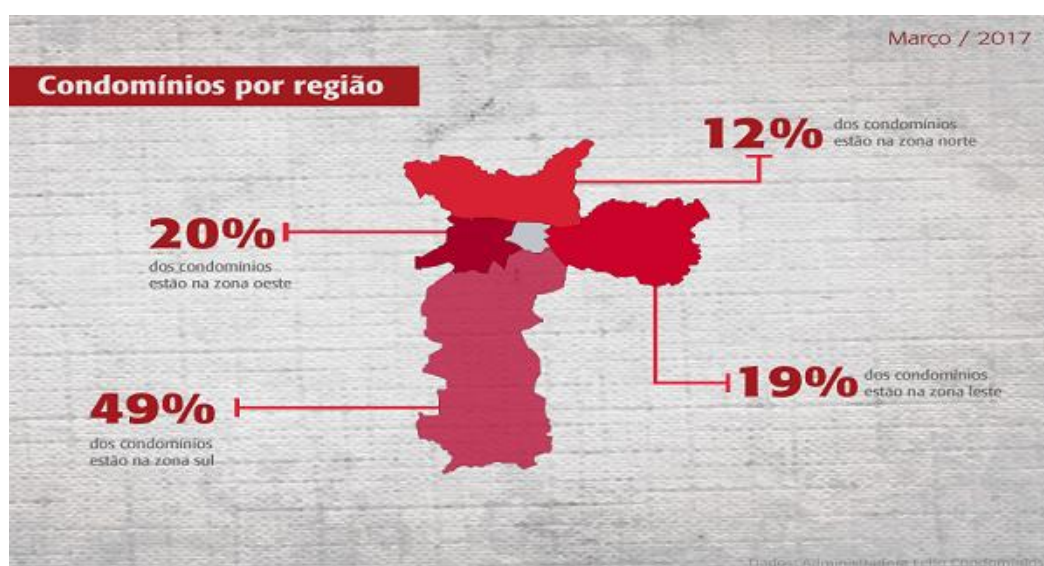
---

<sup>18</sup> Estima-se que no Brasil o fenômeno da verticalização tenha se intensificado por meio da crise no setor agrário e cafeeiro aliado às tendências mundiais. As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro foram as primeiras em que essas estruturas começaram a aparecer e embora houvesse um problema concreto a ser resolvido devido a falta de espaço, não foi com essa perspectiva que os primeiros condomínios surgiram nessas cidades. Mas há um aspecto interessante da realidade em São Paulo para o qual Sposati (2013, p. 16) chama à atenção, que é o fato de que a verticalização nas periferias foi adotada como técnica popular de construção. Dessa forma, o barraco de madeira ou o sobradinho de alvenaria sobem com a construção de mais um cômodo para abrigar um familiar, um pequeno negócio ou até mesmo para alugar. Portanto, a verticalização não está ligada somente às moradias das classes mais abastadas.

<sup>19</sup> Caldeira (2011, p. 259) chama a atenção para um aspecto interessante dessa questão, que é o fato de que as classes altas tiveram de realizar mudanças em seus valores para associarem esse tipo de moradia com espaços de prestígio. Isso porque as moradias coletivas eram malvistas e bastante desvalorizadas por serem associadas a cortiços.

restringindo mais somente às camadas mais abastadas. Em um estudo feito pela Lello Condomínios<sup>20</sup> (2017), observa-se que 37% da população paulistana vive em condomínios, em um total de 1,5 milhão de apartamentos. Juntos, os condomínios da capital movimentam R\$ 13 bilhões anuais e empregam 140 mil funcionários próprios ou terceirizados. As regiões oeste e sul concentram o maior número de condomínios, mas, segundo o estudo, como já não apresentam mais terrenos viáveis para a construção de novos empreendimentos, o crescimento direcionou-se a outras regiões, como a zona leste, que apresentou expressivo aumento desse tipo de moradia e tem 19% do número de condomínios da cidade, conforme se observa na figura a seguir:

Figura 6 - Mapa de condomínios em São Paulo por região



Fonte: Lello Condomínios. Mapa dos condomínios de São Paulo, 2017.<sup>21</sup>

A razão dessa escolha ocorre, prioritariamente, pela busca de segurança (embora existam também outras razões), que utiliza como estratégia central a construção de enormes muros. Uma reportagem do Jornal GGN<sup>22</sup> informou que o jornal inglês The Guardian fez uma

<sup>20</sup> Vide: Lello Condomínios. *Mapa dos condomínios de São Paulo*, 2017. Disponível em: <<https://www.lellocondominios.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Indicadores-2017.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2019.

<sup>21</sup> Vide: Lello Condomínios. *Mapa dos condomínios de São Paulo*, 2017. Disponível em: <<https://www.lellocondominios.com.br/condominios-por-regiao-2017/>>. Acesso em: 20 maio 2019.

<sup>22</sup> FAERMANN, P. Jornal The Guardian cita Brasil como um país dividido por muros. *Jornal GGN*, 22 nov. 2013. Disponível em: <<https://jornalgggn.com.br/habitacao/jornal-the-guardian-cita-brasil-como-um-pais-divido-por-muros/>>. Acesso em: 20 maio 2019.

lista com os dez maiores muros do mundo e o Brasil figurou nela em sexto lugar. O prêmio de sexto maior muro do mundo foi para o condomínio fechado de Alphaville, que tem 64 km de extensão, localizado na cidade de Barueri, na Grande São Paulo. Esse muro, associado a outros recursos, mantém obviamente “do lado de fora” os outros habitantes da região, marcados pela pobreza. Na reportagem é apresentada a fala de uma moradora que diz que “muros adicionam divisões sociais, mas eu estou feliz que estou no lado certo delas”. A compreensão dessa moradora é a de que existe um lado certo e um errado, e o “lado dela” é o “lado certo” da existência, demonstrando uma lógica de classe dominante que naturaliza a segregação. Não faltam exemplos dessa concepção no mundo, de que a função do muro é a de proteger, desconsiderando que é por meio dele que se concretizam as ações de segregação.

Caldeira (2011, p. 211) apresenta três formas diferentes pelas quais a segregação social se expressou historicamente no espaço urbano de São Paulo. A primeira, vigente até meados de 1940, apresentava uma cidade com uma pequena área urbana em que os diferentes grupos sociais se comprimiam, segregando-se por tipo de moradia. A segunda, após 1940, os diferentes grupos sociais foram separados por grandes distâncias, ficando com as áreas centrais as classes média e alta, onde havia boa infraestrutura e os mais pobres foram às periferias, marcadamente distantes e sem infraestrutura. A partir dos anos 1980 uma nova forma (a terceira) começou a se configurar, fazendo emergir os espaços em que diferentes grupos sociais vivem próximos, mas separados por muros e tecnologias de segurança, não interagindo em áreas comuns. Um agente que favorece esse modelo de organização é, segundo Caldeira (2011), os “enclaves fortificados”:

Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificativa é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os “marginalizados” e os sem-teto. (CALDEIRA, 2011, p. 211)

Dessa forma, a vida hoje na cidade de São Paulo não pode ser definida apenas pela polarização centro-periferia, até porque, tal como foi explicitado no capítulo 1, observa-se um fenômeno de criação de “novas periferias”, isto é, bairros que antigamente eram classificados como periféricos, com a inerente falta de infraestrutura que se associava a esses lugares, desenvolveram-se e hoje possuem condições melhores do que as que enfrentaram no passado. Essa nova realidade, como já foi relatada em outro ponto deste trabalho, foi observada por mim ao realizar a pesquisa de campo nos bairros de Bonsucesso e Pimentas, em Guarulhos. Na época em que atuei como educadora comunitária nessas localidades, deparava-me com uma realidade que se aproximava de uma zona rural, com plantações e animais. Quando voltei lá para realizar



a pesquisa de campo, encontrei um lugar diferente, com asfaltamento, iluminação pública, muitas lojas, prédios, condomínios e shoppings. Esse processo tornou o local mais caro e “empurrou” os que não podiam pagar para mais longe, criando uma “periferia da periferia”<sup>23</sup>.

Essa expansão vigorosa na periferia, conforme aponta Durhan (1986, p. 3), deu-se em razão de vários fatores, como será visto com mais detalhes no próximo tópico, e aconteceu principalmente a partir da década de 1950, quando houve uma mudança no modo de resolver os problemas de habitação. A autora relata que o problema da habitação, no passado, era resolvido com a construção de vila operárias que eram alugadas para os trabalhadores pela iniciativa privada, mas a partir da Segunda Guerra Mundial, o governo congelou os aluguéis e criou uma legislação que protegia o inquilino, tornando esse investimento menos lucrativo. Com isso, segundo Durhan (1986, p. 3), abriu-se o negócio de terrenos de baixo valor imobiliário localizados em áreas de topografia desfavorável, difícil acesso e desprovido de serviços públicos.

As classes populares viram a oportunidade de realizar o sonho da casa própria, e em um movimento de autoconstrução produziram bairros inteiros com ruas irregulares, sem serviços públicos e, na maior parte das vezes, sem regularização. Com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, mediante importante crise da habitação, o governo militar, buscando o apoio das massas populares, implantou um modelo de financiamento da construção civil habitacional nos moldes capitalistas, que acabou por resultar no Sistema Brasileiro de Habitação (SFH), que contava com vultuosos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

O BNH, conforme aponta Bonduki (2008, p. 73), nos 22 anos de funcionamento, financiou a construção de 4,3 milhões de unidades habitacionais novas, das quais, 2,4 para o setor popular e o restante em construção de moradias de médio e alto padrões. Para a construção de moradias em larga escala foi criada, em 1965, a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab-SP). Os conjuntos habitacionais construídos com os recursos do BNH atendiam a uma demanda de escala e obedeciam a legislação que impunha as características para tais construções. Sendo assim, esses conjuntos viraram sinônimo de isolamento,

---

<sup>23</sup> Segundo Caldeira (2011, p. 230), as tensões tão presentes na cidade nos dias de hoje ficaram aquietadas durante um bom período, passando a impressão de que a estrutura de classes que colocava os ricos em bairros centrais separados por grande distância dos pobres que viviam em bairros periférico, era um sinal simulado e aparente de “paz social”. Entretanto, Caldeira (2011, p. 230) nos explica que essa situação se dava em razão de três fatores: primeiro, a distância que separava as classes criava uma separação espacial e impedia que os encontros ocorressem; segundo, o crescimento econômico fez com que acreditassem na possibilidade de mobilidade social; e terceiro, a repressão militar impediu a expressão política de movimentos e a oposição ao regime.

conhecidos como bairro-dormitórios, onde havia falta de qualidade arquitetônica e de preocupação com questões urbanísticas.

Um exemplo disso pode ser encontrado no Distrito de Cidade Tiradentes, onde está instalado o maior complexo de conjuntos habitacionais da América Latina, com cerca de 40 mil unidades, a maioria delas construída na década de 1980 pela Cohab, pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) e por grandes empreiteiras, com financiamento do BNH<sup>24</sup>. As características da moradia definidas por espaços pequenos, úmidos, pouco iluminados, foi apelidada pelos moradores de “pombal”.

A moradia em condomínios verticais chamados de populares, trouxe para os moradores algo totalmente novo, demandando uma adaptação a essa modalidade de moradia. Segundo o estudo da Lello (2017)<sup>25</sup>, entre os anos de 2009 e 2014, cerca de 210 mil pessoas passaram a morar, pela primeira vez, em condomínios residenciais em São Paulo.

### 2.3.HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL (HIS) E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV): MORADIA ATÉ PARA QUEM TEM ZERO DE RENDA

A Habitação de Interesse Social (HIS) é uma área que teve um percurso histórico difícil. Segundo Bonduki (2008, p. 71), a questão da habitação só começou a ser tratada após o golpe militar, em 1964, com a criação do Banco Nacional de Habitação. O autor faz menção a uma frase atribuída a Sandra Cavalcanti, primeira presidente do BNH, “a casa própria faz do trabalhador um conservador que defende o direito de propriedade”. Observa-se nessa frase que a habitação era vista como um instrumento de combate às ideias comunistas e progressistas no país. O BNH vigorou nos anos de 1964 a 1986 e Bonduki (2008, p. 73) salienta que foi o único período em que o país teve, de fato, uma Política Nacional de Habitação (PNH). Em 1967, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que trouxe vultuosos recursos para o Sistema Brasileiro de Habitação (SFH).

O BNH foi extinto em 1986, um ano depois do fim do regime militar, tendo cometido muitos erros, entre eles, a construção de grandes conjuntos habitacionais nas periferias das cidades, criando, com isso, imensos bairros dormitórios. Próximo do final, essa instituição era

---

<sup>24</sup> Informações disponíveis no site da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/cidade\\_tiradentes/historico/index.php?p=94](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/cidade_tiradentes/historico/index.php?p=94)>. Acesso em: 1 jun. 2019.

<sup>25</sup> Vide: LELLO CONDOMÍNIOS. *Mapa dos condomínios de São Paulo*, 2017. Disponível em: <<https://www.ellocondominios.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Indicadores-2017.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2019.

uma das mais odiadas no país, pois era vista como uma instituição representante da ditadura. Segundo Bonduki (2008, p. 75), o cenário era de organização do movimento de moradia e dos sem-terra, além do Movimento Nacional dos Mutuários, que agregava mutuários de baixa renda e classe média, incapacitados de pagar a prestação da sonhada casa própria. Todos pediam mudanças, em clima de luta por eleições diretas para presidente. De 1986 (quando o BNH foi extinto) até a criação do Ministério das Cidades, em 2003, Bonduki (2008, p. 76) relata que a gestão da política habitacional esteve subordinada a sete ministérios ou estruturas administrativas diferentes, demonstrando a deficiência do Governo em criar estratégias de enfrentamento desse problema.

A maior conquista nessa esfera deu-se no âmbito da Carta Magna, quando em 1988 a Constituição Federal, adotou um texto que reconhecia o direito à moradia. Assim, no art. 6º temos o seguinte:

Art. 6º: são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015). (BRASIL, 1988, 2015)

No artigo 5º da CF também há uma redação que merece destaque para essa reflexão. Trata-se do item “XXIII – a propriedade atenderá a sua função social”, que, inclusive, é precedido do item que trata da garantia do direito de propriedade.

Em se tratando de legislação, o Brasil apresenta um arcabouço voltado para as questões urbanas reconhecidas no mundo todo. Podem ser citados o Estatuto das Cidades; a Lei da Mobilidade Urbana; o Estatuto da Metrópole e a Legislação de Resíduos Sólidos. Contudo, essas leis, na prática, não são aplicadas como deveriam. É a crítica que Maricato (2003, p. 160) faz aos recursos utilizados por grupos que ela chamou de “adversários da chamada Reforma Urbana”. Esses grupos incluíram alguns instrumentos na redação dessas leis, que acabaram funcionando como uma trava para as conquistas. Um exemplo disso é a Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, que nasceu com o intuito de estabelecer as diretrizes gerais da política urbana, mas, na prática, o que se observa é que ela é negligenciada, na medida em que gera, por vezes, disputa entre diferentes interesses.

Mas o cenário agrava-se ainda mais quando se dá conta de que o Ministério das Cidades, criado com o objetivo de transformar as cidades em espaços mais humanizados, deixou de existir em 2019, quando foi fundido com o Ministério da Integração Nacional, sendo, a partir de então, nomeado de Ministério de Desenvolvimento Regional. É no âmbito desse ministério que está abrigada a Secretaria Nacional de Habitação. Essa secretaria, por sua vez, é quem

coordena o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), que é o instrumento para a implementação da nova Política Nacional de Habitação (PNH), previsto na Lei n. 11.124/2005, que estruturou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Segundo informações obtidas no site do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)<sup>26</sup>, esse sistema centraliza todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, sendo integrado pelos seguintes órgãos e entidades: Ministério das Cidades, Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, Caixa Econômica Federal, Conselho das Cidades, conselhos, órgãos e instituições da Administração Pública direta e indireta dos estados, Distrito Federal e municípios, relacionados às questões urbanas e habitacionais, entidades privadas que desempenham atividades na área habitacional e agentes financeiros autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.

Em 2017, o Brasil apresentou um déficit habitacional de 7,78 milhões de unidades habitacionais, segundo levantamento feito pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas – FGV (2018). No quadro abaixo (Abrainc; FGV, 2018, p. 10), pode ser observado que esse déficit é calculado segundo uma metodologia que cruza dados relativos a habitações precárias, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo:

Quadro 1 - Déficit habitacional e seus componentes (2017)

Componentes	Número de unidades	Participação relativa
<b>Habitação precária</b>	<b>967.270</b>	<b>12,4%</b>
Improvisados	161.710	2,1%
Rústicos	805.560	10,4%
<b>Coabitação familiar</b>	<b>3.209.299</b>	<b>41,3%</b>
Cômodos	117.350	1,5%
Famílias conviventes	3.091.949	39,8%
<b>Ônus excessivo com aluguel</b>	<b>3.289.948</b>	<b>42,3%</b>
<b>Adensamento excessivo</b>	<b>303.711</b>	<b>3,9%</b>
<b>Déficit Total</b>	<b>7.770.227</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: FGV.

Fonte: ABRAINC; FGV, 2018, p. 10.

A estimativa apresentada por esse estudo é a de que nos próximos dez anos o país precisará de mais de 12 milhões de moradias para reduzir o déficit habitacional. Nesse

<sup>26</sup> Ministério do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/habitacao-cidades/sistema-nacional-de-habitacao-de-interesse-social>>. Acesso em: 23 maio 2019.

sentido, o Programa Minha Casa Minha Vida apresenta-se como uma política essencial para atenuar esse quadro.

O PMCMV representou uma das principais bandeiras políticas dos mandatos do governo dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Roussef desde o ano de 2003. Sob alegação de haver uma política de habitação, foi dado início a um dos projetos mais representativos na história recente do Brasil. Segundo o levantamento citado até junho de 2018, o número de unidades do PMCMV chegou a 5,3 milhões, envolvendo investimentos de R\$ 484 bilhões e R\$ 151 bilhões em subsídios. Ou seja, construiu mais unidades habitacionais do que o BNH em 22 anos de existência. Os investimentos no setor também contribuíram para uma geração de cerca 390 mil postos de trabalho, ou seja, o programa respondeu por cerca de 13% do emprego médio formal da construção no período entre julho de 2009 e dezembro de 2017.

O PMCMV é um programa do Governo Federal, criado em 2009, regulado pela Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. No site do Ministério do Desenvolvimento Regional<sup>27</sup>, o PMCMV é definido como “a maior iniciativa de acesso à casa própria já criada no Brasil”. Informa que ele prevê diversas formas de atendimento às famílias que necessitam de moradia, na cidade ou no campo. E se presta a contribuir para a geração de emprego e renda aos trabalhadores da construção civil. O quadro abaixo demonstra as faixas de renda familiar para a concessão dos benefícios:

Quadro 2 - Faixas do PMCMV

RENDA FAMILIAR MENSAL	FAIXA DO MCMV	CARACTERISTICA
Até R\$ 1.800,00	FAIXA 1	Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de, no máximo, R\$ 270,00, sem juros.
Até R\$ 2.600,00	FAIXA 1,5	Até R\$ 47.500,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano.
Até R\$ 4.000,00	FAIXA 2	Até R\$ 29.000,00 de subsídio, com 6% a 7% de juros ao ano.
Até R\$ 9.000,00	FAIXA 3	8,16% de juros ao ano

Fonte: Senado Federal; Câmara dos Deputados. Avaliação de políticas públicas: Programa Minha Casa Minha Vida.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> Vide: Ministério do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>>. Acesso em: 23 maio 2019.

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/533710>>. Acesso em: 20 jul. 2019

As modalidades do PMCMV são estruturadas da seguinte forma:

- **Minha Casa Minha Vida – Urbano:** para os moradores de centros urbanos, de acordo com as faixas de renda bruta mensal das famílias, agrupados nas seguintes formas:
  - Renda até R\$ 1.800,00: podem ser atendidas pelas modalidades da faixa 1: MCMV Faixa 1, MCMV Entidades ou MCMV Financiamento;
  - Renda até R\$ 6.500,00: podem ser atendidas apenas pela modalidade MCMV Financiamento, dividida em faixa 1,5, faixa 2 ou faixa 3.
- **MCMV entidades:** esta modalidade da faixa 1 permite que famílias organizadas de forma associativa, por uma Entidade Organizadora (EO) – associações, cooperativas e outras – habilitada, produzam suas unidades habitacionais.
- **Minha Casa Minha Vida Rural:** voltado para os agricultores familiares, trabalhadores rurais ou de comunidades tradicionais (como quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e indígenas). Esta modalidade possui três grupos de renda, que variam até R\$ 78.000,00 por ano. O atendimento permite tanto construção de novas casas quanto reforma de unidades já existentes.

Decorridos mais de 10 anos desde o início, o PMCMV acumula perdas e ganhos. Com o passar dos anos foram sendo publicados estudos com avaliações de resultados do programa em várias localidades, gerando reconhecimento e também críticas de estudiosos da urbanização, como Rolnik (2015) e Maricato (2018). Em uma entrevista concedida à rede de notícias BBC News Brasil<sup>29</sup>, Ermínia Maricato disse que o PMCMV piorou as cidades, agravou as dificuldades de acesso à moradia entre os mais pobres e criou bairros especialmente vulneráveis ao crime organizado. Ela aponta, ainda, que foi “um movimento imenso de obras, mas quem o comandou e definiu onde se localizariam não foi o governo federal, e sim interesses de proprietários imobiliários, incorporadores e empreiteiras”.

Rolnik et al. (2015, p. 414-415) conclui no estudo realizado que houve formação de bairros-dormitório “guetificados” e alguns casos o adensamento dos que já existiam. Apesar do reconhecimento do mérito do programa, principalmente em relação à segurança da posse, assegurando às famílias o título de propriedade privada individual, a autora destaca o fato de que desse tipo de moradia decorre despesas como prestações, condomínio, água e luz, ou seja, as famílias “empobrecem” uma vez que assumem gastos que antes não tinham.

---

<sup>29</sup> FELLET, J. Minha Casa, Minha Vida piorou cidades e alimentou especulação imobiliária, diz ex-secretária do governo Lula. *BBC News Brasil*, São Paulo, 2 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44205520>>. Acesso em: 23 maio 2018.

Outro estudo sobre o programa foi realizado pelo Centro de Política e Economia do Setor Público (CEPESP/FGV) e Instituto Escolhas (2019), que evidencia o fato de o PMCMV ter criado um cenário de expansão das cidades. Embora reconheçam o valor inegável de se constituir no maior programa de habitação do país, chamam atenção para o aspecto do custo de morar longe. Segundo o estudo (2019, p. 2), a expansão das metrópoles gerada pelo PMCMV agrava problemas, como deterioração das áreas centrais, população vivendo longe dos locais de trabalho e em locais sem infraestrutura de serviços públicos e ainda o comprometimento da mobilidade urbana. Os resultados do estudo revelam que houve cidades que foram ampliadas, aumentando as franjas, mas, em outros casos, houve um “salto” da mancha urbana, com o condomínio sendo construído em um local tão distante da cidade que não há nenhuma ligação entre eles. Sobre isso, há o seguinte apontamento no relatório:

Um novo desenvolvimento pode ocorrer dentro da mancha urbana o que chamaremos de “preenchimento”; fora da mancha urbana, mas estendendo a mesma o que chamaremos de “extensão”; e fora da mancha urbana, mas distante da mesma (mais de 200m de distância) o que chamaremos de “salto”. Uma região metropolitana pode se desenvolver preenchendo seus espaços vazios ou se estendendo. Isso depende evidentemente da oferta de solo interna à mancha urbana. O desenvolvimento saltando a mancha urbana é que representa algo problemático em geral. (CEPESP/FGV; INSTITUTO ESCOLHAS, 2019, p. 10)

Nesse estado de coisas, a legislação prevê a realização do Trabalho Social (TS), que tem como objetivo, entre outros, promover a inserção dos moradores em outras políticas públicas, fomentando processos de inclusão produtiva e a geração de renda e promovendo a vida em comum, questão que será tratada no tópico a seguir.

### **2.3.1. Trabalho Social no PMCMV: eixos de atuação**

O Trabalho Social (TS) realizado no âmbito do PMCMV caracteriza a concretização no território de uma ação intersetorial da política pública. Isso por si só já constituiria desafio suficiente para causar preocupação, mas há ainda que se acrescentar a isso as condições presentes no território em que o TS será realizado. Destacam-se as condições de infraestrutura para funcionamento do condomínio, que caso não existam, carecem de ações para a implantação de serviços, como creches, Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Referência de

Assistência Social (Cras), centros esportivos, atividades de cultura e lazer. Do contrário, a realidade passa a ser representativa de uma violação de direitos, pois, como foi trazido por Rolnik, (2015, p. 415) em seu estudo: “a plena efetivação do direito à moradia adequada relaciona-se diretamente com a concretização de outros direitos, como o direito à saúde, ao trabalho, à assistência social, à educação, à não discriminação e assim por diante”.

A realidade presente no território faz com que as vulnerabilidades se sobreponham ao acesso à moradia, tornando a propriedade privada individual, muitas vezes, impossível de ser mantida. São esses casos que ilustram a fala de alguns políticos quando querem criticar a população pobre, colocando a situação no campo privado, culpabilizando o indivíduo pela incapacidade de manter a propriedade.

Para alcançar o seu objetivo, o TS precisa superar os impasses que se apresentam no território, que são muitos, e vão desde a ausência completa de serviços no local em que o condomínio foi construído até a presença ostensiva do tráfico impondo regras que, ocasionalmente, desconstroem o trabalho realizado, passando, muitas vezes, pela falta de trabalhadores na equipe e falta de experiência com ações de habitação.

Historicamente, a exigência do TS na habitação começou a ser realizado, segundo Paz (2015, p. 49), a partir do Programa Habitar Brasil/BID, criado na gestão Itamar Franco, em 1994, que exigia essa contrapartida de estados e municípios.

A partir de 2003, o TS passou a ser exigido para todos os programas que utilizassem os recursos a fundo perdido ou empréstimos realizados para estados e municípios pelo Ministério das Cidades. Desde então, a orientação para a realização do TS vem sendo desenvolvida por diversos organismos públicos, destacam-se, segundo Paz (2010, p. 50):

[...] o respeito às conquistas importantes dos movimentos sociais de moradia, como o direito das famílias em permanecerem na área ocupada, minimizando ao máximo o número de famílias a serem removidas, a necessária infraestrutura urbana e a participação durante a execução do empreendimento. (PAZ, 2010, p. 50)

Para regulamentar o TS, o Ministério das Cidades, publicou a Portaria n. 21, de 22 de janeiro de 2014. Em 2018, o TS passou a ser regulamentado pela Portaria n. 464, de 25 de julho de 2018, que define no Anexo A, os objetivos a serem alcançados<sup>30</sup>. Dentre os objetivos, destaca-se o seguinte:

[...] promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas (intersetorialidade), contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.

---

<sup>30</sup> Ver a íntegra no Anexo A desta dissertação.



promover a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação, manutenção e acompanhamento dos bens e serviços previstos na intervenção, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local e estimular a plena apropriação pelas famílias beneficiárias e sua permanência no novo habitat.

Fomentar processos de liderança, a organização e a mobilização comunitária, contribuindo para a gestão democrática e participativa dos processos implantados.

Estimular o desenvolvimento da cidadania e dos laços sociais e comunitários.

Apoiar a implantação da gestão condominial.

Fomentar o diálogo entre os beneficiários e o poder público local,

Articular a participação dos beneficiários com movimentos sociais, redes, associações, conselhos mais amplos do que os das áreas de intervenção, buscando a sua inserção em iniciativas mais abrangentes de democratização e de participação.

O TS poderá ser realizado pela equipe de trabalhadores sociais do município ou por uma entidade contratada por ele<sup>31</sup>, ou ainda, pelos dois em conjunto, respeitando os eixos previstos nos anexos da Portaria n. 464/2018<sup>32</sup>. Trabalho que motivou a presente a pesquisa realizada nos condomínios 1, 2 e 3 nos bairros do Pimentas e Bonsucesso, em Guarulhos, região metropolitana de São Paulo.

---

<sup>31</sup> Trabalho que é realizado pela instituição para a qual trabalho, conforme descrito na introdução desta dissertação.

<sup>32</sup> Ver referência aos eixos no Anexo B desta dissertação.

### 3. METODOLOGIA DE PESQUISA

O referencial teórico adotados nesta pesquisa baseia-se na Psicologia Sócio-histórica, tendo Vigotski e Espinosa como teóricos balizadores da construção desse conhecimento e o conceito de sofrimento ético-político de Sawaia (2014). A partir dessas orientações teórico-metodológicas, compreendeu-se a necessidade de adotar diferentes procedimentos, buscando a historicidade dos objetos de estudo, considerando também a natureza dialética que os caracterizam. Nesse sentido, os procedimentos adotados para esta pesquisa foram a entrevista semiestruturada com moradores dos condomínios e a observação participante. Também foi empreendida uma pesquisa de notícias publicadas em meio eletrônico em localidades diversas do território nacional, nos períodos de 3 a 23 de novembro de 2017 e de 3 a 23 de novembro de 2018, com a intenção de ampliar a percepção sobre as condições que afetavam a vida em condomínios do PMCMV.

Os dados resultantes dos procedimentos adotados na pesquisa de campo serão analisados da seguinte forma: as entrevistas com pessoas moradoras dos condomínios 1, 2 e 3 (veja em capítulo 6, pesquisa de campo) serão analisadas em seus conteúdos manifestos, a partir da identificação de unidades de análise relacionadas aos sentimentos de pertencimento ao território, tais como: “gosta de viver nesse território?”; “que problemas enfrenta?”; “o que gera sofrimento e o que gera alegria?”; assim como sobre as participações em eventos de interesses coletivos, como: “participa da reunião de condomínio?”; “participa de alguma associação no bairro?”; “já exerceu alguma atividade no condomínio?”. Também serão analisadas a qualidade das interações sociais, a partir de questionamentos do tipo: “conhece os vizinhos?”; “já recebeu ou prestou ajuda a algum vizinho?”; “se tiver necessidade pode contar com a solidariedade dos condôminos?”. O roteiro de perguntas para as entrevistas encontra-se postado no final deste trabalho, identificado como “Anexo E”; o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), identificado como anexo F; e o parecer do Comitê de ética como anexo G.

A utilização do roteiro de perguntas deu-se de forma muito dinâmica e interativa e, em uma boa parte das vezes, teve de ser deixado de lado, pois a conversa se estabelecia de modo participante, a tal ponto de a entrevistadora interferir na realidade local com sugestões de soluções para os impasses vividos no condomínio. Além das entrevistas também se contou com a observação participante nos espaços coletivos de convivência, a partir de registros sistemáticos no diário de campo.

O processo analítico das entrevistas baseia-se na proposição de Vigotski (2008) sobre sentido e significado. Em seu estudo sobre pensamento e linguagem, o autor analisa as relações interfuncionais do psiquismo, criticando os métodos utilizados até então, que consideravam os processos psíquicos isoladamente (Vigotski, 2008, p. 1). Ao pesquisar a relação entre o pensamento e a fala nos estágios iniciais, Vigotski (2008) optou por uma nova abordagem da questão, buscando em unidades de análise as propriedades do todo. Essa unidade do pensamento verbal, ele encontrou no significado da palavra e concluiu em suas investigações que:

O significado das palavras é um fenômeno de pensamento apenas na medida em que o pensamento ganha corpo por meio da fala, e só é um fenômeno da fala na medida em que esta é ligada ao pensamento, sendo iluminada por ele. É um fenômeno do pensamento verbal, ou da fala significativa – uma união da palavra e do pensamento. (VIGOTSKI, 2008, p. 151).

Ao estudar a interação entre o pensamento e a palavra, Vigotski (2008, p. 157) aponta para a necessidade de se distinguir entre dois planos da fala: o aspecto interior da fala (semântico e significativo) e exterior (fonético). Embora eles constituam uma unidade, cada qual possui suas próprias leis de movimento. A partir disso, Vigotski (2009, p. 164) esclarece que “a fala interior é a fala para si mesmo; a fala exterior é para os outros”. A fala exterior traduz o pensamento em palavras e na fala interior inverte-se o processo: a fala interioriza-se em pensamento.

Contudo, Vigotski afirma que a fala interior não pode ser compreendida apenas como uma fala sem som, ela alcança uma função de fala totalmente independente e seu principal traço é a sintaxe especial, parecendo desconexa e incompleta se comparada à fala exterior (Vigotski, 2008, p. 172). Na investigação que o autor fez, concluiu que a fala interior possuía três peculiaridades semânticas: a primeira, aponta para o predomínio do sentido de uma palavra sobre o seu significado. Essa distinção entre sentido e significado, Vigotski (2008, p. 181) credita a Paulhan e faz a seguinte explicação:

[...] o sentido de uma palavra é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência. É um todo complexo, fluido e dinâmico, que tem várias zonas de estabilidade desigual. O significado é apenas uma das zonas do sentido, a mais estável e precisa. Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes, altera o seu sentido. O significado permanece estável ao longo de todas as alterações do sentido. O significado dicionarizado de uma palavra nada mais é do que uma pedra no edifício do sentido, não passa de uma potencialidade que se realiza de formas diversas na fala. (VIGOTSKI, 2008, p. 181)

A segunda peculiaridade semântica da fala interior diz respeito à aglutinação de palavras, que são combinadas para expressar ideias complexas; a terceira peculiaridade refere-

se à combinação e à unificação dos sentidos das palavras, tornando, por vezes, uma única palavra tão saturada de sentido que seriam necessárias muitas palavras da fala exterior para explicá-las (Vigotski, 2008, p. 183).

A fala interior, de alguma forma, expressa os significados puros do pensamento, mas a compreensão sobre esse pensamento verbal pode avançar para um plano mais interiorizado do que a fala interior. Esse plano é o próprio pensamento. Vigotski (2008, p. 185), ao realizar esse avanço na análise do pensamento, considera que seu fluxo não é acompanhado necessariamente por uma manifestação simultânea da fala, compondo aquilo que pode ser chamado de “subtexto”, ou seja, um pensamento por trás das palavras, ou, como foi dito por Vigotski (2008, p. 186) “na nossa fala há sempre o pensamento oculto, o subtexto”.

Como último passo para a análise do pensamento de uma pessoa é preciso ir além do significado das palavras que ela está empregando, é preciso conhecer também as suas motivações, ou seja, os desejos e as necessidades, assim como os interesses e as emoções. A compreensão sobre o pensamento somente será possível se igualmente forem analisadas as bases afetivo-volitivas da pessoa.

Diante do exposto, considera-se que o método dialético de Vigotski forneça as bases para a compreensão sobre as contradições que se expressam historicamente nas interações sociais da vida em condomínios. Nesse sentido, o próximo item aponta as questões centrais dessa teoria e discorre sobre os princípios norteadores.

### 3.1.PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

Identificar a Psicologia Sócio-histórica como teoria para o conhecimento da humanidade e da sua subjetividade equivale a dizer que se acredita nas bases materiais e dialéticas desta constituição. As condições históricas que influenciaram esse embasamento foram colocadas pela Revolução de outubro de 1917, na URSS. Após a revolução socialista, a corrente oficial que foi adotada foi a filosofia marxista e isso impulsionou o desenvolvimento da Psicologia Social Progressista, que se fundamentava nos pressupostos do materialismo histórico e dialético.

Cole e Scriber (2007, p. XXI), na introdução que fizeram do livro *A formação social da mente*, de Vigotski, referem-se ao fato de que a psicologia na Rússia se movia entre escolas antagônicas nas primeiras décadas do século XX, cada qual oferecendo explicações parciais para os fenômenos. Os autores indicam que 1923 foi um ano decisivo para a

mudança intelectual no campo da Psicologia, quando G.I. Chelpanov chefiava o Instituto de Psicologia de Moscou. Chelpanov acreditava que o marxismo poderia ajudar a explicar a organização social da mente, mas ele apresentava um papel restrito na Psicologia, uma vez que não poderia ajudar a explicar as propriedades da consciência individual (COLE; SCRIBER, 2007, p. XXII).

Vigotski discordava do ponto de vista de Chelpanov e achava que nenhuma das escolas de Psicologia existentes oferecia bases para o estabelecimento de uma teoria unificada. Ele frequentemente se referia à “crise na psicologia” e defendia a necessidade de formulação de uma síntese de concepções antagônicas em bases teóricas novas (COLE; SCRIBER, 2007, p. XXIII). Ele via o pensamento marxista como fonte científica valiosa e os princípios do materialismo histórico e dialético, a solução dos paradoxos científicos com os quais seus contemporâneos se defrontavam.

Cole e Scriber (2007, p. XXV) explicam que o ponto central desse método é o de que os fenômenos sejam compreendidos como processos em movimento. A tarefa do cientista, portanto, em termos de objeto da Psicologia, é a de reconstruir a origem e o curso do desenvolvimento do comportamento e da consciência. Assim, todo fenômeno está inserido em um processo histórico e essa história é caracterizada por mudanças qualitativas e quantitativas. Essa é a linha de raciocínio aplicada por Vigotski para explicar a transformação dos processos psicológicos elementares em processos complexos. O mecanismo de mudança individual tem sua raiz na sociedade e na cultura.

É necessário que haja intenso esforço de observação e análise para desvelar o que está além da aparência e só é descoberto por meio do estudo das mudanças ocorridas no objeto em seu processo histórico. É o que Vigotski faz ao introduzir a dialética na Psicologia e, com esse método, analisa as funções psicológicas. Segundo Sawaia e Maheirie:

A dialética abriu inúmeras possibilidades analíticas para aquele que se entusiasmou e se comprometeu com os ideais da revolução russa, mas que por isso mesmo prezava a liberdade de refletir e pesquisar para fazer da psicologia uma verdadeira ciência. Mesmo recusando-se a rotulá-la formalmente de marxista, Vigotski recheou a psicologia de citações recortadas da obra de Marx, Lenin e Engels, objetivando reconstruir a psicologia como ciência, por meio da introdução do método marxista. (SAWAIA; MAHEIRIE, 2014, p. 2).

Investigar os modos como as relações se estabeleceram e de que forma as interações proporcionaram bons e maus encontros na constituição do condomínio é tópico que demanda pesquisa sobre o pensamento, consciência e processos de subjetivação que resultaram dessa realidade material.

O conhecimento, nesse caso, demanda investigação sobre aquilo que não está sendo dito, possível de ser analisado apenas nos subtextos dos afetos declarados ou não, para se compreender os processos de significação da experiência de viver em condomínio, configurando, ou não, um espaço de subjetivação do comum.

O pensamento é determinado e constituído pela realidade material e expressa essa totalidade em suas interações, que ocorrem a partir de mediações não só do meio social em que está inserido, mas de toda a historicidade e cultura da humanidade. As mediações são responsáveis pela dialética entre o interno e o externo, sendo a linguagem preponderante para a construção da consciência, na medida em que o plano social se transforma em plano psicológico.

Vigotski, baseado em Espinosa, aponta a importância dos afetos e das emoções, embora ressalte a dificuldade em trabalhar com essa categoria de análise. Nesse sentido, Sawaia declara:

Assim, Vigotski vai introduzindo a filosofia espinosana na ciência psicológica, com o objetivo de superar a visão negativa que, à época, esse campo do conhecimento tinha das emoções, consideradas como antagônicas à razão. Nesse processo, ele não só traduz cientificamente as ideias de Espinosa como também as amplia de maneira brilhante. (SAWAIA, 2009, p. 368).

Com essa perspectiva, a Psicologia Sócio-histórica, em sua vertente brasileira, tem realizado pesquisas e produzido conhecimento por estudiosos no país, em especial, Silvia Lane, que desde os anos 1980 criou, de acordo com Sawaia e Maheirie:

o projeto de uma psicologia social brasileira, compromissada com a superação da exploração, perpetrada pelas particularidades históricas da luta de classes em nossa sociedade, perversamente reproduzida e encoberta por mecanismos psicossociais que excluem do conhecimento psicológico o conhecimento da realidade social. (SAWAIA; MAHEIRIE, 2014, p.1).

Essa mesma autora menciona que considerar os afetos como questão ético-política impõe para o campo das ciências humanas, em especial, a Psicologia, incorporar o corpo do sujeito, desconsiderado até então (SAWAIA, 2014). Os afetos passam a ser considerados como as afecções do corpo, que podem aumentar ou diminuir a potência de agir desse sujeito, que possui um corpo imaginante e memorioso (SAWAIA, 2014). Quando as experiências vividas proporcionam a potência de agir desses corpos e muito menos possibilitam uma experiência do comum (ESPINOSA, 1994), causam um sofrimento ético-político. Esse conceito, cunhado por Sawaia (2014), expressa o seguinte:

[...] o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas.

[...] retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. (SAWAIA, 2014, p. 106).

A potência de ação será escolhida, então, como o objetivo da práxis da Psicologia Social como forma de superação da dialética exclusão/inclusão.

## 4. ANÁLISE DOS DADOS: REFERENCIAIS TEÓRICO-ANALÍTICOS FORNECIDOS PELA LITERATURA

### 4.1. A VIDA DENTRO DOS MUROS, OS AFETOS E OS ENCONTROS NO CONDOMÍNIO

Dentro dos condomínios, as interações sociais são pautadas pelos aprendizados ocorridos na experiência de cidade que as pessoas têm a oportunidade de vivenciar. Levy (2010, p. 100) faz uma abordagem interessante com base em Choay (2003, apud LEVY, 2010) de que os condomínios adotam um “modelo racionalista-progressista e ao mesmo tempo culturalista”, apresentando, em função disso, uma característica que visa à eficiência, ou seja, é um projeto para um “homem ideal”. O autor, adotando as reflexões de Raposo, caracteriza os condomínios fechados da seguinte forma:

Entre outros aspectos os CFs: associam-se a fenômenos de globalização, a processos de reestruturação econômica, a uma nova estrutura social e a uma nova relação entre classes ou grupos sociais; assinalam a crescente preocupação com a questão da segurança; refletem mudanças culturais e o advento de novos estilos de vida; são signo do avanço da mercantilização e da racionalização da vida social; ilustram algumas das mais importantes transformações das esferas ideológica e política; constituem, por último, eles próprios, uma das múltiplas (novas) paisagens que compõem o panorama cada vez mais fragmentado da metrópole contemporânea (RAPOSO, 2008, p. 110 apud LEVY, 2010, p. 100).

E mais, forjam relações e, conseqüentemente, afetam subjetividades, ao mesmo tempo em que refletem as experiências que as pessoas possuem como cidadãos. Diante disso, estabelece-se uma relação entre as formas de significar e agir na cidade com o modo como as pessoas se organizam para viver a vida dentro dos muros do condomínio. Nesse sentido, estabelece-se um reflexo do que as pessoas vivenciam como cidadãos e cidadãs, e da mesma forma como lidam com os espaços coletivos e públicos na cidade, também o fazem no interior dos condomínios. Assim, é frequente as pessoas não saberem como lidar com aquilo que é de uso coletivo ou de como constituir uma experiência do Comum, adotando atitudes que lhes são mais familiares e onde possuem larga experiência: a de consumo e do individualismo.

A essa condição destaca-se ainda outro fator preponderante na atualidade relacionado com a “tendência do indivíduo de socializar cada vez menos e de se retrair em sua casa” (COMITÊ INVISÍVEL, 2013, p. 59). Ao que parece, a infraestrutura disponibilizada nos condomínios é feita sob medida para atender a essa demanda, que está muito mais voltada para os ditames da vida norteada pelo consumo do que pela vida comunitária. A experiência de viver e de morar é transformada em uma experiência de consumo.



#### 4.1.1. Segurança e medo

Nesse estado de coisas, o afeto que se sobressai é o do medo, com a expectativa do mal que pode acontecer. Tal como acontece a relação mal estabelecida com o espaço público, que, nesse caso, é o portador da ameaça e o detentor do perigo, do desconhecido e cada encontro possível é permeado pela desconfiança. Mas não é só isso, cada encontro apresenta também uma esperança, um bem que pode acontecer. Para Espinosa (2009, posição 2531) “não há esperança sem medo e nem medo sem esperança”. O filósofo aponta para o fato de que se a pessoa está apegada à esperança e tem dúvidas sobre a realização de uma coisa, ela se entristece, pois não conta com essa existência, por outro lado, se ela tem medo e duvida de que uma coisa que não quer possa acontecer, ela se alegra. Dessa forma, medo e esperança alternam-se como causas de alegria ou tristeza e podem ser a origem das superstições (ESPINOSA, 2009, posição, 2534).

O medo sob a forma de superstição pode ser explorado politicamente pelo poder do Estado para o controle ideológico do cidadão, mantendo-o no estado de servidão. Segundo Rocha:

A superstição é explorada politicamente quando o poder clerical se apropria do Estado [imperium] e se mantém no poder manipulando tanto o povo como o rei. Em outras palavras, utilizando uma terminologia tornada célebre por Maquiavel, os meios pelos quais um clero, cuja única finalidade é controlar o Estado, utiliza para se manter no poder é manipular as paixões e imaginações da multidão e dos reis para que todo o Estado seja dirigido em função dos apetites que estes homens do clero têm em excesso pelos bens da fortuna. Na terceira parte da teoria da superstição, Espinosa mostra que os clérigos controlam precisamente através da inconstância e da credulidade, as duas propriedades do ânimo supersticioso, transformando o Estado numa poderosa máquina de inflamação do afeto de medo e de controle ideológico para manutenção do delírio. (ROCHA, 2008, p. 92-93)

É preciso salientar que a servidão, para Espinosa (2009, p. 153), refere-se à “impotência humana para regular e refrear os afetos”. A pessoa não está sob seu próprio comando e sim ao comando do acaso e é levada pelo poder a que está sujeitada a agir de forma que, por vezes, é o pior para si, embora acredite que esteja fazendo o melhor.

Nesse sentido, a pessoa comandada pelo sentimento de medo, ao se deparar com outras pessoas em um espaço coletivo, será levada a reconhecer essas pessoas como uma ameaça e não como uma proteção. O comum não é compreendido como protetivo, a propriedade privada, sim. Relacionando com a experiência na cidade, o espaço público é compreendido como sendo de propriedade do Estado, portanto, não pertencem ao cidadão e a cidadã. Assim, o Estado faz crer que é seu dever zelar pela segurança naquele espaço, por meio de uma polícia que vigia e

pune, embora dificilmente o faça e se exima da responsabilidade por não o fazer, transferindo a culpa pela insegurança dos espaços públicos para os sujeitos que são classificados como “perigosos”.

Nesse processo de culpabilização dos sujeitos pelo que acontece na vida da cidade, as pessoas são levadas a achar que a busca por segurança é também uma condição da vida privada e elas começam a adotar medidas particulares de proteção em uma ação despolitizada de se isolarem, achando que esse é um lugar de proteção.

Legitima-se, assim, a segurança como um negócio a ser explorado pela iniciativa privada, com uma gama de produtos e serviços, que vão desde os mais simples até os mais sofisticados, tal como é apresentado na crônica do Veríssimo no início deste capítulo. O processo é intensificado a partir das demonstrações de cenas de violência que a mídia transmite, expondo essa perspectiva quase com exclusividade, não possibilitando outras percepções que não sejam as que reproduzam a violência na cidade, em um recorte da vida que, moto-contínuo, repete sempre a mesma condição, dando a impressão de que aquela realidade compõe o todo do que está sendo vivido nos espaços públicos da cidade.

Com esse retrato da vida na cidade, a pessoa que buscou a proteção dentro dos muros em um enclave no território acredita que a segurança está no isolamento das relações com o território e, por continuidade, com os vizinhos (do condomínio e do seu apartamento). Compõe-se, dessa forma, uma subjetividade, que compreende o encapsulamento da vida, apoiada na percepção de que a coletividade é perigosa.

As aproximações com outras pessoas são vistas como invasivas de seu espaço e de sua privacidade, especialmente se forem pessoas que configurem algo que perceba como “diferente”. No espaço privado de seu apartamento, permite a entrada somente de pessoas autorizadas, devidamente anunciadas pelo porteiro, para evitar a invasão de sua privacidade. Nos espaços coletivos do condomínio, pouco frequentados, inclusive, os encontros tornam-se, na maioria das vezes, ocasionais e superficiais, limitando-se a um cumprimento seco. A ausência de proximidade e de intimidade torna sofrível a viagem de elevador na medida em que proporciona um encontro entre moradores que não têm o que compartilhar, mergulhados em um silêncio constrangedor. Ignoram, assim, a segurança da construção do Comum e da proteção dos afetos.

#### 4.1.2 Solidão e privacidade

É possível abstrair que os condomínios atendem a uma lógica de construção que visa à separação, portanto, quem busca esse tipo de moradia, além da já mencionada “segurança”, também está buscando a separação e o distanciamento entre os vizinhos, ou privacidade, como gostam de nomear. Paradoxalmente, esse “distanciamento” não é geográfico, pois os vizinhos de apartamento estão bem mais próximos uns dos outros se comparado ao outro tipo de moradia que é a casa. A tal ponto de poder até mesmo ouvir (em alguns tipos de prédios) o que acontece no andar de cima, ou do outro lado da parede, no apartamento vizinho. Tanto que grande parte das queixas nos condomínios ocorre pelo barulho provocado pelos vizinhos que podem ser ouvidos justamente pela proximidade de suas habitações. Vivem muito próximos, porém distantes.

Caldeira (2011, p. 259) nos lembra que todo aparato disposto no condomínio, especialmente o relacionado com segurança é associado a *status*, portanto, o morador pode até estar sentindo solidão, mas orgulha-se disso, e a nomeia como privacidade.

Uma situação curiosa em relação à questão da privacidade aconteceu na época em que eu atuava como educadora comunitária. Meus alunos, adolescentes com idades entre 15 e 21 anos, em algumas ocasiões faziam referência ao incômodo que sentiam com os vizinhos que “vigiavam” suas vidas. Eles costumavam brincar que esses vizinhos eram a câmera de segurança da rua, pois sabiam de tudo. Havia até um adesivo que se colocava em alguns carros que traziam os dizeres “rastreado por vizinhos” ou “rastreado por fofocas”. Sem querer desprezar os efeitos nocivos da fofoca é curioso observar o “entrelaçamento social” ou “cola social” que essa ação produzia. Para que ela ocorresse era necessário que todos se conhecessem a ponto de saberem dos graus de parentescos, dos relacionamentos, dos horários etc. Se algo surgisse fora desse contexto, já era motivo de conversas entre vizinhos, demonstrando, portanto, que um dos aspectos da fofoca era o de agir como um regulador do comportamento no local. Em certa medida, essa ação agia como proteção para os moradores, pois se, por exemplo, percebessem que havia movimento em uma casa onde sabiam que os moradores estavam fora, já faziam a denúncia. No outro extremo, há uma história publicada pelo jornal *El País*<sup>33</sup>, em 2017, em que uma mulher que faleceu em seu apartamento só foi encontrada cinco anos depois, já que ninguém no prédio a conhecia ou sabia de seus hábitos. Nesse contexto, a proximidade

---

<sup>33</sup> PONTEVEDRA, S. R. Mulher é encontrada mumificada em apartamento cinco anos após sua morte. *El País*, Culleredo, 14 jul. 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/13/internacional/1499964274\\_328538.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/13/internacional/1499964274_328538.html)>. Acesso em: 23 maio 2019.

com os vizinhos aponta para uma violação da privacidade ao mesmo tempo em que apresenta um caráter protetivo.

A pesquisa já mencionada neste trabalho, realizada pela empresa Lello Condomínios<sup>34</sup>, aponta que a reunião de condomínio é ignorada por 70% dos moradores (e por 100% dos moradores em um dos condomínios em que foi feita a pesquisa de campo) e essa realidade só é diferente quando a assembleia é para o sorteio de vagas de garagem, quando então a presença chega a ser de 80%. Essa mesma pesquisa faz referência às áreas de lazer mais utilizadas: churrasqueira e salão de festas, em primeiro lugar; em seguida vêm a brinquedoteca e o *playground*. Ou seja, o local de uso comum com maior frequência de moradores, na verdade, não indica que a utilização da área seja comum a outros moradores, já que, em geral, as festas são para os convidados do morador. Já a utilização da brinquedoteca e do parquinho, são de uso comum dos moradores, das crianças, diga-se em tempo. Esses dados corroboram com o que Caldeira disse:

Apesar do marketing insistente das numerosas instalações para uso comum, em todos os edifícios e condomínios em que fiz pesquisa seu uso é muito baixo, com exceção dos *playgrounds*. Talvez isso reflita como os moradores se sentem pouco à vontade com a ideia de partilhar um espaço residencial.

[...]essas instalações parecem ter a ver mais com ostentação do que com um novo padrão de sociabilidade entre vizinhos ou com novos conceitos da vida privada. Só as crianças parecem desenvolver sua sociabilidade nos condomínios, mas mesmo isso parece não sobreviver depois que elas desenvolvem outras relações em suas escolas particulares ou nos clubes que as famílias não deixam de frequentar. (CALDEIRA, 2011, p. 268).

Mas não é preciso frequentar as áreas comuns para que os conflitos surjam entre os vizinhos. Nessa pesquisa que a Lello Condomínios realizou, aparecem como causas mais frequentes de problemas em 75% das vezes as questões que eles chamaram de “4 Cs da discórdia”: cão, cano, criança e carro. Mas esses tópicos nem chegaram a aparecer na pesquisa de campo que realizei em três condomínios. Lá as queixas foram mais voltadas para o barulho dos vizinhos, uso de drogas, falta de pagamento da cota condominial e falta de participação nas reuniões do condomínio. Quanto às crianças, que aparecem como sendo uma das maiores queixas nessa pesquisa da Lello, ao que parece, nos condomínios que pesquisei do Programa Minha Casa Minha Vida, elas são bem acolhidas e integradas nas atividades. Em uma das reuniões que participei, enquanto ocorria uma palestra sobre gestão de condomínios, houve predomínio da participação de crianças, que circularam livremente pelo ambiente sem nenhuma

---

<sup>34</sup> Vide: LELLO CONDOMÍNIOS. *Mapa dos condomínios de São Paulo*, 2017. Disponível em: <<https://www.ellocondominios.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Indicadores-2017.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2019.

queixa por parte das pessoas presentes. Contudo, nas entrevistas com os moradores, apareceu a preocupação com o envolvimento com drogas, motivo pelo qual, disseram não deixar com que os filhos circulem pelo condomínio.

#### **4.1.3. Proteção e vulnerabilidade**

Koga (2013, p. 133) alertou para o fato de haver a necessidade de decifrar os agenciamentos que ocorrem com a população no cotidiano dos territórios, onde acontece uma sobreposição em que ações do Estado, igrejas, associações e tráfico misturam-se em uma dinâmica em que vulnerabilidade e proteção se sobrepõem. É no cotidiano do lugar que se observa a relação entre os territórios de vivência e a operacionalização das políticas públicas, caracterizando além das sobreposições, também os descompassos. (KOGA, 2013, p. 123-124). Assim, segundo a autora, o ritmo da vida cotidiana das famílias que apresentam demandas no campo da gestão social está em descompasso com o ritmo institucional dos agentes governamentais e não governamentais. Os índices de vulnerabilidade muitas vezes incluem apenas as características individuais e familiares sem considerar as características territoriais, que, na verdade, precisariam estar articuladas para que se tivesse compreensão do fenômeno social em questão.

No caso das habitações de interesse social (HIS) e do PMCMV, muitas vezes, observa-se que o cotidiano vivido pelos moradores alterna entre a proteção propiciada pelo Estado, por meio dos políticos e da Secretaria de Habitação e a convivência com o tráfico de drogas (como será visto no capítulo 5). A contradição é vivida por esses moradores cotidianamente, na medida em que a moradia constitui sua proteção e seu risco ao mesmo tempo. Como diz Koga: “Essa mistura envolve violência e, ao mesmo tempo, a evidência de “melhorias”. São sinais contraditórios que podem nos confundir, mas, ao mesmo tempo, nos revelar o cotidiano vivenciado pelos moradores.” (KOGA, 2013, p. 151).

O medo do espaço coletivo do condomínio é o mesmo medo do espaço público da cidade. Segurança, só mesmo dentro de casa. Só que não é bem assim, conforme afirmam os moradores dos condomínios.

Tendo como base o que foi exposto até o momento, passamos agora para a explanação das etapas da pesquisa. A primeira é realizada em meio eletrônico seguida pela etapa da pesquisa realizada nos Condomínios 1, 2 e 3.

## 5. A PESQUISA EM MEIO ELETRÔNICO

No início de minhas pesquisas, em 2017, para a composição desta dissertação, decidi realizar uma exploração do tema na internet antes de partir para a pesquisa de campo. A intenção era a de ampliar a percepção sobre as condições que afetavam a vida em condomínios do PMCMV.

Ao realizar essas pesquisas na internet, deparar-me-ei com algumas reportagens publicadas em abril e maio de 2017 que chamavam a atenção por demonstrarem importante grau de violência, evidenciando a presença do tráfico de drogas e de milícias, que dentre outras coisas, prestavam-se a organizar o cotidiano da vida nesses condomínios e caracterizavam a qualidade dos encontros entre os moradores.

A primeira dessas reportagens analisadas foi publicada em abril de 2017 e era intitulada “Condomínio da morte”<sup>35</sup>. Ela retratava a situação ocorrida na cidade de São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, em que os moradores denunciavam que os residenciais eram comandados por um traficante de dentro da prisão e que no local já havia ocorrido mais de trinta mortes, incluindo a de um síndico que não atendeu às ordens emitidas pelo traficante. A reportagem trazia ainda a fala do chefe de operações da Guarda Municipal da cidade, afirmando que o condomínio era um erro, pois realocou famílias de diferentes faixas de renda, gerando, com isso, segundo ele, um conflito social.

A segunda matéria, publicada em maio de 2017 era intitulada “Violência ameaça até ações sociais em conjuntos do Programa ‘Minha casa, minha vida’ no Rio”<sup>36</sup>. O teor dessa matéria implicava diretamente em meu campo de pesquisa, uma vez que se podia concluir, a partir dela, que o trabalho social realizado com os moradores, por si só não conseguia modificar as relações comunitárias vivenciadas nos condomínios, sendo elas influenciadas por outros fatores que preexistiam no território e que estavam conjugados de tal forma que eclodiam em níveis de violência na localidade, impedindo que as ações sociais fossem desenvolvidas.

Essa matéria também fazia referência a uma série intitulada “Minha Casa, Minha Sina”, produzida em 2015, e segundo o veículo de comunicação que a elaborou, ela era o resultado de uma apuração que durou três meses, em 64 condomínios do Rio de Janeiro, onde residiam

---

<sup>35</sup> SARZI, L. Condomínio da morte. *Tribuna*, São José dos Pinhais, 4 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.tribunapr.com.br/cacadores-de-noticias/sao-jose-dos-pinhais/condominio-da-morte/>>. Acesso em: 6 jan. 2019.

<sup>36</sup> MARINATTO, L. Violência ameaça até ações sociais em conjuntos ‘Minha casa, Minha vida’ no Rio. *Extra*, 21 maio 2017. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/violencia-ameaca-ate-aco-es-sociais-em-conjuntos-do-minha-casa-minha-vida-no-rio-21371050.html>>. Acesso em: 6 jan. 2019.

pessoas beneficiárias da faixa 1 de financiamento da Caixa para o Programa Minha Casa Minha Vida. Em todos eles, segundo a matéria, constataram a presença desses grupos criminosos que ditavam as regras de convivência, chegando até mesmo a organizar reuniões de condomínio e expulsar os moradores que não seguiam à risca as ordens emitidas por eles. Uma das reportagens da série intitulada “Tráfico convocou reunião de condomínio no ‘Minha casa, minha vida’ para definir valor da taxa de manutenção”<sup>37</sup> trazia um trecho particularmente inquietante, apontando que os próprios moradores chamavam os traficantes para tratarem dos conflitos surgidos no condomínio, alegando que confiavam mais neles do que no poder público. Em outra reportagem da série, era igualmente perturbador o rigor expresso na condução das reuniões por esses grupos, apresentando, para dizer o mínimo, um contraproducente código moral parecido com o de “classe média”, que informava aos moradores que o “local era de família, não era favela e não queriam ninguém vendendo drogas, roubando ou vagabundeando”.

A leitura de tais reportagens causou-me forte impacto por retratar uma realidade perversa, distante daquela que pretensamente se planejava alcançar com o trabalho social realizado com os moradores nos períodos de pré e pós-ocupação do condomínio e previsto pela legislação para as Habitações de Interesse Social (HIS) que utilizam fundos de financiamento federal.

Tal distanciamento já era, de certa maneira, por mim esperado, pois o que é planejado em um projeto, em geral, é bem diferente do que acontece na prática. Até porque, o território apresenta configurações multifacetadas preexistentes, anteriores à construção do condomínio. Entretanto, não podia deixar de perguntar se haveria um possível exagero nas reportagens, como se tivessem “carregado na tinta” ao retratar o cotidiano de vida nesses condomínios, marcando somente a violência desmedida a que eram submetidos esses moradores. Inquietava-me o fato de mencionarem nos títulos ou nos subtítulos das notícias o nome do Programa Minha Casa Minha Vida. Isso porque não é comum a menção ao nome do condomínio em outras matérias em que ocorrem situações semelhantes de violência, especialmente se forem de classe média ou alta.

Para ilustrar o que está sendo dito, podemos mencionar dois exemplos, sendo um mais antigo e outro mais recente. O primeiro deles, trata-se de um caso icônico, de violência extremada que aconteceu em um condomínio da cidade de São Paulo, em 2008, que foi a morte

---

<sup>37</sup> MARINATTO, L.; SOARES, R. Tráfico convocou reunião de condomínio no ‘Minha casa, minha vida’ para definir valor da taxa de manutenção. *Extra*, 3 set. 2015. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/trafico-convocou-reuniao-de-condominio-no-minha-casa-minha-vida-para-definir-valor-da-taxa-de-manutencao-15680637.html>>. Acesso em: 6 jan. 2019.

da menina Isabela Nardoni. Noticiado na imprensa à exaustão, as matérias, em geral, davam conta do ocorrido, fazendo alusão à família, mas na maioria das matérias não mencionaram o nome do edifício/condomínio em que o fato havia ocorrido.

O segundo caso refere-se ao Ronnie Lessa, vizinho do presidente Jair Bolsonaro, preso em 2019, suspeito de matar a vereadora Marielle Franco. Em momento nenhum foi mencionado o nome do condomínio em que tais moradores viviam.

É como se a imprensa fizesse uma “concessão” aos vizinhos desses cidadãos evitando que eles fossem “arrastados” para a situação e sofressem possíveis consequências, sendo a mais óbvia, a perda de valor comercial da moradia. Mas a imprensa não está disposta a fazer a mesma concessão a quem mora em condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida.

É como se quisessem vincular o território e o nome do programa ao estado de violência sofrida pelos moradores, desconsiderando o contexto social em que estão inseridos. Isto porque os números da violência são expressivos no Brasil inteiro, especialmente em grandes centros urbanos, o que pode ser constatado no texto de introdução do Atlas da Violência de 2018:

Em 2016, o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios, segundo informações do Ministério da Saúde (MS). Isso equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa. Apenas nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil. (IPEA; FBSP, 2018, p. 3)

A violência é um fenômeno de conceito ambíguo, que envolve uma multiplicidade de fatores, implicando em inúmeros elementos e posições teóricas variadas (ARENDR, 1985; CHAUI, 1998; ZIZEK, 2010). Embora a afinidade entre pobreza e crime já tenha sido rechaçada por falta de consistência teórica e insuficiência empírica (BEATO; REIS, 1999; SAPORI; WANDERLEY, 2001), no Brasil, é comum encontrar referências que relacionam os dois fenômenos.

A partir dessa condição, senti a necessidade de investigar mais amplamente essa questão, a fim de descobrir se o teor apresentado nas reportagens apresentadas anteriormente eram uma constante na mídia de maneira geral, tendo como pressuposto que as versões de realidade retratadas nesses veículos poderiam influenciar a percepção que a sociedade tem sobre o fato, aqui, no caso, sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e as pessoas que residem nesses condomínios.

Uma vez estabelecida a intenção de identificar e analisar as matérias publicadas nas mídias sociais relacionadas com os condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida, criei a estratégia para realização da pesquisa em mídias eletrônicas que consistiu na utilização da



ferramenta do Google Alerts, com a seguinte configuração: “minha casa minha vida”, “qualquer região”, “idioma português”.

A partir do registro de alerta no Google, foram enviados a um e-mail que criei especialmente para essa ação, as notícias publicadas em meio eletrônico que utilizaram no título da matéria, o nome do Programa Minha Casa Minha Vida. O alerta vigorou durante o período de 16/09/2017 a 16/12/2018.

### 5.1.CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após o recebimento das reportagens em meu e-mail, foi necessário determinar os critérios utilizados para a escolha do período das matérias que seriam analisadas. O primeiro desafio era relacionado com a quantidade de matérias enviadas no período de 16/09/2017 a 16/12/2018. O e-mail criado exclusivamente para essa finalidade registrou 448 mensagens e em cada uma delas havia uma coletânea de aproximadamente dez reportagens diferentes por dia, resultando em aproximadamente 4.480 matérias.

Compreendeu-se que um recorte desse período já traria insumos suficientes para a análise que eu me propunha, ou seja, identificar o modo como o PMCMV era retratado nas mídias eletrônicas, visando ampliar a percepção sobre as condições que afetavam a vida nesses condomínios. Dessa forma, foi delimitado o período de vinte dias do mês de novembro, especificamente do dia 03/11/17 a 23/11/2017. Como o material recolhido pelo e-mail era bastante extenso, foi possível realizar a análise também sobre o mesmo período do ano seguinte: 03/11/18 a 23/11/18, procurando, assim, identificar possíveis variações decorrentes do cenário político vigente, que, na ocasião, era bastante turbulento. Isso porque o Minha Casa Minha Vida era um programa que levava a bandeira política do Partido dos Trabalhadores (PT) e este partido havia sido retirado do governo por meio do processo de *impeachment* em 2016, ao qual foi submetida a presidente Dilma Roussef. Nos dois períodos citados, a presidência era ocupada por Michel Temer, que assumiu em 2016, portanto, em 2017 já acumulava um ano no cargo. Em novembro de 2018 o cenário era de finalização do mandato desse presidente e preparação para a posse de Jair Bolsonaro, em 2019.

A análise das matérias propiciou a organização delas nos oito grupos a seguir:

- 1) Afetos relacionados ao pertencimento ao território: reportagens que abordaram situações em que os moradores interagem ou não com a localidade;

2) Participações dos moradores em ações coletivas e movimentos sociais: matérias que trouxeram situações de ações e reivindicações relacionadas com a moradia;

3) Qualidade dos encontros entre os moradores do condomínio: quando foram retratadas situações vividas pelos moradores nos condomínios;

4) Ações de divulgação e venda dos empreendimentos: propagandas de empreendimentos novos e de linhas de financiamentos; entregas de moradias;

5) Política e ações do governo: matérias que noticiavam ações do governo Federal e Municipal para o PMCMV;

6) Qualidade das obras: matérias que informavam sobre as condições em que a moradia era entregue aos moradores;

7) Diversos: situações com temas diversos, que não se conectavam para a formação de um grupo.

No quadro abaixo temos o resumo da frequência das matérias analisadas no período de 03/11/17 a 23/11/17 e 03/11/18 a 23/11/18.

Quadro 3 - Demonstrativo das matérias analisadas

<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
1. Afetos relacionados ao pertencimento ao território	9	21
2. Participações dos moradores em ações coletivas e movimentos sociais	19	32
3. Qualidade dos encontros entre os moradores do condomínio	13	29
4. Ações para a venda dos empreendimentos	25	41
5. Política e ações do governo	94	33
6. Qualidade das obras	11	7
7. Diversos	38	14
<b>Quantidade de matérias analisadas</b>	<b>209</b>	<b>177</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

No anexo C estão discriminadas as 209 notícias encontradas no período de 2017. No anexo D estão discriminadas as 177 notícias encontradas no período de 2018, tendo ou não relação com os objetivos propostos.

## 5.2. REFLEXÕES SOBRE AS MATÉRIAS

Nota-se, no geral, que, em 2017, houve maior frequência de matérias que em 2018, entretanto, observa-se profundo desequilíbrio na quantidade de reportagens dos sete grupos estudados, com evidente vantagem em 2017 para o grupo 5, em que se registraram as ações do governo relacionadas com o PMCMV. A quantidade de matérias registradas nesse grupo parece ter tirado a atenção do noticiário referente às reportagens que trouxessem informações dos outros grupos pesquisados. Falou-se muito do governo em 2017 e sobrou menos espaço para outros assuntos. Em 2018, houve diminuição de matérias relacionadas com as ações do governo e aumento de matérias na maior parte dos outros grupos.

O fato de haver mais notícias em 2017 do que em 2018 não reflete necessariamente que o programa estava mais fortalecido e contava com maior divulgação na mídia. Embora o programa tenha enfraquecido muito com o passar dos anos, a frequência elevada de matérias relacionadas ao governo em 2017, reflete, provavelmente, muito mais o cenário político tumultuado da ocasião.

### **5.2.1. Afetos relacionados ao pertencimento ao território – “Eu não tenho medo de trabalhar em cemitério. Morto já foi vivo, ué, por que eu teria medo?”**

Ao analisar as matérias que podiam ser associadas com os afetos relacionados ao pertencimento ao território, podemos destacar, inicialmente, a notícia amplamente divulgada e discutida em novembro de 2017 sobre o desmaio de uma criança em sala de aula por estar sentindo fome. A notícia, classificada pelo jornalista Xico Sá como “a mais triste do Brasil”<sup>38</sup> naquela semana, menciona uma questão que é constantemente alvo de importantes críticas ao programa, que é o fato de muitos condomínios serem construídos em locais distantes da cidade, sem acesso aos serviços públicos. Nesse caso, a notícia descreve a situação de uma criança que residia em um condomínio do MCMV de Brasília e precisava percorrer 30 km para ir à escola.

---

<sup>38</sup> SÁ, X. A notícia mais triste do Brasil nesta semana. *El País*, 17 nov. 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/17/opinion/1510950046\\_724120.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/17/opinion/1510950046_724120.html)>. Acesso em: 14 jan. 2019.

Por ser muito distante, o ônibus buscava a criança muito cedo e ela ia à escola sem almoçar. Além disso, a mãe, na condição de chefe de família, cuidava ainda de outros seis filhos e estava desempregada, pois também não tem emprego na região. Ela acumulava despesas que antes não tinha, tais como, prestação da casa, luz, água e taxa de condomínio.<sup>39</sup>

Poucos dias depois dessa reportagem foi publicada uma matéria que anunciava a realização de uma pesquisa de satisfação com os moradores, avaliando, entre outros pontos, o sentimento de pertencimento ao território. Os objetivos da pesquisa realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN (2018) eram: identificar o perfil socioeconômico dos beneficiários do complexo residencial; avaliar a satisfação e o sentimento de pertencimento no local; identificar a constituição de capital social; e verificar a existência de motivos que colaborassem para a permanência ou o egresso do Paranoá Parque. A amostra da análise era de 600 residências, que passaram por entrevistas até 15 de dezembro de 2017 e os resultados foram publicados em 2018.

Resumidamente, os resultados desse estudo apontaram para um impasse entre a satisfação com a moradia atual e a reclamação pela falta de serviços públicos. As queixas também abrangiam a falta de comércio e de segurança. Os aspectos positivos salientados na pesquisa faziam referência à estrutura da moradia, os moradores consideram que os apartamentos têm cômodos bem distribuídos. Também a relação entre os vizinhos foi apontada como um aspecto favorável.

Embora a ação de realizar uma pesquisa de satisfação com os moradores seja importante, é preciso estabelecer um senso crítico e chamar a atenção para o fato de que ela foi publicada em um momento delicado e constrangedor que havia se instalado no Distrito Federal com a notícia da criança que havia desmaiado de fome. Nesse caso, vale especular as intencionalidades de tal ação.

Em 2017, também apareceu no contexto nacional as notícias sobre os bebês com microcefalia, realidade esta que já não esteve presente em 2018. O PMCMV deu prioridade para o atendimento de famílias que tivessem filhos nessa condição e aparecem nas matérias os relatos sobre os afetos relacionados ao cuidado e a importância de receber esse tipo de apoio.

---

<sup>39</sup> O acúmulo de despesas é uma questão que frequentemente é alvo de críticas ao programa, pois os moradores deparam-se com despesas que não possuíam antes, ficando endividados e necessitando, muitas vezes, abandonar a moradia. Esse ponto é levantado em um estudo que foi publicado pelos organizadores Amore, Shimbo e Rufino: “Os moradores têm percebido que esse programa é um facilitador de endividamento, haja vista a prestação da casa própria e aos outros móveis e eletrodomésticos adquiridos anteriormente também de forma financiada”. (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015, p. 218).

Outra matéria marcante no que concerne aos afetos relacionados ao pertencimento ao território é a do dia 3/11/2018, que mostra a situação de moradores que dividem o espaço da comunidade com um cemitério. As moradias ficam na parte de trás de um cemitério, e as pessoas precisam utilizá-lo como rota de passagem. E não é só isso, as crianças brincam nesse espaço, indicando um grave problema de saúde pública, além disso, elas também trabalham como guardadoras dos carros que estacionam no local. A matéria apresenta a fala de uma menina que trabalhava no local, que disse: “Eu não tenho medo de trabalhar em cemitério. Morto já foi vivo, ué, por que eu teria medo?”. De fato, ao que parece, dos mortos não há o que temer, contudo, não se pode dizer o mesmo dos vivos que compõem uma sociedade capaz de conviver com um cenário em que crianças precisam ser criadas nesse ambiente insalubre, com risco de contaminações e doenças, sem mencionar aqui os elementos que estão compondo a subjetividade dessas crianças sobre o território que têm direito de ocupar na cidade.

A última matéria que merece destaque se relaciona com a construção de um centro comunitário, cujo objetivo é desenvolver atividades de capacitação e formação para a comunidade, além de abrigar uma base policial, a sede da associação de moradores e um ponto de apoio do Centro de Referência de Assistência Social (Cras). O centro comunitário atende principalmente ao objetivo de constituição de vínculo com o novo território.

### **5.2.2 Participações dos moradores em ações coletivas e movimentos sociais – “Movimentos protestam contra fim do Minha Casa Minha Vida”. O direito à moradia, ao que parece, não virá sem luta**

No período analisado de 2018 foram encontradas 32 matérias sobre as participações em ações coletivas e movimentos sociais, quase o dobro da frequência em 2017. As reportagens fizeram referências aos protestos de grupos de moradores organizados que reivindicaram a construção de moradias (HIS); a retomada dos investimentos no Programa Minha Casa Minha Vida e o fim do corte de verbas na área de habitação. São alguns exemplos:

1. “Os cortes do Minha Casa Minha Vida levaram movimentos populares às ruas em ato nacional por moradia”.
2. “A resistência contra os desmandos de Doria tem que estar nas ruas. O programa Minha Casa Minha Vida virou um Banco Imobiliário. No governo Dilma, a cada 10 casas, sete eram para famílias de baixa renda. Agora...”

3. “Movimentos de moradia realizaram atos em várias cidades do país contra cortes na habitação e em defesa do programa “Minha Casa, Minha Vida””.
4. “Movimentos protestam contra fim do Minha Casa Minha Vida. Nesta quarta (8), em todo o Brasil, movimentos de luta por moradia saíram às ruas em protesto contra os cortes no Minha Casa Minha Vida”.

O aumento expressivo dos protestos dos moradores pode ser explicado pelo cenário de falta de investimentos na faixa 1 do PMCMV, que foram praticamente extintos nos últimos anos, causando a suspensão das obras, em alguns casos já iniciadas, e deixando as pessoas sem qualquer resposta. É para se lamentar! O que já era uma situação ruim na habitação, ficou ainda pior sem os necessários investimentos em habitações sociais, isso porque, segundo o estudo já mencionado nesta dissertação, o déficit habitacional no Brasil foi de 7,78 milhões de unidades habitacionais em 2017, segundo o levantamento feito pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) (2018).

Em um cenário como esse, o PMCMV faz toda a diferença, já que é reconhecidamente o maior programa de habitações populares da história do país. Segundo o relatório do estudo “Morar Longe” realizado em parceria entre o CEPESP/FGV e o Instituto Escolhas (2019):

Até dezembro de 2016 o PMCMV havia contratado 4,44 milhões de unidades habitacionais. A título de comparação, o Programa do BNH (Banco Nacional de Desenvolvimento), criado em 1964 e extinto em 1986, e que por meio do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) financiou em vinte e dois anos do Sistema 4,43 milhões de unidades. (CEPESP/FGV; INSTITUTO ESCOLHAS, 2019, p. 66)

Dessa forma, emergiu nesse contexto a capacidade das pessoas de se organizarem para a reivindicação pelo direito à moradia, pois, ao que parece, para aqueles que habitam os territórios mais vulneráveis, esse direito não virá sem luta. Como foi dito por Espinosa:

Se duas pessoas concordam entre si e unem as suas forças, terão mais poder conjuntamente e, conseqüentemente, um direito superior sobre a natureza que cada uma delas não possui sozinha e, quanto mais numerosos forem os homens que tenham posto as suas forças em comum, mais direito terão eles todos. (ESPINOSA, 1994, p. 35)

### **5.2.3 Qualidade dos encontros entre os moradores do condomínio – “Feira Cultural do Empreendedor: apresentações culturais, artesanato, brechó, oficinas, brinquedos infláveis, touro mecânico, entre outros”**

No geral, observou-se que no período estudado a qualidade dos encontros foi retratada quase que integralmente só por notícias relacionadas a atos de violência manifestadas de

variadas formas dentro e fora dos condomínios. Do total de notícias desse grupo, apenas quatro em 2017 e duas em 2018 não fizeram referência a algum tipo de violência.

Em uma reportagem do dia 18/11/2017 (anexo C) foi retratada situação semelhante àquela que motivou minha pesquisa de notícias em meio eletrônico e que se referia à presença do tráfico e das milícias na organização da vida comunitária nos condomínios MCMV, sendo algumas vezes requisitados pelos próprios moradores. Foi demonstrada a situação do Mundel, em São Gonçalo, onde os moradores eram obrigados a pagar uma taxa de R\$ 70,00 para o traficante e, se porventura se recusassem, eram expulsos de seus apartamentos.

Outra matéria que apresenta uma violência brutal, aborda a morte de dois jovens em um condomínio do MCMV localizado nas imediações da Estrada da Cetrel, em Camaçari. Segundo a matéria, os jovens teriam se desentendido com outros moradores do condomínio com os quais teriam uma “rixa” e na ocasião um deles havia sido atingido com um tiro de raspão no braço direito. Depois desse episódio, eles foram torturados e mortos e a ação foi inteiramente filmada e enviada por *whatsapp* aos familiares.

Das poucas matérias que não retrataram expressões da violência, pode ser destacada uma que abordou uma ação de empreendedorismo, em que os moradores de um condomínio do Agreste de Pernambuco criaram uma feira cultural com apresentações artísticas, culinária e artesanato como uma das estratégias de sustentabilidade futura do empreendimento que faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida. Essa ação está muito sintonizada com o que se espera alcançar com o Trabalho Social. Isso porque há uma preocupação com a sustentabilidade do condomínio na pós-ocupação, relacionada com a capacidade de os moradores realizarem a manutenção das moradias, incluindo aí, as áreas comuns.

Outra matéria interessante e que vale à pena destacar justamente por não estar relacionada com a violência é a que foi publicada no dia 11/11/2017 e traz a seguinte manchete (vide anexo C): “Apartamentos do Vida Nova II são escolhidos pelas famílias habilitadas”. Essa matéria é relevante pois apresenta um encontro entre os moradores, em que as famílias é que escolhem os apartamentos nos quais vão residir e isso pode ser considerado, para dizer o mínimo, um ato democrático e para completar, uma atitude de total respeito com as famílias. É que, geralmente, essa ação é resolvida na base do sorteio, o que pode, de certa forma, ser até considerado democrático, mas é injusto. Isso porque esse ato resolve o problema de forma rápida e evita o conflito, então é mais fácil. Já o contexto em que as famílias escolhem os apartamentos é mais difícil e requer do trabalhador social forte habilidade para o trabalho com

grupos, já que precisará lidar com possíveis situações de conflito decorrentes do fato de mais de uma família desejar o mesmo apartamento.

Essa ação por si só pode trazer para esses moradores uma incrível experiência de argumentação e negociação, além de desenvolver atitude respeitosa com a coletividade, colabora fortemente para a realização do trabalho social previsto na legislação para HIS (habitações de interesse social). Essa ação articula interesses individuais e coletivos que precisam ocorrer se o condomínio deseja enfrentar os dilemas da vida comunitária.

#### **5.2.4 Ações divulgação e venda dos empreendimentos**

Um fato retratado em várias matérias ajuda a construir uma reflexão crítica acerca do cenário político nacional na medida em que aponta a importância do PMCMV para a recuperação da economia do país. As reportagens iniciam em 2017 e continuam em 2018, e são exemplos de manchetes (anexos C e D): “moradia popular puxa recuperação do mercado imobiliário”; “o investimento em moradias de padrão popular é tão significativo que até o famoso procurador da justiça Deltan Dallagnol adotou essa modalidade de investimento”; “as empresas de construção que desenvolvem moradias populares, enquadradas no Minha Casa, Minha Vida, têm puxado a recuperação do mercado imobiliário.”

Há uma crítica ao PMCMV, alegando que não se trata de uma política habitacional, mas sim de um programa econômico do Governo Federal. Isso porque ele é visto como um extraordinário agente capitalista dentro de uma sociedade capitalista. Sendo assim, seu objetivo maior foi o de manter o país crescendo e gerar empregos, a ponto de passar praticamente incólume pela crise mundial de 2008. Podemos concluir que essa é uma visão acertada quando lemos notícias (anexos C e D) sobre os lucros alcançados por empresas do setor imobiliário, como A Tenda e MRV, publicadas em veículos como Exame, Isto É, e Valor Econômico, fazendo referência ao fato de que empresas com foco no setor imobiliário voltado para baixa renda tiveram maior lucro do que as que possuem foco em média e alta rendas. Isso aconteceu apesar de o Governo Federal ter liberado as contas inativas do FGTS, fundo através do qual se financia a habitação.



### **5.2.5 Política e ações do governo**

A grande quantidade de notícias pertencentes a esse grupo em 2017 é provavelmente um reflexo do cenário político conturbado quando houve trocas de ministros e cortes de verbas que causaram a paralisação de obras do PMCMC em todo o Brasil. Depois de 2016, os investimentos na faixa 1 do programa praticamente inexistiram. Uma das principais ações do governo de Michel Temer foi a aprovação da proposta de emenda constitucional, a PEC 241, que impôs um teto para os gastos públicos a partir de 2017, para os próximos 20 anos. O PMCMV foi fortemente impactado por essa ação, por isso, muitas notícias referiram-se às obras paralisadas e aos grupos de moradores organizados para reivindicar a retomada das obras.

### **5.2.6 Qualidade da moradia: “Como a casa era para pobre, pensaram que qualquer coisa iria ficar bom”**

Outra questão muito importante é relacionada com a qualidade das obras. Inclusive, na pesquisa de campo me deparei com uma questão dessa ordem quando visitei o Condomínio 1. Frente aos problemas de rachaduras que comprovadamente foram gerados pela má qualidade da obra, a Caixa Econômica Federal estava direcionando novo investimento para o conserto das unidades com problemas.

Várias reportagens retratavam condições semelhantes, tal como pode ser verificado na matéria do dia 22/11/2017 (anexo C): “Chuva causa estragos: segundo os moradores, em uma casa a terra foi levada pela água da chuva comprometendo a estrutura do imóvel. Um muro caiu e os moradores reclamaram da qualidade do material e do trabalho feito”. Segundo as reportagens, a Caixa Econômica Federal procura garantir a qualidade nas obras exigindo que os materiais utilizados na construção tenham Certificação Nacional de Qualidade (PBQP-H) e além disso, criou o programa “De Olho na Qualidade”, um site para orientar e receber críticas e sugestões sobre problemas nas obras.

Ao que parece, esse controle de qualidade não acontece com o rigor necessário. De acordo com a fala de uma moradora que aparece na reportagem (anexo D): “Como a casa era para pobre, pensaram que qualquer coisa iria ficar bom”.

Em uma das reportagens que destacava a má qualidade das obras, a notícia traz a realidade de um condomínio onde um morador adotou a posição que seria a do zelador ou síndico, pois assumiu para si a responsabilidade de separar e distribuir a correspondência do

condomínio. Segundo essa matéria, o morador disse: “Eu faço isso porque não entra carteiro aqui dentro, eles têm medo. A imagem que tem daqui lá fora não é boa e nós não somos bichos. Aqui tem gente muito boa”.

É curioso (para adotar um termo ameno) constatar que a qualidade das obras não é tão boa assim, e que em um esforço para buscar as razões para tal situação podemos conectar esse assunto com as notícias sobre os cortes de verba da faixa 1 do PMCMV e, ainda mais, com as notícias sobre o aumento de salário concedido aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Em uma reportagem do dia 08/11/2018 é apontado que o aumento do salário dos ministros custará R\$ 5,3 bilhões aos cofres públicos e que esse valor é equivalente à soma do orçamento de dois programas do governo: o Minha Casa Minha Vida e o Luz Para Todos. É perverso e escandaloso.

### **5.2.7 Diversos temas: de ocupação de moradias do PMCMV à saque de materiais de construção**

Um exemplo de matérias que podem ser citadas como diversos é relacionado com a ocupação de moradias do PMCMV por pessoas que não estão cadastradas ou saque dos materiais de construção. Isso ocorre em boa parte das vezes em razão do longo tempo que a obra leva para ser concluída, chegando até mesmo a ficarem paralisadas por falta de verbas, problemas técnicos e com as construtoras. Nesse contexto, ocorrem as ocupações. Isso pode ser confirmado nas reportagens dos dias 20 a 23/11/2017 (anexo C): “A reintegração de posse foi autorizada pela Justiça Federal a pedido da Caixa Econômica Federal”. Outra reportagem que confirma isso é a do dia 21/11/2017 (anexo C): “Sem energia e sem rede de esgoto, casas do Minha Casa em MT são invadidas ...”, e ainda: “As 900 famílias da ocupação que tornou-se um símbolo do problema habitacional de Londrina, segunda maior cidade do Paraná, permanecem resistindo no local que antes abrigava um canteiro de obras de habitações populares abandonado”. Em alguns casos, os moradores contemplados organizam-se para tomar conta dos materiais para não serem roubados, especialmente quando se trata do MCMV Entidades. Eles também se organizam para cobrar dos órgãos competentes explicações sobre atrasos, contudo, as denúncias acabam muitas vezes esbarrando no descaso das autoridades.

Outra crítica importante realizadas ao PMCMV relaciona-se com o adensamento ou expansão da cidade. Na notícia de 15/11/2017 (anexo C) podemos verificar esse problema: “Com mais prédios na paisagem, número de apartamentos cresce 225% em Blumenau”. A

abordagem da matéria refere-se ao fato de os condomínios do PMCMV serem construídos em bairros distantes, onde se espera que os terrenos sejam mais baratos. Entretanto, nesses locais não há infraestrutura, necessitando ser construída, elevando o custo da obra. Dessa forma, aquilo que, em princípio, era mais barato, no final das contas, passou a ser mais caro.

### **5.3 EM SÍNTESE: MAIS REIVINDICAÇÃO E LUTA POR DIREITOS E MENOS VIOLÊNCIA**

Sumariamente, podemos dizer que o motivo que originou a pesquisa em meio eletrônico acabou confirmando em certa medida as suspeitas iniciais que geraram a realização deste trabalho. Digo que essa confirmação é relativa, pois o número de reportagens que veiculam notícias sobre o PMCMV é grande e trata de assuntos variados. Nesse contexto, o número de notícias que retratam a violência não é a maioria. Entretanto, quando se organiza um agrupamento dos temas, aí sim, passa a ser um número significativo, pois as matérias que tratam da vida nos condomínios do PMCMV (qualidade dos encontros entre os moradores do condomínio), pintam um retrato, na maioria das vezes, marcado por situações de violência e quase não fazem referência a aspectos da vida nesse tipo de moradia.

Por outro lado, parte significativa dessas reportagens (51 matérias) apresentou notícias sobre as participações dos moradores em ações coletivas e movimentos sociais que acabou caracterizando um dos grupos desta pesquisa. O número desse tipo de reportagem superou o número de matérias que retratavam a violência na qualidade dos encontros entre os moradores, o que pode nos levar a concluir que os moradores dos condomínios PMCMV são mais reivindicadores e organizados na luta por direitos do que violentos.

## **6. A PESQUISA DE CAMPO**

### **6.1. INTRODUÇÃO**

A pesquisa de campo foi realizada em três condomínios pertencentes aos bairros de Bonsucesso e Pimentas, em Guarulhos, região metropolitana de São Paulo. Por uma questão de respeito e proteção da identidade das pessoas envolvidas, tratarei em referências futuras, o local das primeiras entrevistas realizadas em Bonsucesso, como Condomínio 1, e as que foram realizadas em período posterior nos condomínios localizados no bairro de Pimentas, como Condomínios 2 e 3, que ficam um defronte ao outro, separados apenas por uma rua.

As visitas foram agendadas com os síndicos, subsíndicos e participantes do conselho. Depois disso, conversei com moradores que estavam nas áreas comuns nos dias em que estive nos condomínios. Descrevo a seguir, os aspectos gerais dessas entrevistas.

### **6.2. VISITA AO CONDOMÍNIO 1: ASPECTOS GERAIS**

A visita ao Condomínio 1 aconteceu em julho de 2017, ocasião em que entrevistei dois moradores, sendo que um deles ocupava a função de síndico. O condomínio possui 10 prédios, com 200 unidades, aproximadamente 2.000 moradores e tinha, na época, três anos de existência. As pessoas que viviam ali vieram de várias partes do município de Guarulhos, como Jardim Maia, Carmela e outros. A maioria veio “forçada”, porque habitava áreas de risco ou porque estava sendo desapropriada. Algumas pessoas estavam em áreas onde ocorriam enchentes, com a água subindo mais de um metro toda vez que chovia.

Segundo os entrevistados, o condomínio foi construído para outros moradores, mas a obra apresentou muitos problemas, a construtora faliu e quando fizeram a vistoria, constataram que a obra estava muito diferente do que constava no projeto, então não aceitaram os apartamentos e os devolveram. Foi dessa forma que os moradores atuais receberam a moradia com custo zero, doados pela prefeitura.

Para os dois entrevistados, a atual moradia trouxe uma piora na qualidade de vida, porque tiveram de conviver muito de perto com pessoas e com problemas que não tinham antes, como o consumo de drogas. Segundo eles, a venda e o consumo aconteciam de forma ostensiva, a céu aberto, na frente de todos. Por intervenção deles, esse comércio deixou de existir dentro do condomínio, mas os jovens, de maneira geral, continuaram envolvidos no mundo das drogas, deixando-os muito preocupados com as duas filhas. Por isso não

permitem que elas se relacionem com ninguém do condomínio. Quanto aos jovens, tentaram levar alguns à igreja evangélica para afastá-los das drogas, mas a maioria não aceitou.

Essa questão foi trazida também nas matérias analisadas no capítulo 5, em que uma série de reportagens produzida em 2015 realizou uma apuração em 64 condomínios do PMCMV do Rio de Janeiro, constatando que em todos eles havia a presença de grupos criminosos ligados ao tráfico de drogas ou às milícias.

O território em que o condomínio está localizado conta com escola, posto de saúde e Cras (embora nunca tenham ido até o condomínio e pelo que sabem ninguém do condomínio vai até lá). Existe condução para o centro de Guarulhos. Não há espaço para lazer da comunidade, não há praças e a única oferta de atividades para a comunidade é feita pela escola que abre aos fins de semana.

O condomínio estava em reforma devido a problemas estruturais na construção, e a Caixa Econômica Federal estava realizando as obras no valor de R\$ 1.500.000,00. Essa situação encontra paralelos nas matérias analisadas no capítulo 5, em que vários problemas foram relatados em relação à má qualidade das obras do PMCMV. Em uma das reportagens uma moradora disse: “como era para pobre, pensaram que qualquer coisa iria ficar bom”. A matéria aponta também o compromisso que a Caixa Econômica Federal tem de garantir a qualidade dos materiais e das obras.

Os entrevistados ressaltaram que a reforma se prestava a consertar os problemas estruturais, mas não construiriam coisas novas, por exemplo, o parquinho para as crianças e a quadra de esportes. Essas são duas reivindicações dos moradores, mas o representante da Secretaria de Habitação disse a eles que não é possível construir uma quadra, já que ali é uma propriedade privada e não um espaço público. Outro item que faz muita falta e que não está entre os reparos dessa reforma é o aparelho de interfone da portaria, que sumiu.

### **6.2.1 Organização do Condomínio 1**

O síndico é responsável pela organização dos dez prédios do condomínio, mas não foi sempre assim, no início havia um comitê administrativo para cada prédio, que realizava reunião entre os moradores e entrega das correspondências. Faziam também reunião geral com todos os moradores do condomínio. Com o passar dos anos foram desistindo em função das brigas que ocorriam e agora fazem somente reuniões dos moradores de cada prédio, mas

bem poucos participam. O valor do condomínio é de R\$ 50,00 e estão com aproximadamente 70% de inadimplência.

Com problemas para custear a manutenção do condomínio, criaram estratégias para arrecadar verbas, como, mutirões, festas, feiras (espécie de feirinha da madrugada), feijoadas, comitês, associações, reciclagem de lixo, jardim, mas nada deu certo, tudo terminou em brigas e acusações. Por essa razão, hoje em dia sentem-se desestimulados para criar ações para angariar fundos ou estabelecer o diálogo com os moradores, pois acreditam que elas não funcionam nesse local.

Estão muito cansados e disseram que não querem mais ninguém, incluindo o pessoal da Secretaria de Habitação, questionando-os sem oferecer uma ajuda concreta para os problemas que enfrentam como construir uma quadra e um parquinho. Estão muito desanimados e não acham que algo pode dar certo ali. A única saída que estão considerando é a de processar os inadimplentes e tomar o apartamento em troca da dívida. Esperam que a administradora consiga efetivar essa ação.

### **6.2.2 Atividades do trabalho social**

Segundo os entrevistados, nada do que foi tratado no trabalho social teve ressonância na comunidade. Acham que é pouco tempo e a referência a esse período diverge, pois, um acha que foram apenas seis meses e o outro diz que foi durante um ano. O fato é que a referência que eles têm é de ser pouco tempo e que precisavam de ações educativas a longo prazo. Acreditam que o foco deveria ser dado na educação das crianças.

Eles mencionaram a realização de algumas oficinas com as crianças e com os adultos para a organização do condomínio e para melhoria das relações entre vizinhos, mas nada disso tem efeito atualmente. Acham que a carga horária dos cursos é muito baixa, e comentam: “é pouco tempo para que mudem os hábitos que trouxeram da favela, eles jogam lixo pela janela e não é só um ou outro objeto, são sacos inteiros que caem na cabeça de quem passa. Isso para falar o mínimo, outro dia jogaram água da privada na senhora que cuida da limpeza”.

### **6.2.3 Análise das experiências dos moradores do Condomínio 1: encontros despotencializadores**

A pesquisa sobre as experiências do Comum ocorridas no Condomínio 1 buscou focar a análise nos subtextos, compreendidos naquilo que foi dito pelos moradores e pelo que não foi também.

As interações entre os vizinhos são marcadas, principalmente, por afetos tristes e os vínculos com o território foram constituídos de forma precária nessa localidade, ficando marcada a experiência da moradia anterior que foi interrompida em função do risco que oferecia para a segurança dos moradores. Pesa o fato de terem recebido a atual moradia a custo zero, sendo, portanto, proprietários, embora não possuam nenhum documento que comprove isso. A propriedade exerce sobre eles uma força imposta pela sobrevivência e faz com que submetam seu desejo de residirem em outro local à necessidade de ter uma moradia própria. A alegria de ter uma moradia e o sentimento de segurança que poderia decorrer disso são aplacados pelo cansaço frente às dificuldades de administrar o condomínio; pelo sentimento de abandono por parte do poder público; desesperança por não conseguir encontrar saída para a condição em que se encontram e raiva direcionada aos vizinhos e ao poder público que termina por levá-los ao isolamento, até como forma de proteção. Encontram-se, portanto, em uma situação de sofrimento ético-político (SAWAIA, 2014).

Nesse contexto, as condições impostas para a posse da propriedade colocam esses moradores em situação de servidão, tal como descrito por Espinosa (1994), pois despotencializa os encontros, fazendo com eles sejam percebidos como nocivos.

A partir da percepção das pessoas entrevistadas e da análise dos subtextos presentes nesse diálogo, nota-se que o retrato que o Condomínio 1 estampa é o da deterioração da estrutura habitacional e o do isolamento e desarticulação dos moradores. Como consequência, observa-se a desmobilização dos moradores em torno do que poderia vir a ser um útil comum.

Não podemos deixar de constatar o fato de que essas pessoas faziam parte de um programa de habitação que visava à inclusão e o direito à moradia. Inclusão perversa (SAWAIA, 2014, p. 7), que exemplifica a dialética exclusão/inclusão, como traz Sawaia:

As reflexões de Foucault servem de referência teórica à concepção de exclusão como processo dialético de inclusão. Sua obra é uma brilhante argumentação em favor da ideia de que a inclusão social é um processo de disciplinarização dos excluídos, portanto, um processo de controle social e manutenção da ordem da desigualdade social. Dessa forma, ele insere a exclusão na luta pelo poder. (SAWAIA, 2014, p. 109)

Tais condições poderão culminar por expulsar aqueles que foram incluídos em um sistema que eles não tiveram condições de manter, tendo em vista que o processo capitalista tem como base a expulsão natural de todos aqueles que não podem se manter no centro do sistema.

As experiências vividas pelas pessoas entrevistadas as afetam de tal forma que promovem um entrelaçamento de afetos contrários cuja a expressão passa por um contentamento morno por possuir uma moradia, uma raiva contida (às vezes nem tanto) em direção ao condomínio e aos vizinhos e uma frustração por não conseguir administrar sem recursos todas as demandas dos moradores e do condomínio. Por fim, configura-se um sentimento de abandono e desesperança, em que acham que nada é possível dar certo.

### 6.3. VISITA AO CONDOMÍNIO 2: PRIMEIROS CONTATOS

O Condomínio 2, situado no bairro do Pimentas, possui sete blocos com 140 apartamentos de dois dormitórios, onde residem no mínimo três moradores, totalizando aproximadamente 520 pessoas. Conta com 80 vagas para carros.

A primeira visita que fiz aconteceu em dezembro de 2017. Naquele dia estava acontecendo um curso relacionado à gestão de condomínios, em uma sala alugada fora do condomínio. Ali foram feitos os primeiros contatos com alguns moradores.

A segunda visita aconteceu também no início de dezembro de 2017, data em que estava acontecendo uma atividade que abordava a convivência em condomínios. Essa atividade aconteceu em uma tarde de quarta-feira, na casinha<sup>40</sup> e a presença era predominantemente de mulheres e de crianças.

O desenvolvimento dessa atividade foi relativamente caótico, pois na medida em que o palestrante se esforçava por abordar os temas, os participantes entravam e saíam do local, em um misto de tomarem conta das crianças, conversarem entre si e opinarem sobre os temas que iam sendo apresentados. Nesse dia, foi comentado que o local carecia de uma atividade de integração entre os moradores que os unissem, pois era comum haver fofocas e pouca participação na organização do condomínio.

A terceira visita ocorreu em janeiro de 2018, ocasião em que pude entrevistar dois moradores, que, na época, ocupavam posições no conselho administrativo. Eles descreveram

---

<sup>40</sup> Local existente na área comum do condomínio, que, provavelmente, foi criado para ser um salão de festas e que os moradores apelidaram de casinha.



a organização do condomínio e todas as melhorias que haviam realizado desde que assumiram a administração, como a construção da portaria, do portão de entrada e da lixeira. Fizeram tais ações com recursos dos moradores. Ressaltaram a diferença que existe entre os Condomínios 2 (onde moram) e o 3, pois o segundo está tomado pelo caos e desorganização, enquanto o primeiro, está mais organizado e arrumado, embora reconheçam as enormes dificuldades para que se mantenha essa condição.

Disseram que a reunião de condomínio conta, em geral, com aproximadamente 40 pessoas e que cada prédio tem um representante que faz parte do conselho. Grande parte desses representantes é formada por mulheres, o que, na opinião deles, é bastante indicado, principalmente quando ocorrem problemas com adolescentes e crianças, já que eles acham que essas mulheres têm mais tato para conversar com os responsáveis e pedir que corrijam o comportamento dos filhos.

Quando chegaram no condomínio, os prédios estavam todos inacabados e tiveram de investir R\$ 11 mil para conseguir morar. Fizeram por conta própria a portaria, a instalação do portão, o depósito de reciclados e o local para a bomba d'água que foi destruído em uma batida de carro. Nesse dia convocaram um mutirão e reconstruíram o local, mas o pessoal da Secretaria de Habitação disse que não deveriam ter feito isso, porque alterou a planta do local e isso seria um complicador na hora de obter o certificado de conclusão – Habite-se<sup>41</sup>, (o mesmo aconteceu com o Condomínio 3, pois construíram uma cobertura para os carros no estacionamento). Até hoje não possuem escritura e a Secretaria de Habitação colocou uma placa no local informando que os apartamentos são de propriedade da Prefeitura Municipal de Guarulhos.

---

<sup>41</sup> Esse documento comprova a regularidade do imóvel habitado ou não, é cadastrado na secretaria de finanças para futuras consultas. Disponível em: <[https://prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/pracas\\_de\\_atendimento/index.php?p=14395](https://prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/pracas_de_atendimento/index.php?p=14395)>. Acesso em: 20 jul. 2019.

Figura 7 - Placa fixada pela Prefeitura Municipal de Guarulhos



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Os moradores habitam o condomínio há cinco anos e todos vieram de uma comunidade que ficava em Cumbica, considerada área de risco, pois era problemática e ocorriam enchentes. Quando foi feita a remoção dos moradores desse local, o Condomínio 3 estava pronto, então uma parte dos moradores foi direto a esse local. A outra parte dos moradores obteve o benefício do aluguel social durante três anos até que o Condomínio 2 ficasse pronto. Na opinião de um dos entrevistados isso explica o fato de o Condomínio 2 estar “dando certo” e o Condomínio 3 estar “dando errado”, pois eles não aprenderam a viver nesse tipo de moradia, pois vieram da favela direto ao apartamento.

Esse morador também aponta para os problemas que viveram em relação ao tráfico de drogas, especialmente quando ainda não tinham conseguido instalar o portão. Nessa época, alguns jovens adentravam o condomínio para vender drogas. Um em especial, embora vivesse no Condomínio 3, levava drogas para o Condomínio 2. Procuraram o pai desse jovem, mas ele não conseguiu impedir que o filho continuasse com a atividade, então, segundo os entrevistados, o jeito foi procurar o traficante (que era conhecido desde a época em que moravam em Cumbica). Esse sim, “deu um jeito na situação” e o rapaz deixou de frequentar o local.

Essa realidade encontra ressonância no que foi relatado nas matérias do capítulo 5. As reportagens apontaram situações em que os moradores são submetidos à presença das milícias e do tráfico de drogas, em algumas vezes esses agentes são requisitados pelos próprios moradores para organizarem a vida comunitária nos condomínios ou ajudarem na resolução de algum problema. Em uma das reportagens foi retratada a situação em que os

representantes do tráfico informaram aos moradores que “o local era de família, não era favela e não queriam ninguém vendendo drogas, roubando ou vagabundeando”.

Durante as entrevistas cogitou-se a possibilidade de participação nas próximas reuniões do condomínio para a realização de atividades que pudessem favorecer o diálogo entre os participantes em busca de soluções para os problemas da coletividade. Também apontaram a necessidade de realização de atividades socioeducativas para os jovens, especialmente as que abordassem temas relacionados ao uso/abuso de drogas e questões referentes ao mercado de trabalho. Entretanto, essa proposta não prosperou e com o passar do tempo outras pessoas assumiram a posição de síndico e subsíndico.

### **6.3.1 Retorno ao Condomínio 2 ou o condomínio que “deu certo”**

Nessa nova etapa de entrevistas com moradores foi possível confirmar os fatos levantados pelos entrevistados da etapa anterior e ainda ampliar para novos aspectos da vida no condomínio. Os dois primeiros entrevistados eram pessoas jovens, que ocupavam as funções de síndico e subsíndico. Contava em favor deles o fato de conhecerem todos os moradores desde a infância quando moravam na comunidade em Cumbica.

Um dos primeiros aspectos levantados refere-se a um problema que os incomodava muito: o fato de não possuírem nenhuma documentação que comprovasse a posse da moradia. Inclusive, na primeira visita que fiz, havia uma placa da prefeitura informando que era proprietária do local, mas em visitas posteriores, essa placa não estava mais lá. Na entrevista, disseram que a placa havia sido retirada, porque fazia com que os moradores se sentissem humilhados, uma vez que ela informava para quem passasse no local que eles não eram os proprietários do apartamento em que moravam.

Associado ao declarado sentimento de humilhação, percebe-se nos subtextos a insegurança e o medo decorrentes do fato de não terem um documento que comprove a posse sobre a moradia, podendo, a qualquer momento, serem retirados de lá. Uma situação que ajuda a comprovar essa percepção foi o fato de que durante a visita aos espaços comuns e dependências dos prédios, alguns moradores entreabriam as suas portas, curiosos e receosos ao mesmo tempo. Segundo meus acompanhantes nessa visita, eles temiam que eu fosse da Secretaria de Habitação e estivesse ali para “tomar” deles o apartamento. Uma das pessoas entrevistadas recusou-se a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),

alegando ser idosa e não alfabetizada e ter sido orientada por seu filho para não conversar com ninguém nem assinar qualquer documento sem o conhecimento dele<sup>42</sup>.

Durante as entrevistas, predominou o contentamento com a moradia, estando aliviados por terem deixado o local anterior onde aconteciam as enchentes. Esquivavam-se de questões delicadas e algumas vezes pude observar trocas de olhares recriminadores, especialmente se estivessem esbarrando em assuntos delicados, como o tráfico de drogas. Em uma das entrevistas questionei sobre o que trazia sofrimento para eles, e um dos moradores respondeu prontamente que era o tráfico de drogas, mas sua esposa chamou sua atenção aconselhando-o a calar-se e mudou rapidamente de assunto.

Eles alegam “não ter do que reclamar”, pois o bairro é bom e bem localizado, tem acesso aos serviços de saúde, educação e transporte. No dia de uma das visitas, pude presenciar o ônibus escolar passando para buscar as crianças, como pode ser visto na figura a seguir:

Figura 8 - Ônibus escolar na rua, entre os Condomínios 2 e 3



Fonte: Acervo pessoal da autora.

---

<sup>42</sup> Embora estivessem apreensivos, nenhum deles me abordou para questionar a esse respeito, diferentemente do que aconteceu na visita ao Condomínio 3, onde um dos moradores expressou abertamente essa preocupação, cobrando um posicionamento e resolução para a questão (o Condomínio 3 ainda sustenta a placa que informa serem os prédios, propriedade da prefeitura).

Vale destacar que essa percepção dos moradores não é confirmada pelos dados publicados pela Prefeitura de Guarulhos. Segundo o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PHLIS) de Guarulhos, o bairro do Pimentas caracteriza-se como um “local carente de infraestrutura, e em princípio inadequado à ocupação, considerando restrições de ordem geológica ou ambiental” (2011, p. 58). Ainda segundo esse documento, o bairro do Pimentas:

[...]além de ser uma das regiões mais carentes de equipamentos públicos se comparada com a região oeste da cidade, ainda apresenta um contínuo crescimento de sua população, que se encontra majoritariamente nas classes de baixa renda. Cerca de 45% da população do Pimentas se encontra entre as classes D e E. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS SECRETARIA DE HABITAÇÃO, 2011, p. 81).

Entretanto, tem de se considerar que a experiência anterior desses moradores com a moradia é bastante traumática, já que o local em que moravam era alvo de constantes enchentes e isso aparece na fala de todos os moradores entrevistados quando solicitados a comparar as duas localidades. A atual moradia no bairro do Pimentas, comparada àquela em Cumbica é muito melhor. Apenas um dos moradores entrevistados fez menção à dificuldade de chegar ao emprego agora que mora em outro bairro. Pesa também, em favor da moradia nesse bairro, o fato de serem proprietários do imóvel, embora não possuam nenhum documento que regulamente isso.

Como forma de comparação com essa realidade apresentada pelos moradores, vale aqui retomar o que foi trazido no capítulo 5 quando foi apresentada a reportagem sobre a pesquisa de satisfação dos moradores e o sentimento de pertencimento ao local. Ali eles também relataram a satisfação com a moradia atual, mas reclamaram da falta de serviços públicos, de comércio e de segurança.

Embora achem o bairro do Pimentas muito bom, uma das moradoras relatou, com tristeza, que não são muito bem vistos no local. Mesmo pertencendo ao condomínio que “deu certo”, no bairro, todos eles são tidos como as pessoas que vieram da favela, vistos de forma preconceituosa. Essa condição é semelhante à que foi apresentada em uma das matérias trazidas no capítulo 5, quando um morador relatou que faz a separação e distribuição de correspondências do condomínio porque o carteiro não entrava no local por sentir medo deles. Esse morador disse: “A imagem que tem daqui lá fora não é boa e nós não somos bichos”.

Quanto ao lazer, eles disseram que pouco saem e todas as atividades são realizadas preferencialmente dentro do condomínio, só saindo para trabalhar e ir à escola. Há uma nascente de água que foi canalizada em direção ao estacionamento onde reservaram um

espaço para a lavagem de carros. É ali que a maioria dos jovens se reúne nos fins de semana para lavar os carros, ouvir música e tomar umas bebidas.

Figura 9 - Tanques que captam água da nascente



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Figura 10 - Local onde os moradores lavam os carros



Fonte: Acervo pessoal da autora.

A maioria dos entrevistados disse que não participa de atividades em associações, sindicatos ou movimentos sociais, a não ser, em alguns casos, em cultos religiosos. Em apenas um caso, uma das entrevistadas relatou a participação na luta pela legalização da situação da moradia, embora não tenha muita informação sobre os detalhes do empreendimento, que suspeita que tenha sido realizado com fundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ela acha também que o condomínio foi construído pela CDHU, pois se tivesse sido pelo PMCMV, na opinião dela, seria muito mais organizado e teria prestado maior assistência aos moradores. Essa fala está apoiada no fato de eles nunca terem recebido os serviços do Trabalho Social (diferentemente do Condomínio 3, que fica do outro lado da rua, que teve a realização desse trabalho durante um ano).

Ao se comparar a realidade desse condomínio com as reportagens analisadas no capítulo 5, se observa uma realidade um pouco diferente, pois em 2018 o número de matérias sobre protestos por moradia quase dobrou, ou seja, os moradores estavam envolvidos em ações e movimentos de luta pela moradia.

A visita às dependências do condomínio demonstra o envolvimento e dedicação dos dois jovens. Eles afirmam “é uma parcela muito pequena que dá trabalho, uns 5%, o restante é tudo gente boa”. Essa frase lembra novamente aquela que o outro morador que separava e entregava as cartas disse na reportagem do capítulo 5: “A imagem que tem daqui lá fora não é boa e nós não somos bichos. Aqui tem gente muito boa”. A parte de trás do prédio é capinada pelo subsíndico no dia de folga do trabalho, tarefa essa que ele faz mesmo reclamando do cansaço e da falta de colaboração de boa parte dos moradores.

Por todo o condomínio observa-se o trabalho da coletividade, a começar pela limpeza dos espaços comuns, pois cada prédio organiza a sua e a realizam em mutirão. Também organizam mutirão para outras atividades, como a pintura da “casinha” e da portaria. No local há espaço para plantação e até mesmo um tanque construído por um dos moradores, que funciona como aquário rodeado de plantas para embelezar o local.

Figura 11 - Espaço na parte de trás dos prédios com mudas plantadas



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Mesmo havendo alta inadimplência, conseguiram organizar rifas e festas para angariar fundos para realizar melhorias. Essa situação pode ser comparada com a da matéria analisada no capítulo 5, em que os moradores criaram uma feira cultural com esse mesmo objetivo.

A pessoa que assumiu a função de síndico teve a iniciativa de visitar um por um dos apartamentos do Condomínio 2 para saber a opinião dos moradores sobre a vida no local. Ela também pretende modificar a forma de fazer reuniões no condomínio, pois embora eles compareçam às reuniões, há pouca participação e ela acredita que isso acontece em função da timidez de falar em público. Ela acha que se forem feitas reuniões em cada um dos prédios, as pessoas sentir-se-ão mais confortáveis em participar e dar sugestões.

As pessoas que ocupam as funções de síndico e subsíndico parecem se dedicar bastante e, tal como os que ocuparam esse cargo anteriormente (entrevistados na primeira visita), exercem forte influência positiva sobre os moradores, buscando dar exemplos e criar ações que eduquem os moradores. Por exemplo, uma das entrevistadas comentou que ao identificar um local em que houve pichação, providenciam a limpeza imediata, pedindo inclusive para que os jovens o façam. Ela acha que se os outros virem um local pichado, serão influenciados e farão isso em outros espaços, mas ao contrário, se virem que tudo está limpo, evitarão esse comportamento.



Observa-se nos subtextos dos relatos desses moradores afetos de gratidão (“tá tudo bom, eu só tenho o que agradecer”), submissão e obediência (“não posso reclamar de nada”), proteção (“é uma parcela muita pequena que dá trabalho, uns 5%, o restante é tudo gente boa”) e de valorização pelo esforço (“nas folgas do meu trabalho aproveito para capinar o mato do condomínio”).

### **6.3.2 Análise das experiências dos moradores do Condomínio 2: “é uma parcela muita pequena que dá trabalho, uns 5%, o restante é tudo gente boa”**

Os moradores com os quais conversei foram muito generosos em compartilhar informações e opiniões, respondendo aos questionamentos e recebendo-me de forma hospitaleira em suas casas, onde um café quentinho foi servido.

Às vezes pareceram desconfiados e amedrontados, desviando-se delicadamente (ou politicamente) das críticas aos vizinhos, à moradia, ao bairro e ao poder público. Às vezes, no subtexto dessas atitudes, percebe-se passividade e até mesmo medo, provocados pela necessidade de se proteger de possíveis (ou prováveis) violências.

Não conseguem identificar a razão de o Condomínio 2 ter “dado certo” e o Condomínio 3 ter “dado errado”, mas se orgulham disso. Conseguem perceber que a desunião do outro condomínio tem prejudicado muito os seus moradores.

Embora também tenham alta inadimplência da taxa de condomínio estão conseguindo realizar melhorias, pois se não possuem dinheiro, pelo menos conseguem convocar as pessoas para atuarem em mutirão e fazer o que é necessário. Bons exemplos disso foram as pinturas que aconteceram na época da realização de pesquisa de campo, depois de terem conseguido a doação de tintas de um comerciante local (por estarem vencidas). A síndica chamou alguns moradores e, juntos, eles realizaram em um dia a pintura da portaria, do espaço de reciclagem e da “casinha”. O condomínio que “deu certo” parece ter conseguido desenvolver um senso de coletividade que os faz experimentar, em boa parte das vezes, a força de atuar conjuntamente para a solução de problemas coletivos.

Os bons e os maus encontros nos espaços comuns do Condomínio 2 afetam os moradores de forma dialética. Afeto e ação estão sempre ligados ou, nas palavras de Vigotski (2003, p. 119), “toda emoção é um chamado à ação ou à rejeição da ação”, observa-se que muitas vezes esses afetos geram experiências de servidão, na medida em que o medo pelas circunstâncias que se apresentam os confinam em seus apartamentos. Mas também, em

outros momentos, eles superaram o isolamento e encontram na potência da ação comum a possibilidade de expressarem suas singularidades e atuarem em regime de coparticipação nas atividades, tornando as coisas comuns e produzindo um novo sujeito coletivo (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 53).

#### 6.4. VISITA AO CONDOMÍNIO 3 OU O CONDOMÍNIO QUE “DEU ERRADO”

Em uma das visitas que realizei ao Condomínio 2 fui apresentada ao síndico do Condomínio 3, que no dia estava ali para pedir uma escada emprestada. Ele foi bastante receptivo quanto a ideia da minha visita e disse para que eu o procurasse para conversarmos.

Em outro dia de visita ao Condomínio 2 presenciei uma crise provocada pela falta de água no Condomínio 3, em razão da quebra da bomba. Os moradores vieram com seus baldes para buscar água. O comentário nesse dia era que o ocorrido se deu por falta de manutenção e que isso acontecia não só pela falta de pagamento da taxa de condomínio, mas principalmente pela desunião dos moradores, pois há sempre alguém entre os moradores que saiba realizar esse tipo de conserto.

O Condomínio 3 existe há 8 anos, conta com 144 apartamentos em seis torres e os moradores vieram do mesmo local que os do Condomínio 2. No espaço coletivo, a infraestrutura conta com uma quadra e um parquinho para as crianças. Costumavam compartilhar a quadra com o Condomínio 2, visto que eles não possuem esse item (nem chegou a ser construída, embora tenha espaço atrás do prédio), mas com o passar do tempo, tiveram muitos desentendimentos e os moradores do Condomínio 2 deixaram de frequentar o Condomínio 3.

Todos se conhecem e muitos deles são parentes. Vieram três anos antes que os moradores do Condomínio 2, pois os apartamentos já estavam prontos e não houve seleção, a assistente social responsável pela remoção, após o cadastro dos moradores, segundo disseram, escolheu um ponto e disse que dali para frente fariam a mudança imediatamente. O prédio ostenta placa semelhante a que havia no Condomínio 2, informando que o local pertence à Prefeitura de Guarulhos.

Figura 12 - Vista lateral do Condomínio 3



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Os moradores do Condomínio 3 passaram pela experiência do Trabalho Social durante um ano, realizando atividades que envolviam a gestão de condomínios, criação de conselhos de moradores, assembleias, convivência com os vizinhos etc. Eles reconhecem a importância do Trabalho Social, mas acham que um ano é pouco tempo para esse aprendizado.

A realização da pesquisa nesse condomínio precisou ter seu plano adaptado para a ocasião, que se direcionou a uma situação inusitada, transformando o que seria uma entrevista semiestruturada em algo semelhante a uma roda de conversa. Isso porque, a entrevista com um dos moradores (que ocupava a posição de síndico, na ocasião) sofreu diversas interferências das pessoas que passavam. Inicialmente, suspeitei que o tom “inflamado” adotado pelo morador tenha contribuído para isso e também o conteúdo da sua fala, sempre bastante crítica, acusando os outros moradores de não participarem das reuniões, não pagarem as cotas condominiais e outras queixas, confessando-se muito cansado com a situação. Entretanto, essa hipótese não se confirmou, pois após esse morador ter se afastado da conversa, outros vieram, em um rodízio de participações inconclusas, parecendo serem motivadas prioritariamente pela curiosidade em relação à minha presença.

Curioso observar que nos Condomínios 1 e 2 as pessoas também demonstraram estar curiosas sobre minha presença, mas elas mantiveram-se à distância e não interferiram nas conversas. No Condomínio 3, elas aproximavam-se e entravam na conversa, colocando seus

pontos de vista sobre o que estava sendo dito. Em seguida, afastavam-se e outras se aproximavam, repetindo o processo. Ao perceber esse movimento, decidi não pedir um espaço mais reservado para realizar as entrevistas, pareceu-me que esse movimento era típico do lugar e observá-lo seria mais interessante do que bloqueá-lo.

As entrevistas com esses moradores aconteceram no espaço de uso comum do condomínio, em frente a um dos prédios, mas depois deu continuidade em um bar/mercearia que funcionava na sala do apartamento de um dos moradores. Nesse ambiente, reunimo-nos para uma conversa coletiva.

Figura 13 - Espaço coletivo do Condomínio 3



Fonte: Acervo pessoal da autora.

O morador, dono desse bar (ele não é o único com comércio instalado no condomínio), explicou que desde o cadastramento realizado com a assistente social já tinha avisado que esse era seu “ganha-pão”, e ele só se mudaria se pudesse continuar com essa atividade.

Aparentemente, os dois condomínios (2 e 3) equiparam-se em termos de cuidados com as áreas comuns, não se percebendo lixo, pichações, mato crescendo (diferentemente do Condomínio 1, onde se observava tudo isso). A limpeza das áreas comuns é feita por uma moradora que também cuida das plantas.

Outra diferença é que o Condomínio 3 construiu cobertura para os carros nas vagas (que não são em número suficiente para todos os moradores), mas o pessoal da Secretaria de Habitação os avisou que precisarão desfazer essa melhoria, pois não consta na planta original e isso impedirá que seja emitido o “habite-se” (o prédio já existe há oito anos e ainda não possui o documento).

Em todos os relatos foram marcantes as queixas sobre a desunião dos moradores e a consequente desorganização do condomínio. Reclamaram do barulho de som alto nos espaços comuns e nos apartamentos; da circulação de pessoas que não são moradoras; da falta de pagamento da taxa de condomínio e da falta de participação nas reuniões. No fim de semana anterior à minha visita havia sido agendada uma reunião de moradores do condomínio, mas ninguém compareceu. Eles disseram que vários moradores comentam que possuem o valor para realizar o pagamento da cota de condomínio, mas deliberadamente assumem que não irão fazê-lo.

Nessa entrevista, que aconteceu de modo participante, configurou-se em determinado momento um diálogo entre mim e os entrevistados, que favoreceu a análise sobre essa situação de abandono dos moradores nas ações do condomínio. Pudemos refletir sobre os motivos que levam as pessoas a não se engajarem em uma causa ou ação, chamando a atenção para as críticas excessivas, recheadas de acusações e ameaças de processo para retirada da moradia. Propus uma reflexão sobre o sentimento de inadequação que essas críticas poderiam gerar, afinal, ninguém gosta de ser criticado o tempo todo e ter seus defeitos apontados em público, evitando, portanto, os lugares que os colocam nessa posição. Talvez fosse por essa razão que ninguém aparecia nas reuniões.

Questionei se não haveria uma outra forma de abordar os problemas da coletividade de modo que os pudesse engajar em uma solução conjunta, afinal, se a pessoa tem o dinheiro, mas não paga o condomínio é porque ela está sentindo muita raiva e não se reconhece, ou não se sente pertencendo a esse coletivo. Sugeri que as reuniões pudessem ser precedidas de convites personalizados, repetidos mais de uma vez, e que elas se dessem em um clima educativo, pois, talvez, as pessoas não soubessem como lidar com a proximidade que decorre da vida em apartamentos e em condomínios.

Alguns participantes da roda, nesse momento, contemporizaram, reconhecendo que, de fato, as acusações poderiam estar gerando a desunião. Um dos moradores comentou que já havia participado do movimento para moradia e que lá eles usavam essa estratégia para ensinar as pessoas a lutarem por seus direitos. Disse que estava afastado do movimento há

anos e que estava se esquecendo de que era assim que se lidava com grupos de pessoas. Comentou que se sentia disposto a tentar essa estratégia para buscar a mobilização dos moradores para a participação nas reuniões e nos problemas da coletividade. Uma das participantes havia comentado anteriormente que tinha muito bom relacionamento com os moradores do prédio em que ela mora e de outros também, questionei-a se não poderia usar esse vínculo já estabelecido para conversar com eles cotidianamente sobre a importância da participação deles nas reuniões, ela disse que essa seria uma possibilidade viável e que faria a experiência.

#### **6.4.1 Análise das experiências dos moradores do Condomínio 3: desamparo**

No território em que está inserido, o Condomínio 3 tem fama de ser bagunçado e de não ter dado certo, condição essa, assumida pelos próprios moradores e incorporada às suas falas. Essa situação pode ser observada durante as entrevistas, que ocorreram em um ritmo acelerado e caótico, oferecendo poucas condições para a análise particular de cada fala, tanto por mim quanto por eles. Todos falam e nenhum deles escuta. Eu estava oferecendo o que ninguém ali parecia ter condições de fazer: uma escuta qualificada.

Ao que parece, os encontros são marcados pelo sentimento de frustração, que é expresso por meio de raiva contra os vizinhos, acusando-os de fazer muito barulho, não pagar a taxa de condomínio e não ajudar a cuidar das áreas comuns. Eles acham que nada pode dar certo ali e não adianta tentar, expressando um sentimento de desesperança. Paulo Freire em *Pedagogia da esperança* (1992, p. 5) ensina-nos, logo na introdução, que “a desesperança nos imobiliza e nos faz sucumbir ao fatalismo onde não é possível juntar a forças indispensáveis ao embate recriador do mundo”. E parece ser essa a situação desses moradores.

A força do coletivo não está presente e eles sabem disso, pois não podem contar uns com os outros, sentem-se isolados e individualizados, infelizes diante de tantas coisas que precisam ser feitas, impotentes para agir diante desse caos, demonstrando-se desamparados. Minha presença ali parecia ser algo que pudesse vir a trazer alguma resposta para essa situação, por isso se aproximavam. Mas ao constatarem que eu não era representante do poder público, desinteressavam-se. Não havia confiança suficiente entre eles para mantê-los unidos nem reconhecimento da potência do grupo. Por outro lado, demonstravam estar em

compasso de espera de algo que pudesse ser feito por meio das políticas públicas e que pudesse tirá-los dessa situação de desesperança.

Para compreender melhor a situação da vida nesse condomínio podemos estabelecer uma analogia com a operação de uma máquina complexa. Alguém nos mostra como ela funciona e onde estão todos os comandos. Enquanto essa pessoa está por perto, tudo parece fácil de ser operacionalizado, mas quando ela se afasta, damos-nos conta de que não lembramos mais para que servem todos aqueles comandos e o que devemos fazer para que a máquina funcione como deveria. Parece ter sido isso que ocorreu com esses moradores, que, inicialmente, constituíram os processos coletivos necessários para a organização da vida no condomínio, mas depois que as atividades previstas pelo Trabalho Social foram concluídas, não conseguiram superar os impasses que se apresentaram nas interações sociais e manter os processos decisórios coletivos funcionando. O caminho foi buscar o isolamento e a proteção da moradia.

A falta de participação e colaboração é uma questão central nesse condomínio, que coloca em perspectiva a posse da propriedade privada com a propriedade coletiva dos espaços comuns, sem conseguir superar o interesse individual na busca pelo comum. A participação das pessoas na roda de conversa, dizendo o que pensavam sobre a situação, a meu ver, pode ser compreendida como um jeito de se envolver com a questão e uma forma de mobilização. Havia uma vibração nessas falas, que embora desarticuladas, continham grande potencial se fossem direcionadas à ação.

Ocorreu-me que em minha experiência como educadora comunitária já havia me deparado algumas vezes com salas de aula parecidas com o que presenciei no Condomínio 3. Às vezes, a sala era composta por alunos mais quietos, com participações tímidas, desconfiadas; às vezes, em outras salas, eles eram barulhentos, vibrantes, desorganizados e até mesmo, um pouco mais agressivos. O trabalho, no primeiro caso, consistia em estabelecer vínculos de confiança entre eles e estimular a participação, no segundo caso, em tentar canalizar expressões e organizar as ações para interesses coletivos. O segundo caso, era bem mais difícil, mas muitas vezes resultava em ações coletivas impressionantes. E foi essa potência do coletivo que os incentivei a buscar, a fim de superarem as críticas e organizarem-se para os interesses comuns.

## 6.5.OS TRÊS CONDOMÍNIOS

A análise dos três condomínios estudados expõe que a experiência de viver nesse tipo de moradia apresenta semelhanças e diferenças. No Condomínio 2, os encontros são marcados pelo respeito e quase nenhuma crítica aos vizinhos, já nos Condomínios 1 e 3, ao contrário, os encontros são marcados pelo desrespeito e pela presença de afetos de raiva e desprezo. As razões que contribuem para a constituição dessas experiências são configuradas pela perspectiva materialista e histórica que interagem de forma dialética e foram explanadas ao longo deste trabalho.

Contudo, em um esforço para compreender as diferentes realidades vividas nos três condomínios, encontramos uma variável que aparece apenas na experiência dos moradores do Condomínio 2. Essa variável merece destaque por apresentar a possibilidade de estar contribuindo para que a realidade desse local seja diferente daquela que é encontrada nos outros dois condomínios. Trata-se de que as pessoas que atuam na organização do Condomínio 2, tanto a síndica atual quanto o anterior, possuem experiência anterior com o trabalho de grupos, construída a partir da vivência em projetos sociais (rodas de capoeira) e em entidades religiosas. Dessa forma, eles compuseram suas atuações na organização do condomínio com base no que aprenderam com os grupos de outros espaços. É como se o Trabalho Social tivesse continuado e nunca acabasse (só que ele não foi realizado pela Prefeitura no Condomínio 2), ao contrário dos Condomínios 1 e 3 que passaram pelo processo durante um ano, mas não houve alguém que tivesse desenvolvido a competência de organizar grupos e ajudá-los na difícil tarefa de superar os impasses da vida na coletividade.

Talvez esse fator esteja sendo preponderante para o avanço da construção dos processos coletivos no Condomínio 2, enquanto nos outros dois as pessoas envolvidas na organização dos condomínios não relatam a mesma experiência e de alguma forma, a falta de experiência no trabalho com grupos parece ter pesado sobre eles e exacerbado o sentimento de desamparo, impedindo que conseguissem superar as divergências e encontrar um ponto com objetivos comuns.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] Contou que certo dia o seu vizinho Cypriano organizara um muchirão e o pessoal do bairro viera dar uma demão.

O talhão de capoeirinha, partindo de ribeirão, subia encosta acima até dobrar o espigão.

A roçada era grande e o estado de pobreza do “sitiante”, ou “situante”, atrapalhado pela maleita, não lhe permitia fazer tão grande roça a mão-paga.

O caipira nunca recusa um dia de seu serviço, gratuitamente, em muchirão, ao seu vizinho, desde que ao serviço se ligue uma festazinha, puxada a cachaça, leitão, reza e fandango.

É assim que se reúnem 30 ou 40 foices para uma enorme roçada num só dia, entre cantos e desafios, verdadeiros concursos de agilidade e rapidez ao manejar a foice, numa puxada firme de dia inteiro.

Descrevendo uma dessas festas-trabalho, foi que o Queima Campo narrou mais um caso de plástica cirúrgica...  
(PIRES, 1985, p. 117)

No exame de qualificação da presente pesquisa a professora doutora Dirce Koga destacou a importância de se analisar a forma como o Comum se constituía entre os brasileiros. Sua reflexão indagava qual era o jeito brasileiro de constituir as experiências do Comum no chão dos territórios em que os condomínios do PMCMV foram construídos.

Essa inquietação serviu como um alerta importante no momento de realizar a análise dos dados obtidos nas entrevistas com os moradores dos condomínios, na medida em que se buscou evitar os caminhos que levassem a compreensão dos fenômenos sociais norteadas unicamente por uma visão eurocêntrica da sociedade.

Foi assim que, sensibilizada, encontrei a história que abre este capítulo. Esse é um trecho de um conto saborosíssimo intitulado “De como o Queima Campo, fazendo duas operações, produziu dois aleijões”. Ele foi contado pelo personagem Joaquim Bentinho, o Queima Campo, criado em 1924, por Cornélio Pires na obra *As estrambóticas aventuras do Joaquim Bentinho*<sup>43</sup>. A decisão de contar apenas o início da história tem uma intenção velada e outra declarada. A velada é a de afetar o leitor, envolvendo-o nas tramas de uma narrativa regional, a fim de

---

<sup>43</sup> Tal como Antônio Candido (2010) que estudou o modo de vida do caipira, Cornélio Pires (1985) também retratou a vida do homem do campo, com seu linguajar, usos e costumes. Em 1924, criou o personagem Joaquim Bentinho que é apelidado de Queima Campo, porque é assim que são chamados entre os caipiras aqueles que “a propósito de tudo, e até fora de propósito, tem um caso a contar, uma mentira engatilhada” (PIRES, 1985, p. 85).

provocar um sentimento de curiosidade e, em função disso, aventurar-se na busca de fontes de pesquisa para descobrir o desfecho desse divertido “causo”. A intenção declarada é a de revelar que nesse trecho da história já se antecipa a conclusão do estudo realizado nesta dissertação.

Foi com Lefebvre (2001) que compreendemos que a Festa é a finalidade da cidade, quando esta é vista como obra e não como produto, sendo esse, segundo o autor, o uso principal de ruas, de praças e de edifícios.

Ao cunhar o termo “festa-trabalho”, Pires (1985) captou o modo pelo qual o caipira paulista se organizava em torno de uma atividade coletiva. Antônio Candido (2010), conforme já apontado no capítulo 1, também fez o relato dessa sociabilidade do caipira baseada na cooperação e na amizade. Alternar os períodos de trabalho com os de festejos demonstra que para essa comunidade as interações sociais são equivalentes, em grau de importância, às atividades de trabalho e que estas não estão a serviço da acumulação da produção, mas sim de proporcionar subsídios para a manutenção da vida.

O equivalente disso nas periferias das cidades brasileiras é a “festa-trabalho” para encher a laje. A solidariedade aos amigos, vizinhos ou parentes leva as pessoas a trabalharem duro, sabendo que no final da atividade, a celebração acontecerá regada por cerveja gelada e uma boa feijoada ou churrasco. Contando com essa preciosa ajuda, os moradores da casa, que antes não possuíam quintal, com essa verticalização da casa passam a contar com um espaço em que podem tomar sol, secar as roupas, soltar pipas, fazer churrasco e quando a necessidade apertar, subir mais um cômodo para abrigar um parente (SPOSATI, 2013, p. 16).

Já nos condomínios de Habitações de Interesse Social e nos do PMCMV a festa-trabalho é para levantar fundos para cuidar das áreas comuns, como o que aconteceu no Condomínio 2, seja capinando ou faxinando e até mesmo pintando a “casinha” e a portaria. “Se tiver festa, todo mundo aparece, mas se for só trabalho, aí já é mais difícil”, comentou a síndica desse condomínio.

A festa-trabalho é a característica central do mutirão. Essa palavra, segundo o dicionário Priberam<sup>44</sup>, vem do tupi *motyrõ*, e significa: “iniciativa coletiva para auxiliar alguém, para ajuda mútua ou para um serviço comunitário”. Concluir um dia de trabalho duro com festa, demonstra que a atividade foi composta por afetos alegres e que essa é a forma pela qual as pessoas celebram e se constituem como sujeitos coletivos.

---

<sup>44</sup> Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Mutirão. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/mutirão>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

Contudo, embora atuem em um regime de coparticipação, não há nesse modelo um acordo explícito para a codeterminação das regras em que tal atividade se processe. Dessa forma, corre-se o risco de despolitizar a ação do grupo e manter a atividade coletiva apenas no campo da ajuda e da solidariedade, funcionando muito mais como apoio entre os pares para enfrentar as agruras da vida do que para emancipar o grupo e o conduzir para o caminho da autonomia e da democracia participativa.

Dos locais pesquisados, o Condomínio 2 foi o que mais se aproximou da constituição de uma experiência comum com suas festas-trabalho. Já os moradores dos Condomínios 1 e 3, embora fizessem referência à importância da posse de uma moradia, demonstraram afetações negativas, que impediram que esses grupos buscassem suas potências para agir e para constituir um útil comum. Essa modalidade de moradia (condomínios) não favorece o estabelecimento de encontros potentes, uma vez que impõe obrigações para as quais os moradores não estavam em condições de assimilar, fazendo com que se sentissem frustrados e desesperançados.

No cotidiano dos condomínios de prédios murados, as famílias tentam lidar com os desafios dessa nova realidade, incluindo aí os custos pela manutenção dos espaços comuns. Com recursos financeiros escassos, sofrem a pressão de arcar com custos que antes não tinham e, nesse impasse, são afetados por sentimentos de raiva e frustração que, por vezes, expressam-se contra os vizinhos. A tendência que se observou nas pesquisas das mídias eletrônicas de homogeneizar os moradores do PMCMV que estão dentro dos muros não apareceu entre os moradores. Mesmo assim foi possível observar nas entrevistas dos Condomínios 1 e 3 a tendência a visões estigmatizadas que os separavam em papéis de trabalhadores, desocupados e traficantes.

Já o Condomínio 2 conseguiu apresentar a plasticidade necessária para adaptação a esse tipo de moradia. As reuniões entre os condôminos proporcionaram os espaços para construção dos acordos, que embora não contassem com o engajamento de todos, deram suporte às atividades de coparticipação. Verificou-se o esforço da síndica em encontrar meios para buscar a participação de todos, pois identificou a dificuldade dos moradores de se expressarem nos grupos grandes. Assim, buscou o ajuste de estratégia e expressou a intenção de adotar de um modelo de reunião para cada prédio, de modo a criar grupos menores e favorecer a participação de todos.

A diferença entre o Condomínio 2 e os outros dois pesquisados estava na figura das pessoas que organizavam os processos de participação, focado, principalmente, na figura do síndico e da síndica, subsíndico e participantes do conselho. Essas pessoas traziam experiências

anteriores de atuação em grupo e conseguiam lidar com as divergências que surgiam na coletividade, embora confessassem que esse era um papel bastante cansativo e que exigia muito deles. Sendo assim, buscaram um caminho educativo, expresso por exemplo, em situações em que a síndica pedia para os jovens limparem as pichações que eram feitas nas paredes, buscando dar um exemplo de como cuidar dos espaços comuns. Ao mesmo tempo, juntamente com o subsíndico, evitava a crítica excessiva e a acusação das pessoas pela inadimplência das cotas de condomínio, procurando, em vez da cobrança, outras maneiras de conseguir levantar fundos, como rifas e festas. Além disso, frequentemente testavam novas fórmulas para lidar com a coletividade e encontrar soluções para os problemas que surgiam.

Os moradores do Condomínio 2 relataram a alegria de possuir uma casa própria ao mesmo tempo em que demonstram medo subjacente de perderem a posse de tal propriedade. Esse sentimento apareceu como pano de fundo também em relação aos moradores envolvidos com o tráfico e com o consumo de drogas, representando fonte de preocupação para a criação dos filhos. Mesmo assim demonstraram disposição para realizar os sacrifícios necessários para a vida em condomínio, embora alguns preferissem morar em uma casa.

Os Condomínios 1 e 3 e em alguma medida o Condomínio 2, assim como parte das notícias publicadas em mídias eletrônicas, retratam situações que apresentam múltiplas expressões de violência. Mas o que se observou nas pesquisas de campo é que o PMCMV não pode ser visto como a origem de tais situações, apresentando-se no máximo como um agente de manutenção da ordem estabelecida no território. Dito de outra forma, o PMCMV apenas mantém aquilo que já é uma realidade presente no cotidiano dos territórios. Nessa realidade de condomínios murados, observa-se nas pesquisas em mídias eletrônicas uma tendência a dar o nome do programa ao que, na verdade, já era uma realidade presente no território. O trabalho social não é potente o suficiente para suprir a ausência do Estado e tampouco se impor mediante as forças tão imperiosas quanto as que estão instaladas no território nas ações das milícias e do tráfico.

A transferência dos moradores que viviam na favela para um condomínio, que é um modelo de moradia que, em princípio, foi escolhido pelas classes média e alta, justamente para se verem apartados (ou protegidos, como eles gostam de afirmar) do território, não inclui essas pessoas no modelo dominante, ao contrário, expõe-las a um processo dialético de inclusão/exclusão. Uma inclusão perversa, pois “parece” com as moradias do modelo dominante, mas não são. Em certa medida, invertem o processo, pois se nos condomínios de luxo os muros servem para deixá-los do lado de fora, nos condomínios do PMCMV servem

para mantê-los do lado de dentro. De preferência, como corpos disciplinados que apresentem os comportamentos esperados.

Na pesquisa de campo realizada no Condomínio 2, uma das moradoras relata que mesmo sendo moradora do condomínio “que deu certo”, no bairro, eles são vistos como as pessoas que vieram da favela. Esse sentimento constitui a subjetividade dessas pessoas, modelando as formas como interagem e como caracterizam seus encontros, dentro e fora do condomínio. E o que é pior, muito provavelmente serão responsabilizadas por não serem o que se esperava que eles fossem. Nesse processo, as pessoas tornam-se ao mesmo tempo alvo e instrumentos de poder, em uma biopolítica (FOUCAULT, 1979) para o controle da vida, que passa a ser constituída em um enclave, que protege sem proteger.

A vida no intramuros segue repetindo as experiências da vida na cidade e no território. O síndico exerce o papel de zelar pela convenção, que foi composta para organizar a vida na coletividade e que se espera que seja aplicada com rigor e regularidade. Nesse instrumento, procura-se superar os conflitos que certamente emergem da convivência, resultando, muitas vezes, no rompimento das já frágeis relações estabelecidas entre vizinhos, ao mesmo tempo em que se apresenta curiosa relação entre convivência e propriedade. Dunker realiza uma análise sobre a vida permeada por muros e vigiada pelo síndico, apontando que:

A degradação do sentimento de respeito, associada ao declínio de determinada gramática de autoridade, decorrente da exclusão ou do fracasso do oferecimento de meios de participação no universo da produção, do consumo e da reprodução cultural. A autoridade é principalmente um efeito da recusa ao exercício direto do poder. Ela envolve um processo gradual de substituição simbólica do exercício do poder pela suposição de que este pode ser exercido a distância, por meio de intermediações ou representantes (DUNKER, 2015, posição 1204)

O síndico, na maioria das vezes, administra o condomínio como a uma empresa e não como uma moradia. Nos Condomínios 1 e 3, por exemplo, os síndicos, pressionados pela quantidade de obrigações e necessidades de manutenção que oneram o condomínio, demonstravam o desejo de processar os inadimplentes e até mesmo adotar medidas extremas como tomar a moradia dos devedores. Sem possuir repertório suficiente para criação de outras estratégias, o caminho que parecia mais viável a eles era o da punição pelo não cumprimento do acordo.

O síndico, ao lado de outros conselheiros do condomínio, que faz também a gestão da coletividade. Os conflitos que emergem no contexto dos condomínios tanto servem para juntar as pessoas em torno da superação dos obstáculos quanto para separá-las, dependendo de como são afetadas por essas situações. É por isso que os processos educativos são importantes à medida que favorecem a compreensão dos interesses que estão em jogo no grupo, podendo,

desse modo, significar um fator de crescimento político, como nos ensinou Pontual (1994). Assim, observou-se nas pesquisas realizadas a necessidade de ampliação dos espaços de participação, buscando novos modelos e ferramentas que criassem uma “pedagogia da participação” (PONTUAL, 2006) e um sentimento do comum. Essa constatação ressalta a necessidade de abertura de novo campo de pesquisa, de forma que outras investigações possam ser realizadas a fim de contribuir para a construção de processos grupais que favoreçam a constituição do Comum nessas comunidades. Fica a indicação de que as atividades de preparação para a vida em condomínios contidos no Trabalho Social incorporem mecanismos que possibilitem o acompanhamento contínuo e duradouro para levantar os problemas materiais e intersubjetivos.

É inegável o mérito do PMCMV, que proporcionou a possibilidade de moradia até para as pessoas que possuíam zero de renda. A questão que merece reflexão é que o tipo de moradia em condomínios sintetiza as questões que favorecem e que dificultam a vida em comum nas cidades com mais intensidade. A arquitetura, os espaços e os problemas comuns poderiam motivar o engajamento dos moradores e a participação nas decisões coletivas, mas isso não ocorre com frequência. Assim, as experiências de viver na cidade são transpostas para dentro do condomínio com afetações mediadas pelo medo, humilhações, superstições e individualismos e ali, naquele espaço, voltam-se uns contra os outros.

O modelo de democracia representativa que vivemos acaba condicionando as pessoas a elegerem alguém para representá-las, eximindo-se a partir disso de participar dos processos. Esse modelo é transposto para a vida em condomínios e, dessa forma, a pessoa que foi eleita para ser o síndico passa a ser o responsável pela organização e manutenção do condomínio e se não pode contar com o apoio do subsíndico, de um conselho organizado e dos moradores, sente-se isolado e desamparado, e sem saber o que fazer, adota uma postura de acusação dos outros moradores, como foi visto nos Condomínios 1 e 3.

Nesse sentido, seria indicado que fossem criadas formas de preparação e apoio contínuos nas atividades do condomínio, que pudessem colaborar com o síndico, subsíndico, conselheiros e moradores em geral. Isso poderia ocorrer a partir da criação de uma associação de moradores dos condomínios PMCMV da cidade, em que pudessem conversar sobre os problemas que enfrentam, além de compartilhar as soluções encontradas na realidade de cada condomínio. Essa ação poderia trazer a força e a proteção que o coletivo oferece, uma vez que, estando organizados, ampliariam o que hoje são vozes isoladas para uma coletividade com a potência de ação da multidão, mas com suas singularidades preservadas (ESPINOSA, 1994). E

essa é outra possibilidade que se abre para investigações futuras e que não pôde ser alcançada pela presente pesquisa.

Adicionalmente, seria apropriado que a gestão pública, na figura da Secretaria de Habitação, também participasse dessa associação, com o objetivo de apoiar e ajudar na busca de soluções e implementação de políticas públicas, uma vez que os moradores desses condomínios vivenciam uma sobreposição de agenciamentos nos territórios que demandam esforços para serem decifrados (KOGA, 2013), não podendo ser traduzidos como ações que resultam unicamente dos campos individuais e privados. Ressalta-se, ainda, que os problemas que esses moradores estão enfrentando decorrem também da privatização de espaços que deveriam ser constituídos como espaços públicos. De certa forma, o Estado transferiu a responsabilidade do que seria da esfera pública para o campo do privado. Se em vez de construir um condomínio, tivessem construído um bairro com ruas, calçadas, iluminação etc., quem seria responsável pela administração e manutenção seria a gestão pública, mas como construíram um condomínio e o muraram, todos esses problemas passaram a ser de quem vive lá, ou seja, do privado, individual, isolados, devidamente responsabilizados e culpabilizados.

A criação dessa associação poderia trazer um novo sentido sobre o fazer coletivo, possibilitando a realização de encontros que proporcionassem ações para a superação do sofrimento ético-político (SAWAIA, 2006) instalado nesses condomínios. O medo, a superstição, o sofrimento ético-político, a desesperança, observados nesses condomínios somente poderão ser superados com a construção de um útil comum, de uma multitude (ESPINOSA, 1994), que não condiciona sua existência ao desaparecimento desses afetos, mas à compreensão da dialética em que eles operam.

Ao finalizar essas reflexões me ocorreu que no início desta dissertação foi apresentado ao leitor o poema de Drummond intitulado “Congresso internacional do medo”. Na conclusão do poema, Drummond diz “(...) depois morreremos de medo e sobre nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas”. Escolhi esse poema por considerar que ele retrata de forma primorosa o medo espinosista, afeto este que se observou como pano de fundo nas pesquisas realizadas. Contudo, gostaria de cometer a ousadia de estabelecer um diálogo com o poeta, propondo a ampliação para outros afetos que marcam as vidas observadas nas condições que este estudo buscou retratar. Afetos esses transgressores e revolucionários. Assim, penso que por mais que sobre nossos túmulos nascerão flores amareladas e medrosas, nascerão também flores vermelhas... de luta e resistência pelos nossos direitos à moradia e à cidade e também flores verdes, de solidariedade por tantas pessoas cujas vidas são marcadas pela desigualdade social,

e outras tantas cores que representem sentimentos de coragem, de alegria, de amizade, de potência. E atrairemos muitas pessoas, animais, insetos, chuva e sol e formaremos um coletivo em que tudo vive junto em um grande exemplo do que é uma potência de ação emancipadora.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORE, C. S.; SHIMBO L. Z.; RUFINO, M. B. Cruz (Orgs.). *Minha casa...e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ARAÚJO, J. A. Sobre a cidade e o urbano em Henri Léfèbvre. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 31, p. 133-142, 2012.
- ARAÚJO, L. O. L. Periferia urbana: uma história em transformação. In: Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente, 2011, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UDESC; ANPUH; PPGH, 2011.
- ARENDT, H. *Da violência*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1985.
- ABRAINCC – Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias; FGV – Fundação Getúlio Vargas. Análise das necessidades habitacionais e suas tendências para os próximos dez anos. FGV Projetos, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.abraincc.org.br/wp-content/uploads/2018/10/ANEHAB-Estudo-completo.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2019.
- BEATO; REIS. Desigualdade, desenvolvimento sócio-econômico e crime. In: HENRIQUES, R. (Org). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999, p. 385-404.
- BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. *Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n. 1, p.70-104, 2008. Disponível em: <[http://www.usjt.br/arq.urb/numero\\_01/artigo\\_05\\_180908.pdf](http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf)>. Acesso em: 23 maio 2019.
- BRASIL, Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e Conselho Gestor do FNHIS. Brasília, DF, 2005.
- BRASIL, Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF, 2009.
- BRASIL, Portaria nº 464, de 25 de julho de 2018. Dispõe sobre Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 23 maio 2019.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm)>. Acesso em: jan. 2019.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. *Curso de capacitação: trabalho social em programas de habitação de interesse social*. Brasília: MCidades/SNH; Florianópolis: NUTE/UFSC, 2014. Disponível em: <[http://cidades.nute.ufsc.br/downloads/MCidades\\_bookweb.pdf](http://cidades.nute.ufsc.br/downloads/MCidades_bookweb.pdf)>. Acesso em: jan. 2019.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Curso de capacitação: trabalho social em programas de habitação de interesse social. Brasília: MCidades/SNH; Florianópolis: NUTE/UFSC, 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios - resultados do universo. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd\\_2010\\_caracteristicas\\_populacao\\_domicilios.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/PAC/Manuais-Gerais-PAC/portaria21.pdf>>. Acesso em: jan. 2019.

CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2011.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 2018.

CENTRO DE POLÍTICA E ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO – CEPESP/FGV; INSTITUTO ESCOLHAS. Morar longe: o Programa Minha Casa Minha Vida e a expansão das Regiões Metropolitanas. In: SEMINÁRIO MORADIA E EXPANSÃO DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS, 2019, São Paulo, Anais... São Paulo: FGV, 2019. Disponível em: <[http://www.escolhas.org/wpcontent/uploads/2019/04/QCML\\_RELATORIOFINAL\\_Site.pdf](http://www.escolhas.org/wpcontent/uploads/2019/04/QCML_RELATORIOFINAL_Site.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2019.

- CHAUÍ, M. Ensaio ética e violência. *Revista Teoria e Debate*, ano 11, n. 39, 1998.
- CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal. *Pesquisa de Satisfação dos Beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida Paranoá Parque*. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DIPOS). DF, 2018. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Resultados-da-Pesquisa-de-Satisfa%C3%A7%C3%A3o-dos-Benefici%C3%A1rios-do-PMCMV-Parano%C3%A1-Parque-resumo.pdf>>. Acesso: jan. 2019.
- COLE M.; SCRIBNER S. Introdução. In: VIGOTSKI, L.S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- COMITÊ INVISÍVEL. *A insurreição que vem*. Edições Baratas, [s.l.]: 2013.
- COSTA, W. C. Três Brechts. *Fragmentos*, Florianópolis, n. 25, p. 69-76, jul./ dez. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/download/7680/7013>>. Acesso em: 20 maio 2019.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DELARI JR., A.; PASSOS, I. V. B. Alguns sentidos da palavra “perejivanie” em Vigotski: notas para estudo futuro junto a psicologia russa. In: III Seminário Interno do GPPL (Grupo de Pesquisa Pensamento e Linguagem), 2009, Campinas. *Anais...* Campinas: Unicamp, 2009, p. 1-40.
- DUNKER, C. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo editorial, 2015. (Eletrônico).
- DURHAM, E. R. A sociedade vista da periferia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 84-99, 1986.
- ESPINOSA, B. *Ética*. São Paulo: Autêntica, 2009. Eletrônico.
- \_\_\_\_\_. *Tratado político*. São Paulo: Ícone, 1994.
- FELTRAN, G. S. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HARVEY, H. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLSTON, J. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Atlas da violência 2018*. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP\\_Atlas\\_da\\_Violencia\\_2018\\_Relatorio.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf)>. Acesso em: 10 janeiro 2019.

JECUPÉ, K. W. *A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio*. São Paulo: Petrópolis, 1998.

KOGA, D. São Paulo: entre tipologias territoriais e trajetórias sociais. In: SPOSATI, A.; KOGA, D. *São Paulo: sentidos territoriais e políticas sociais*. São Paulo: Senac SP, 2013.

LAVALLE A. G.; SZWAKO, J. Origens da Política Nacional de Participação Social: entrevista com Pedro Pontual. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 99, p. 91-204, jul. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002014000200091](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000200091)>. Acesso em: 1 jun. 2019.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LELLO CONDOMÍNIOS. *Mapa dos condomínios de São Paulo*, 2017. Disponível em: <<https://www.lellocondominios.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Indicadores-2017.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2019.

LEVY, D. R. Os condomínios residenciais fechados e a reconceitualização do exercício da cidadania nos espaços urbanos. *Ponto e Vírgula*, n. 7, p. 95-108, 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/13992/10298>>. Acesso em: 20 maio 2019.

MARICATO, E. O Estatuto da cidade periferia. In: CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A. (Orgs.). *O estatuto da cidade: comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MUNDURUKU, D. *O banquete dos deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira*. São Paulo: Angra, 2000.

NASCIMENTO D. M. et al. Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e avanços na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C.

(Orgs). *Minha Casa...e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em Seis Estados Brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 218.

PAZ, R. D. O.; TABOADA, K. J. *Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social*. Curso à distância. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

PIRES, C. *Musa Caipira: as estrambóticas aventuras do Joaquim Bentinho (o queima campo)*. São Paulo: Prefeitura Municipal de Tietê, 1985.

PONTUAL, P. Educação popular e democratização das estruturas políticas e espaços públicos. In: UNESCO. *Educação popular na América Latina: diálogos e perspectivas*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

\_\_\_\_\_. Por uma pedagogia da participação popular. In: VILLAS-BOAS, R. (Org.) *Participação popular nos governos locais*. São Paulo: Pólis, 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS SECRETARIA DE HABITAÇÃO. *Elaboração do plano local de habitação de interesse social - PLHIS de Guarulhos*, 2011.

REALI, M.; ALLI, S. A cidade de Diadema e o Estatuto da Cidade. In: CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A. (Orgs.). *O estatuto da cidade: comentado*. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

ROCHA, A. M. Espinosa e o conceito de superstição. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, [s.l.], n. 12, p. 81-99, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/100365/99010>>. Acesso em: 21 maio 2019.

ROLNIK, R. et al. Inserção urbana no PMCMV e a efetivação do direito à moradia adequada: uma avaliação de sete empreendimentos no estado de São Paulo. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs.) *Minha Casa...e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países desenvolvidos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. São Paulo: EDUSP, 2007.

SAPORI, L. F.; WANDERLEY, C. B. A relação entre desemprego e violência na sociedade brasileira: entre o mito e a realidade. Konrad Adenauer Stiftung. A violência do cotidiano. *Cadernos Adenauer*, São Paulo, ano II, n. 1, 2001.

SAWAIA, B. B. Fome de felicidade e liberdade. In: CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA – CENPEC. *Muitos lugares para aprender*. São Paulo: CENPEC/Fundação Itaú Social/ UNICEF, 2003.

\_\_\_\_\_. O calor do lugar: segregação urbana e identidade. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 20-24, 1995. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/nexin/artigos/artigo-o-calor-do-lugar.html#>>. Acesso em: 10 maio 2019.

\_\_\_\_\_. O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. (Org). *Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia Social*, Florianópolis, v. 21, n. 3, 2009.

SAWAIA, B. B. et al. (Orgs.) *Afeto & Comum: reflexões sobre a prática psicossocial*. Alexa Cultural: São Paulo, 2018.

SAWAIA, B. B; MAHEIRIE, K. A Psicologia Sócio-histórica: um referencial de análise e superação da desigualdade social. *Psicologia & Sociedade*, 26 (n. spe. 2), p. 1-3, 2014.

SILVEIRA, S. A.; SAVAZONI, R. O conceito do comum: apontamentos introdutórios. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 5-18, 2018. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4150/3690>>. Acesso em: 13 maio 2019.

SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

\_\_\_\_\_. *Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

SPOSATI, A. São Paulo: dinâmica e governo intraurbano. In: SPOSATI, A.; KOGA, D. *São Paulo: sentidos territoriais e políticas sociais*. São Paulo: Senac SP, 2013.

THIÉL, J. C. *Pele silenciosa, pele sonora: a construção da identidade indígena brasileira e norte-americana na literatura*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/19188/Tese?sequence=1>>. Acesso em: 7 maio 2019.

VERÍSSIMO, L. F. *Comédias para se ler na escola*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VIGOTSKI, L. S. A educação no comportamento emocional. In: VIGOTSKI, L. S. *Psicologia pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

\_\_\_\_\_. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VIGOTSKI, L. S. *Psicologia da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. Quarta aula: a questão do meio na pedagogia. *Psicologia USP*, v. 21, n. 4, São Paulo, 2010, p. 681-701.

ZIZEK, S. *A violência*. São Paulo: Boitempo, 2010.

## **ANEXO A**

PORTARIA n. 464, de 25 de julho de 2018

### **ANEXO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **1. DEFINIÇÃO**

1.1 O Trabalho Social, de que trata este normativo, compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária. Esses estudos consideram também as características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.

##### **2. OBJETIVOS**

2.1 Objetivo Geral: promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção.

2.2 Objetivos Específicos: promover a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação, manutenção e acompanhamento dos bens e serviços previstos na intervenção, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local e estimular a plena apropriação pelas famílias beneficiárias.

2.2.1 Fomentar processos de liderança, a organização e a mobilização comunitária, contribuindo para a gestão democrática e participativa dos processos implantados.

2.2.2 Estimular o desenvolvimento da cidadania e dos laços sociais e comunitários.

2.2.3 Apoiar a implantação da gestão condominial quando as habitações forem produzidas sob essa modalidade.

2.2.4 Articular as políticas de habitação e saneamento básico com as políticas públicas de educação, saúde, desenvolvimento urbano, assistência social, trabalho, meio ambiente, recursos hídricos, educação ambiental, segurança alimentar, segurança pública, entre outras, promovendo, por meio da intersetorialidade, a efetivação dos direitos e o desenvolvimento local.

2.2.5 Fomentar processos de inclusão produtiva coerentes com o potencial econômico e as características culturais da região, promovendo capacitação profissional e estímulo à inserção

no ensino formal, especialmente de mulheres chefes de família, em situação de pobreza extrema, visando à redução do analfabetismo, o estímulo a sua autonomia e à geração de renda.

2.2.6 Apoiar processos socioeducativos que englobem informações sobre os bens, equipamentos e serviços implantados, estimulando a utilização adequada destes, assim como atitudes saudáveis em relação ao meio ambiente e à vida.

2.2.7 Fomentar o diálogo entre os beneficiários e o poder público local, com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento da intervenção e o direcionamento aos demais programas e políticas públicas, visando ao atendimento das necessidades e potencialidades dos beneficiários.

2.2.8 Articular a participação dos beneficiários com movimentos sociais, redes, associações, conselhos mais amplos do que os das áreas de intervenção, buscando a sua inserção em iniciativas mais abrangentes de democratização e de participação.

2.2.9 Fomentar a constituição de organizações representativas dos beneficiários e fortalecer as já existentes.

2.2.10 Contribuir para a sustentabilidade da intervenção, a ser alcançada por meio da permanência das famílias no novo habitat, da adequada utilização dos equipamentos implantados, da garantia de acesso aos serviços básicos, da conservação e manutenção da intervenção física e, quando for o caso, do retorno dos investimentos.

2.2.11 Gerir ações sociais associadas à execução das obras e dos reassentamentos, quando houver.



## ANEXO B

PORTARIA n. 464, de 25 de julho de 2018

Eixos de atuação de acordo com o âmbito dos recursos dos quais são provenientes.

<b>Portaria 464: Anexos</b>	<b>Recursos</b>	<b>Eixos</b>
<p>ANEXO II</p>	<p>Intervenções de habitação e saneamento objetos de operações de repasse/financiamento firmadas com o setor público, intervenções de habitação objetos de operações de repasse firmadas com entidades sem fins lucrativos e intervenções inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dos demais programas que envolvam o deslocamento involuntário de famílias.</p>	<p>1. Mobilização, organização e fortalecimento social – prevê processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária visando promover a autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento das organizações existentes no território, a constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social.</p> <p>2. Acompanhamento e gestão social da intervenção – visa promover a gestão das ações sociais necessárias para a consecução da intervenção, incluindo o acompanhamento, a negociação e interferências ocorridas ao longo da sua execução, bem como preparar e acompanhar a comunidade para compreensão desta, de modo a minimizar os aspectos negativos vivenciados pelos beneficiários e evidenciar os ganhos ocasionados ao longo do processo, contribuindo para sua implementação.</p> <p>3. Educação ambiental e patrimonial – visa promover mudanças de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção.</p> <p>4. Desenvolvimento socioeconômico – objetiva a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, fomentando condições para um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo.</p> <p>3.5 O Trabalho Social deverá observar, obrigatoriamente, todos os quatro eixos, sendo que a ênfase a cada um deverá respeitar as características da área de intervenção e da macroárea, quando esta existir, indicadas no diagnóstico.</p> <p>3.5.1 Nas intervenções de prevenção de riscos, o Trabalho Social deverá atender ao eixo “acompanhamento e gestão social da intervenção”, podendo ser estendido aos demais eixos, desde que devidamente justificado pelo proponente e aceito pela Instituição Financeira.</p>
		<p>I – Mobilização, organização e fortalecimento social – visa promover a autonomia e o protagonismo social, o</p>

ANEXO III	Condições operacionais para o trabalho social no PMCMV-FAR	<p>fortalecimento, a constituição e formalização de novas representações, e novos canais de participação e controle social por meio de processos de informação, mobilização, organização e capacitação dos beneficiários;</p> <p>II – Educação ambiental e patrimonial – visa promover atitudes que contribuam para a preservação do meio ambiente, do patrimônio e da saúde, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção;</p> <p>III – Desenvolvimento Socioeconômico – objetiva a articulação de políticas públicas das diversas áreas, incluindo o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, em um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo;</p> <p>IV – Assessoria à Gestão Condominial – visa orientar e assessorar as famílias beneficiárias para a constituição do condomínio e implantação da gestão condominial no intuito de promover a autogestão e organização dos processos representativos, quando for o caso.</p>
ANEXO IV	Condições operacionais para o trabalho social no PMCMV-Entidades	<p>I - Mobilização, organização e fortalecimento social - visa promover a autonomia e o protagonismo social, o fortalecimento, a constituição e bem como a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social por meio de processos de informação, mobilização, organização e capacitação dos beneficiários;</p> <p>II - Educação ambiental e patrimonial - visa promover atitudes que contribuam para a preservação do meio ambiente, do patrimônio e da saúde, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção;</p> <p>III - Desenvolvimento Socioeconômico - objetiva a articulação de políticas públicas das diversas áreas, incluindo o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, em um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo;</p> <p>IV - Assessoria à Gestão Condominial - visa orientar e assessorar as famílias beneficiárias para a constituição do condomínio e implantação da gestão condominial no intuito de promover a autogestão e organização dos processos representativos, quando for o caso;</p> <p>V - Acompanhamento e gestão social da intervenção - objetiva promover a participação das famílias beneficiárias na discussão da proposta do projeto de arquitetura/engenharia, seu envolvimento nos processos decisórios e de gestão das obras, conforme definido pela Entidade Organizadora, visando à sustentabilidade do empreendimento e a gestão das ações sociais necessárias à produção habitacional no regime definido. Após a</p>

		conclusão das obras, objetiva estabelecer os fluxos e processos de encaminhamento e solução de problemas construtivos ou de manutenção referentes ao empreendimento, em articulação com os agentes envolvidos, de acordo com as respectivas competências.
ANEXO V	Condições operacionais para o trabalho social no PMCMV-Rural	<p>I - Mobilização, organização e fortalecimento social - visa promover a autonomia e o protagonismo social, o fortalecimento, a constituição e bem como a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social por meio de processos de informação, mobilização, organização e capacitação dos beneficiários;</p> <p>II - Educação ambiental e patrimonial - visa promover atitudes que contribuam para a preservação do meio ambiente, do patrimônio e da saúde, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção;</p> <p>III - Desenvolvimento Socioeconômico - objetiva a articulação de políticas públicas das diversas áreas, incluindo o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, em um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo.</p>

## ANEXO C

### PESQUISA EM MÍDIAS ELETRÔNICAS NO PERÍODO DE 3/11 A 23/11/2017

Nº	Data	Manchete	Veículo	Resenha
1	23/11/2017	Governo federal segue exemplo de Goiás ao propor fontes alternativas de energia em moradias ...	Diário de Goiás	... vez a experiência exitosa do Governo de Goiás na implantação de programas de grande alcance social serve de modelo ao governo federal, que publicou no dia 14 último portaria instituindo regras para adoção de sistemas alternativos de energia no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida.
2	23/11/2017	Caixa espera entregar Residencial Vida Nova em 1 ano, mas prevê 'ajustes' no prazo	Globo.com	Obra do Minha Casa Minha Vida ficou parada por um ano e foi retomada no fim de outubro... O projeto do programa Minha Casa Minha Vida, que ficou parado por um ano e dois meses e foi retomado em outubro, terá 1,2 mil imóveis. A CEF afirma que devem ocorrer 'ajustes' ao ...
3	23/11/2017	Feirão de imóveis com sabor de vida nova em 2018 e descontão imperdível	Jornal Extra	Para quem vive na região metropolitana do Rio de Janeiro, o feirão de imóveis promete ser uma boa chance para quem quer comprar um apartamento com possibilidade de financiamento pelo Minha Casa, Minha Vida, programa de subsídios para aquisição de imóveis populares do governo federal.
4	23/11/2017	Irritado com vazamento, Temer adia troca de articulador político do governo	Gazeta do Povo	Araújo era acusado de beneficiar seu estado, Pernambuco, na distribuição de unidades do programa Minha Casa Minha Vida. Baldy já prometeu que ...

5	23/11/2017	Alexandre Baldy: "Meu compromisso é deixar as cidades mais sustentáveis"	Blog do Planalto	Dentro do governo federal, a pasta é responsável por temas como desenvolvimento urbano, habitação, mobilidade urbana e saneamento, além de programas como o Minha Casa Minha Vida e o Cartão Reforma. Eleito deputado federal por Goiás, Baldy entra no lugar de Bruno Araújo, que retoma o ...
6	23/11/2017	Operação desocupa mais de 20 casas populares após invasão e depredação em Cruz Alta	Globo.com	As moradias do Minha Casa Minha Vida são sorteadas entre a população, mas foram invadidas ou até vendidas de forma irregular nos últimos anos. A reintegração de posse foi autorizada pela Justiça Federal a pedido da Caixa Econômica Federal. A Brigada Militar participou da operação, mas não ...
7	23/11/2017	Ministro anuncia recursos e prevê entrega da segunda ponte do Guaíba para fim de 2018	Globo.com	As habitações populares serão feitas com recursos do programa Minha Casa Minha Vida. Padilha calcula que faltam R\$ 345 milhões para a conclusão da segunda ponte. R\$ 412 já foram pagos, e o custo total é de R\$ 757 milhões, conforme ele. As obras na estrutura ficaram praticamente paralisadas ...
8	23/11/2017	Comissão aprova relatório preliminar do orçamento com corte prévio de R\$ 5 bi	Portal de Notícias do Senado Federal	No geral, os cortes incidiram sobre custeio da máquina pública (R\$ 1,1 bilhão), ações emergenciais de defesa civil (R\$ 1,2 bilhão), Programa Minha Casa Minha Vida (R\$ 1 bilhão), subsídios (R\$ 1,5 bilhão) e publicidade oficial, inclusive da Presidência da República (R\$ 228,9 milhões). Durante a ...
9	23/11/2017	Em posse de novo ministro, Temer destaca apoio do Congresso às reformas econômicas	Blog do Planalto	O presidente da República, Michel Temer, enalteceu nesta quarta-feira (22) o apoio do Congresso Nacional no andamento das reformas estruturais propostas nos últimos meses. Ao dar posse ao ministro das Cidades, Alexandre Baldy, que é deputado federal, o presidente afirmou que o Poder ...

10	23/11/2017	Caixa volta a liberar financiamentos do Minha Casa Minha Vida no Litoral	Rádio Osório	Caixa volta a liberar financiamentos do Minha Casa Minha Vida no Litoral. 23 de novembro de 2017. Nesta quarta-feira, 22, o deputado estadual Gabriel Souza (PMDB), acompanhado do deputado federal Alceu Moreira (PMDB), se reuniu com o ministro interino das Cidades, Marco Aurélio Queiroz, ...
11	22/11/2017	Casa Solar é modelo para o Minha Casa Minha Vida do governo federal	Goiás Agora	Mais uma vez a experiência do Governo de Goiás na implantação de programas de grande alcance social serve de ...
12	22/11/2017	NAZARÉ: Obras do Minha Casa Minha Vida são retomadas	Folha do Bico	O superintendente da habitação, Jorge Mendes, esteve no último sábado, 18, no município de Nazaré, para o lançamento das obras de reinício do programa habitacional Minha Casa Minha Vida I e II. Foram reiniciadas as obras de 70 casas, sendo 30 unidades habitacionais do Minha Casa Minha ...
13	22/11/2017	Moradores realizam protesto contra pagamento de taxa em Marechal Deodoro	Alagoas 24 Horas	Moradores do Conjunto Gislene Matheus, localizado na Baixa da Sapa, em Marechal Deodoro, realizaram, na manhã desta quarta-feira, 22, um protesto contra o pagamento da mensalidade relativa ao financiamento habitacional do programa Minha Casa Minha Vida. De acordo com informações de ...
14	22/11/2017	Gestões Agnelo e Rollemberg trocam acusações sobre falta de escola no Paranoá Parque	Globo.com	Secretário do governo anterior diz que havia R\$ 9,5 milhões para obra de escola. Atual gestão da Codhab diz que projeto só foi elaborado no ...
15		Na posse de Baldy, Temer diz que é preciso coragem de reformatar o País	Istoe	... principalmente no que se refere ao programa habitacional Minha Casa Minha Vida, que na visão de Temer estava sob “gravíssima ameaça”.
16	22/11/2017	Chuva causa estragos em conjunto de casas em Santa Albertina	Globo.com	O conjunto de casas é particular, com parceria do programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal. Atualmente moram 100 pessoas no local, ...

17	22/11/2017	Dinheiro de transporte dá para construir escola', diz secretário de educação do DF	Globo.com	... que fica em uma região de classe média de Brasília, fica a 30 km de distância do condomínio construído pelo programa Minha Casa, Minha Vida.
18	22/11/2017	Moradores de Açaílândia reivindicam direitos na Capital	O Imparcial	Na manhã desta quarta-feira, 22, moradores do bairro Piquiá de Baixo, de Açaílândia, protestaram em São Luís, no bairro do Renascença, pela reivindicação da celeridade na liberação de verbas para o projeto de reassentamento de mais de 300 famílias, que convivem com a poluição causada pelas ...
19	22/11/2017	Codeplan faz pesquisa de satisfação no Paranoá Parque	Correio Braziliense	... iniciará uma Pesquisa de Satisfação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no Residencial Paranoá Parque, a partir desta quarta-feira ...
20	22/11/2017	Governo participa da entrega de imóveis do Minha Casa Minha Vida em Paço do Lumiar.	Governo do Maranhão	Foram 984 imóveis do Jardim Primavera I, localizado na Estrada de Iguaíba, no município.
21	21/11/2017	Justiça evita expulsão de 400 famílias de prédios do Minha Casa, Minha Vida	Gazeta do Povo	O conjunto Flores do Campo, do Minha Casa Minha Vida, fica em Londrina e é motivo de uma briga judicial com a Caixa Econômica Federal.
22	21/11/2017	Sem energia e sem rede de esgoto, casas do Minha Casa em MT são invadidas e famílias ...	Globo.com	Com a entrega em atraso, casas do programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, em Alto Araguaia, a 426 km de Cuiabá, foram invadidas.
23	21/11/2017	Por aliados, Alexandre Baldy promete mudar projeto	Istoe	O primeiro deve ser a portaria que autorizou a contratação de 54.089 novas unidades habitacionais pelo programa Minha Casa Minha Vida, principal vitrine da pasta. Anunciada em 6 de novembro por Araújo, a contratação beneficia a faixa 1 do programa, que atende famílias mais pobres, com renda ...
24	21/11/2017	Escola onde aluno desmaiou de fome no DF terá almoço até o fim desta semana, promete secretário	Globo.com	Questionado nesta segunda, Júlio Gregório negou que a responsabilidade pela falta de estrutura no condomínio Paranoá Parque – financiado com verbas do Minha Casa, Minha Vida – seja do governo de Rodrigo Rollemberg.

				Segundo ele, um colégio para as crianças do local deveria ter sido ...
25	21/11/2017	O PSDB vai fazer convenção para nos tirar do governo?', pergunta Aloysio	Saúde Estadão (liberação de imprensa) (Blogue)	... Ministério das Cidades, que é dono de um orçamento de R\$ 10,1 bilhões e cuida de programas sociais de peso, como o Minha Casa, Minha Vida.
26	21/11/2017	Tempo agrava problemas estruturais do conjunto Zilda Arns, em Niterói	Jornal O Globo	O conjunto habitacional foi concebido como parte do programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal, para atender às vítimas da tragédia do Morro do Bumba, em 2010, quando um deslizamento de terra provocou a morte de 47 pessoas e deixou centenas de desabrigados. Um dos blocos ...
27	21/11/2017	Arquitetura nas alturas	Folha de S.Paulo	As descobertas são valiosas e necessárias. O Brasil precisa dar mais valor a tantas coisas –e entre elas estão certamente a arquitetura e o urbanismo. A mudança necessária na política brasileira deve passar por um novo olhar nessa área. O Minha Casa, Minha Vida precisa de Mais Arquitetos.
28	21/11/2017	Deputados participam de inauguração de condomínio dos comerciários	PBAgora - A Paraíba o tempo todo	O governador Ricardo Coutinho parabenizou a Cehap pelo grande número habitações concluídas, aproximadamente vinte mil, e afirmou que foram investidos quase seis milhões de reais, dentro do programa Minha Casa Minha Vida, na construção do residencial Bela Vista I. "É a consolidação de um ...
29	21/11/2017	Fim da obrigação de distribuidoras com infraestrutura de programas sociais entra em audiência	CanalEnergia (Blogue)	... distribuição não são mais responsáveis pela implantação da infraestrutura básica em projetos sociais como o programa Minha Casa Minha Vida.



30	21/11/2017	Temer negocia ministérios para o Planalto sair da UTI	Gazeta Online	... indicação do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e avalizado pelo centrão, o PP já escolheu o deputado goiano Alexandre Baldy para a pasta das Cidades, que teve nada menos que R\$ 6,6 bilhões para investir este ano e abriga a fábrica de votos do programa “Minha casa, minha vida”.
31	21/11/2017	Governo participa da entrega de imóveis do Minha Casa Minha Vida em Paço do Lumiar	Governo do Maranhão	Moradores de Paço do Lumiar e região receberam nesta terça-feira (21), as chaves de imóveis por meio do programa Minha Casa Minha Vida, do ...
32	20/11/2017	Prefeitura de Teresina sorteia 600 unidades do Minha Casa, Minha Vida; veja lista	Globo.com	A prefeitura de Teresina realizou na manhã desta segunda-feira (20) mais um sorteio de residências dentro do Programa Minha Casa Minha Vida.
33	20/11/2017	Proposta suspende prestações do 'Minha Casa, Minha Vida' sem escolas e creches	Portal de Notícias do Senado Federal	Beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida podem passar a ser desobrigados de pagar as prestações enquanto o governo não instalar creches e pré-escolas no conjunto habitacional. É o que estabelece uma proposta que aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).
34	20/11/2017	Tia, tô com fome'; professora de escola do DF fala sobre alunos de baixa renda	Globo.com	Segundo a professora, Ana Carolina Costa, 250 crianças que estudam na Escola Classe 8 do Cruzeiro vivem no Paranoá Parque, em um condomínio do programa Minha Casa, Minha Vida que fica a 30 km da escola. Todas elas são de famílias de baixa renda. Distância entre o condomínio Paranoá ...
35	20/11/2017	Após temporal, Campinas retira 100 toneladas de lixo das ruas e lamenta morte de corretor levado ...	Globo.com	Sobre outros pontos afetados pelo temporal, a administração municipal alegou que está em andamento um projeto conjugado entre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Programa Minha Casa Minha Vida e Casa Paulista, no entorno do córrego Taubaté, para intervenções que devem ...

36	20/11/2017	Despejo de maior ocupação urbana de Londrina, no Paraná, é suspenso	Brasil de Fato	Ali seriam construídas 1.218 unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), do Governo Federal. Porém, a construtora ...
37	20/11/2017	Juízes de SP têm verba de R\$ 5 mil para livro	Estadão (liberação de imprensa)	A pedido do Centrão, vai rever atos recentes do antecessor Bruno Araújo relativos ao Minha Casa Minha Vida, que beneficiaram governos tucanos. Barriga de aluguel. O senador Aécio Neves (PSDB-MG) tenta fazer o deputado Saraiva Felipe (PMDB-MG) ministro da Secretaria de Governo no lugar do ...
38	20/11/2017	Em Porto Alegre, Rodrigo Maia fala de urgência em votar reformas e nega indicações a ministérios	Globo.com	Acho que na habitação tem um projeto do governo anterior, que é vitorioso, mas precisa melhorar sua execução, que é o Minha Casa Minha Vida, mas no saneamento, que é outra peça importante desse ministério, o Brasil está devendo muito, e acho que o Baldy tem condições de organizar um ...
39	20/11/2017	Alexandre Baldy toma posse como ministro das Cidades na próxima terça-feira (21)	Jornal Opção	Temer enfrenta xadrez de cargos para aliados por reforma da Previdência; semana é decisiva, diz ... - Paraiba.com.br
40	20/11/2017	Famílias de Pavussu e Nova Santa Rita realizam o sonho da casa própria	Governo do Piauí - Notícias	Quarenta (40) famílias realizam o sonho da casa própria através do Programa Minha Casa Minha Vida Sub50. A obra tem um custo de um milhão de ...
41	20/11/2017	Mãe de garoto que desmaiou de fome cria seis filhos	O Tempo	Há um ano, foi contemplada com um apartamento do programa Minha Casa Minha Vida no Paranoá Parque e se mudou para o condomínio, a 28 km ... 'Barriga fica doendo', diz garota após irmão desmaiar de fome no DF - Radio Grande FM
42	20/11/2017	Viver Melhor do bairro Santa Etelvina ganha unidade móvel de monitoramento	Jornal A Crítica	Com o reforço do policiamento na Zona Norte de Manaus, o Residencial Viver Melhor, no bairro Santa Etelvina, passou a contar com uma unidade móvel de monitoramento dotada de 14 câmeras com tecnologia para reconhecimento facial capaz de identificar um rosto a até 3 km de distância.

43	19/11/2017	448 apartamentos do 'Minha Casa, Minha Vida' serão entregues em São Luís	O Imparcial	A Prefeitura de São Luís vai entregar mais dois empreendimentos habitacionais construídos na capital por meio do programa do Governo Federal 'Minha Casa, Minha Vida', executado pelo município. São os residenciais Piancó I e II, na região Itaqui-Bacanga. Cada empreendimento possui 224 ...
44	19/11/2017	Mãe de menino que desmaiou de fome no DF fala sobre dificuldade de 'ser mãe e pai'	Globo.com	Mulher de 29 anos cria 6 filhos; era catadora de reciclados, mas está desempregada desde que foi morar em condomínio do Minha Casa Minha Vida.
45	19/11/2017	Moradores do Pilar aproveitam visita de Alckmin, 'homem de São Paulo', para cobrar moradia	NE10	Antes de pedir demissão, Araújo acertou a construção de dois conjuntos na faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida, o que também é questionado.
46	19/11/2017	Baldy filia-se ao PP dia 25 e se habilita para assumir Cidades	DM.com.br	... que tem orçamento de R\$ 10,1 bilhões para o exercício de 2018 e que operaciona programas como o Minha Casa, Minha Vida e o Cartão Reforma ...
47	19/11/2017	Empresas do mercado imobiliário dão descontos de até 30% na Black Friday	A Tarde On Line	A Tenda realizará de 20 a 26 de novembro a Black Tenda, onde todas as suas unidades terão condições especiais de pagamento, com preços a partir de R\$ 99 mil e entradas a partir de R\$ 19. Todas as unidades se encaixam na faixa 2 do programa Minha Casa, Minha Vida e podem contar também ...
48	19/11/2017	A notícia mais triste do Brasil nesta semana, por Xico Sá	Jornal GGN	Morador de um conjunto do Minha Casa, Minha Vida, no Paranoá Parque, o menino faminto estuda a 30 km da residência, no Cruzeiro, Distrito Federal. O caso foi noticiado pelo DF TV. Os governantes, como sempre, em suas notas frias e oficiais, lamentam o ocorrido. Espero que a primeira-dama ...
49	19/11/2017	Corpos de jovens que familiares viram morrer por vídeo são encontrados	Mídia Bahia	Micael e Emerson moravam em um condomínio do Minha Casa, Minha Vida localizado nas imediações da Estrada da Cetrel, em Camaçari.

50	19/11/2017	Programa Neoliberal de Governo: Mistura Paradoxal, por Fernando Nogueira da Costa	Jornal GGN	... camadas até três salários mínimos no Programa Minha Casa Minha Vida, ao Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, ...
51	19/11/2017	Saia do aluguel: Caixa Econômica libera R\$ 6 bilhões para compra de casa própria	Blasting News	Infelizmente em tempos de crise e instabilidade política fica difícil conseguir apoio de programas governamentais como o "minha casa minha vida" e ...
52	18/11/2017	Minha Casa Minha Vida vai sortear 600 beneficiários em Teresina	Viagora	O novo sorteio do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), acontece na próxima segunda-feira (20) e vai contemplar 600 beneficiários, 300 ...
53	18/11/2017	Moradia popular puxa recuperação do mercado imobiliário	Estado de Minas	São Paulo - As empresas de construção que desenvolvem moradias populares, enquadradas no Minha Casa, Minha Vida, têm puxado a recuperação do mercado imobiliário. Direcional, MRV e Tenda responderam por dois terços dos lançamentos e das vendas do terceiro trimestre entre as 11 ...
54	18/11/2017	É uma questão pontual da família e não da escola', diz Rollemberg sobre criança que desmaiou ...	Globo.com	... enquanto assistia à aula em uma escola do Cruzeiro, mora no Paranoá Parque – um condomínio do programa Minha Casa, Minha Vida. Como não ...
55	18/11/2017	Jaboatão anuncia reserva de imóveis para moradores do Conjunto Muribeca em habitacional em ...	Globo.com	Ao todo, o residencial abriga 1.440 unidades habitacionais, comercializadas através do programa Minha Casa, Minha Vida (faixa 1).
56	18/11/2017	Residencial Jardim Açucena: sorteio define onde cada contemplado irá morar	Amazônia Brasil	... do Programa Minha Casa, Minha Vida, cumpriu nesta sexta-feira, 17, mais uma etapa do processo para a entrega do Residencial Jardim Açucena, ...
57	18/11/2017	Crivella participa do Rio em Ação na Maré	Jornal do Brasil	... e 2ª via de identidade e CPF; atualização e cadastro para programas sociais (CadÚnico); inscrição no Minha Casa, Minha Vida; agendamento para ...

58	18/11/2017	Carolina Bahia: "operação abafa" frustra Lava-Jato	Zero Hora	A operação abafa, articulada para frustrar os efeitos da Lava-Jato, começa a ganhar corpo. Primeiro foi o salvamento de Aécio Neves (PSDB-MG) no Senado, patrocinado por uma decisão constrangida do Supremo Tribunal Federal. Agora, chegou a vez da Assembleia Legislativa do Rio, que decidiu ...
59	18/11/2017	Traficantes 'Robozinho' e '2N' já lideram 17 favelas em São Gonçalo e Itaboraí	O São Gonçalo	Rodrigo Jaccoud, o Robozinho e Thomaz Jhayson Vieira Gomes, o 2N ou Neném. Que esses nomes já são velhos conhecidos como acusados de tráfico não é novidade. Mas agora, segundo as investigações da Divisão de Homicídios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo (DHNISG), eles são os 'chefões' ...
60	18/11/2017	Mercado imobiliário apresenta opções ao consumidor	Portal Notisul	... modelos e valores, incluindo empreendimentos mais simples, financiados pelo programa "Minha Casa Minha Vida", além daqueles de alto padrão.
61	18/11/2017	Mogi inicia reforço em diversos serviços para a Operação Verão	O Diário	"A Prefeitura vem ao longo dos anos retirando pessoas que moravam em área de risco, com a ajuda do programa 'Minha Casa, Minha Vida', que contempla isso. Atualmente, estamos fazendo um trabalho muito forte de não permitir novas invasões e ocupações irregulares, evitar a criação de núcleos ...
62	18/11/2017	Exclusivo: Dallagnol comprou apartamentos construídos para o Minha Casa Minha Vida. Por ...	DCM	Comprar apartamento destinado preferencialmente ao programa Minha Casa Minha Vida não é ilegal, mesmo quem tem altos rendimentos. Em outubro, os vencimentos totais brutos de Deltan Dallagnol foram de R\$ 35.607,28, segundo o Portal da Transparência do Ministério Público Federal.
63	17/11/2017	600 famílias serão sorteadas para o programa Minha Casa Minha Vida	45graus (Blogue)	Na próxima segunda-feira (20), acontecerá o novo sorteio do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que contemplará 600 beneficiários, sendo 300 titulares e 300 reservas. De acordo com a coordenadora de Habitação e

				Regularização Fundiária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento ...
64	17/11/2017	Moradia popular puxa recuperação do mercado imobiliário	A Tarde On Line	As empresas de construção que desenvolvem moradias populares, enquadradas no Minha Casa, Minha Vida, têm puxado a recuperação do mercado imobiliário. Direcional, MRV e Tenda responderam por dois terços dos lançamentos e das vendas do terceiro trimestre entre as 11 incorporadoras ...
65	17/11/2017	Prefeitura de São Luís vai entregar mais 448 apartamentos do 'Minha Casa, Minha Vida'	O Quarto Poder (liberação de imprensa)	“Mais dois empreendimentos do 'Minha casa, Minha Vida' concluídos pela Prefeitura de São Luís, contemplando centenas de famílias ludovicenses ...
66	17/11/2017	Moradia popular puxa recuperação do mercado imobiliário	VEJA.com	Os empreendimentos mais baratos, do Minha Casa, Minha Vida, têm ... novos do Minha Casa, Minha Vida até agosto somaram 41,7 mil unidades, 23 ...
67	17/11/2017	Prefeitura de Jaboatão reserva imóveis para famílias do Habitacional Muribeca	Diário de Pernambuco	... faltando apenas 4% para a conclusão das 1.440 unidades habitacionais, que serão comercializadas através do Minha Casa, Minha Vida faixa 1.
68	17/11/2017	Sem almoço, aluno desmaia de fome em colégio a 30 km de casa no DF	Globo.com	A criança mora no Paranoá Parque, um empreendimento do Minha Casa, Minha Vida. Como não há colégio público no local, as 250 crianças do ...
69	17/11/2017	Investigação contra prefeito de Franca será avaliada na Procuradoria-Geral de Justiça, diz Gaeco	Globo.com	... Senhora das Graças, obra anunciada no início do ano que prevê a construção de 1.421 casas financiadas pelo programa Minha Casa, Minha Vida.
70	17/11/2017	Picciani é preso e Alerj quer soltá-lo hoje; Polícia de Portugal mata brasileira. Jornais de sexta (17)	Globo.com	O Estado de S.Paulo informa que as construtoras que atuam no segmento de moradias populares, como o Minha Casa, Minha Vida, têm puxado a recuperação do mercado imobiliário. O protagonismo da faixa popular é atribuído à

				boa disponibilidade de recursos para financiamento e com juros mais ...
71	17/11/2017	Caixa libera R\$ 5,8 bi para crédito habitacional	Gazeta Online	A Caixa Econômica Federal fez um remanejamento de verba e liberou mais R\$ 5,8 bilhões para destravar empréstimos habitacionais que já haviam sido aprovados, mas estavam parados, à espera de assinatura. Nos últimos meses, o banco reduziu o ritmo de concessões, o que fez o volume de ...
72	17/11/2017	Grupo é preso com drogas durante operação da Polícia Civil em condomínio de Juiz de Fora	Globo.com	A ação faz parte da força-tarefa “ProteJÁ” e o condomínio do Minha Casa Minha Vida fica no Bairro Sagrado Coração de Jesus, na Zona Sul da cidade. Foram apreendidos com os suspeitos drogas e equipamentos eletrônicos. De acordo com a delegada responsável pela operação, Sheila Oliveira, ...
73	16/11/2017	Prefeitura faz sorteio de 600 famílias para o Minha Casa, Minha Vida	Cidadeverde.com	Na próxima segunda-feira (20), acontecerá o novo sorteio do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que contemplará 600 beneficiários, sendo ...
74	16/11/2017	Bahia: Polícia prende 5 suspeitos de fraudes no programa Minha Casa, Minha Vida	Blog do Rodrigo Ferraz (Blogue)	As cinco pessoas presas na última segunda-feira (13), dentre elas uma servidora da prefeitura de Camaçari, na região metropolitana de Salvador, ...
75	16/11/2017	Moradores da Muribeca serão beneficiados com apartamentos de novo habitacional	Folha de Pernambuco	... por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida foi anunciado pelo prefeito de Jaboatão dos Guararapes, Anderson Ferreira (PR). De acordo com a ...
76	16/11/2017	Crivella 'solta a voz' em programa noturno de TV ao vivo	Jornal O Globo	Nesta quinta-feira, o prefeito faltou à entrega das chaves de apartamentos a beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida, em Santa Cruz, ...
77	16/11/2017	Usina de compostagem e reciclagem comprada há mais de	Globo.com	... quatro postos de saúde, ou três escolas com capacidade para atender 150 alunos cada, ou 66 casas do projeto federal “Minha Casa, Minha Vida”.

		20 anos pela Prefeitura de Londrina ...		
78	16/11/2017	Caixa libera mais R\$ 5,8 bi para crédito habitacional	Jornal O Globo	... extra de R\$ 8,7 bilhões do FGTS, com a qual deu prioridade a famílias com renda bruta de até R\$ 4 mil, no programa Minha Casa Minha Vida.
79	16/11/2017	Grupo realiza protesto na João de Barros por fornecimento de energia	JC Online	Além disto, também protestamos por causa da saída do ministro Bruno Araújo, que lançou o Minha Casa, Minha Vida, mas não divulgou o nome das ...
80	16/11/2017	Protesto interrompe trânsito da Avenida João de Barros, na Boa Vista	Diário de Pernambuco	... manifestantes reivindicaram o fornecimento de energia para as 64 novas unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida no bairro ...
81	16/11/2017	Casas geminadas são o foco da prefeitura de Brusque para novos projetos habitacionais	O Município	... foram voltados a pessoas com renda maior, entre três a seis salários mínimos, correspondente à categoria 2 do programa Minha Casa Minha Vida, ...
82	16/11/2017	Tipo de compra influencia no valor dos juros	GAZ	Além disso, algumas linhas de crédito têm ainda o incentivo do governo federal em programas como o Minha Casa, Minha Vida, que subsidia ...
83	15/11/2017	Grupo preso por fraude do 'Minha Casa, Minha Vida' na BA cobrava até R\$ 3 mil por inscrição no ...	Globo.com	Servidora da prefeitura de Camaçari e outras 4 pessoas foram presas pela fraude e por provocar incêndios em secretaria, com a finalidade de ...
84	15/11/2017	Após briga, mulher mata o marido com uma facada no 'Minha Casa, Minha Vida'	TV Jaguari	(Conteúdo só para assinantes) Aproveite as vantagens, você poderá acessar nossas notícias de onde estiver, pelo Computador ou Tablet, de um modo dinâmico, ágil, e o melhor, ...
85	15/11/2017	Não dava mais para segurar a tarefa', diz Bruno Araújo	Gazeta Online	O Minha Casa, Minha Vida está a pleno vapor, o cartão-reforma foi lançado, botamos o ministério para andar. E agora? O PSDB está num momento ...
86	15/11/2017	Moradores reclamam da falta de iluminação pública em área	Globo.com	Moradores do condomínio Uialã, localizado no bairro Cidade Satélite, zona Oeste de Boa Vista, reclamam que estão há quase 3 meses sem ...



		externa de condomínio em Boa Vista		
87	15/11/2017	Concessionária Porto Novo reassume administração do Porto Maravilha	Jornal O Globo	... que a área terá outros investimentos: — A Secretaria de Habitação já aprovou a construção de 268 unidades do Minha Casa Minha Vida. Dona de ...
88	15/11/2017	Famílias do 8 de Março devem receber moradias até dia 30	Tribuna do Norte - Natal	Essas são exigências cobradas pela Caixa Econômica Federal em cumprimento às regras para a liberação dos imóveis do Minha Casa Minha Vida e ...
89	15/11/2017	Das 296 obras do “Avançar” no Paraná, 71 são quadras esportivas	Gazeta do Povo	Na lista do Paraná, além das quadras esportivas, tem dezenas de obras de saneamento, de edifícios do Minha Casa, Minha Vida, de Unidades ...
90	15/11/2017	Com mais prédios na paisagem, número de apartamentos cresce 225% em Blumenau	Zero Hora	Além disso, em bairros mais afastados, imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida também impulsionaram esse crescimento. A verticalização é ...
91	15/11/2017	Governador Reinaldo Azambuja cumpre agenda em Nova Andradina nesta sexta-feira (17)	Fátima News	Às 08h15, está prevista a entrega das 52 unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida / FGTS – 1ª etapa, na Rua Pearci Pael Castro ...
92	15/11/2017	Prefeitura de Três Arroios realiza sorteio dos terrenos habitacionais	Jornal Boa Vista (liberação de imprensa) (Blogue)	... básica necessária para a construção das novas moradias que serão financiadas pela Caixa Federal, através do Programa Minha Casa Minha Vida.
93	14/11/2017	Quadrilha presa cobrava por inscrição no Minha Casa, Minha Vida em Camaçari	Jornal da Mídia	Cinco integrantes de uma quadrilha envolvida na venda de supostas inscrições para aquisição de imóveis do programa Minha Casa Minha Vida, em ...
94	14/11/2017	Não dava mais para segurar a tarefa', diz Bruno Araújo	Jornal O Globo	Ainda tem muita coisa para fazer, mas entregamos o que deu para fazer. O Minha Casa, Minha Vida está a pleno vapor, o cartão-reforma foi lançado, ...
95	14/11/2017	Prefeitura faz última chamada para entrega de documentos dos sorteados do "Bem Viver"	AgoraVale	Conforme Portaria nº 412 de 06/08/2015 do Ministério das Cidades, responsável pelo "Programa Minha Casa Minha Vida – faixa 1", o não ...

96	14/11/2017	972 moradias serão construídas em sete bairros de PG	Diário do Litoral	Os conjuntos habitacionais serão destinados a faixa 1 do programa Minha Casa, Minha Vida, que contempla o segmento social com renda familiar de ...
97	14/11/2017	Cartão Reforma é um dos pilares da política habitacional do País, diz Temer	Blog do Planalto	Junto com programas como o Minha Casa Minha Vida e o Programa de Regularização Fundiária, o Cartão Reforma leva dignidade aos brasileiros ...
98	14/11/2017	Tocantins receberá R\$ 130 milhões em moradias populares, segundo senador Ataídes Oliveira	Conexão Tocantins	O Estado será atendido 2.343 unidades do programa Minha Casa Minha Vida. A portaria do Ministério das Cidades será publicada até o próximo dia ...
99	14/11/2017	Planalto pode fatar grandes ministérios e dividir cargos entre vários partidos, diz fonte	Jornal Extra	"Pode ter o ministro de um partido, a secretaria que cuida do Minha Casa, Minha Vida, a que trata do Metrô ou de saneamento com outro."
100	14/11/2017	Lula virá a Vitória nos dias 4 e 5 de dezembro	Gazeta Online	... Serra, Cariacica), em programas sociais que ele implantou, como o 'Minha Casa Minha Vida', alguma coisa de educação. No mesmo dia ele segue ...
101	14/11/2017	Michel Temer vai trocar 17 ministros, diz Romero Jucá	VEJA.com	Entre as atribuições da pasta está a administração dos recursos do programa Minha Casa, Minha Vida. Ainda nesta segunda-feira, Michel Temer se ...
102	14/11/2017	Polícia prende 42 pessoas durante operação em Ananindeua, no Pará	Globo.com	Ação aconteceu na manhã desta terça-feira, 14, no bairro Águas Brancas, na região metropolitana de Belém. A operação policial foi para prender ...
103	13/11/2017	Em carta a Temer, Bruno Araújo diz que não há mais apoio para prosseguir na Pasta	Istoe	“Recuperamos o Minha Casa, Minha Vida e a credibilidade nos compromissos financeiros. Implantamos duas ações que vão deixar marcas ...
104	13/11/2017	Feriado nesta quarta-feira reduzirá atividades no Congresso e no Judiciário	Globo.com	Com feriado da Proclamação da República, Senado fará somente uma sessão, nesta terça, assim como o STF. Câmara sequer agendou para esta ...
105	13/11/2017	Temer diz que todos aplaudirão as reformas de seu governo	Istoe	Araújo citou, além do Cartão Reforma, a Lei de Regularização Fundiária e o programa Minha Casa Minha Vida, este último criado ainda no governo ...

106	13/11/2017	Beneficiários de programa habitacional denunciam irregularidades em Imperatriz	Globo.com	Beneficiários que receberam imóveis do programa “Minha casa, minha vida” denunciam irregularidades no Residencial Teotônio Viela, em Imperatriz ...
107	13/11/2017	Após prometer R\$ 10,54 bi para obras inacabadas, Temer vem ao Rio lançar pacote social	Jornal O Globo	Grande parte do dinheiro, R\$ 785,03 milhões, vai para condomínios do Minha Casa, Minha Vida. Todas as unidades já estão sendo construídas.
108	13/11/2017	Ataídes: TO receberá R\$ 130 milhões em moradias populares	JM Notícia - Site Gospel (Blogue)	... que outros 19 municípios do Tocantins serão atendidos com 2.343 unidades do programa Minha Casa Minha Vida no valor de R\$ 130,655 milhões ...
109	13/11/2017	Caixa efetiva as primeiras escrituras do Residencial Itália	Regiao Noroeste	O “Minha Casa, Minha Vida” é o programa do governo federal que tem transformado o sonho da casa própria em realidade. O Programa é popular e ...
110	13/11/2017	Porto Alegre lidera procura por apartamentos compactos	Jornal do Comércio	O portal ainda destaque que programas como o “Minha Casa Minha Vida” também estão impulsionando as buscas por imóveis compactos.
111	13/11/2017	Retomada econômica chega à arrecadação	RIC Mais Santa Catarina	Na outra ponta, as despesas do governo federal com investimentos em infraestrutura, excluído o Minha Casa Minha Vida, caíram 40,3% no ano até ...
112	13/11/2017	Moradores de áreas invadidas protestam em frente à prefeitura	Correio do Estado	Não teve um contrato do 'Minha Casa Minha Vida'. De 28 mil inscritos na Emha saltou para quase 50 mil em quatro anos. Dobrou o número de ...
113	12/11/2017	Feirão Digital acontece até as 22h deste sábado em quatro shoppings do RJ	Globo.com	... com antena e conversor, aos beneficiários inscritos no Cadastro Único, que participam de programas como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, ...
114	12/11/2017	O 'anjo da guarda' dos refugiados	O Diário	... sair do País, se inscrever em programas sociais como o 'Minha Casa, Minha Vida', entre outros, além de revalidar seus diplomas para fazer valer a ...
115	11/11/2017	Ossada de adolescente é encontrada em mata perto do Residencial Salvação	Globo.com	... (10), em uma área de mata distante cerca de 100 metros do Residencial Salvação, conjunto habitacional do Minha Casa Minha Vida em Santarém, ...

116	11/11/2017	Apartamentos do Vida Nova II são escolhidos pelas famílias habilitadas	O Liberal	O evento é mais uma etapa do programa “Minha Casa Minha Vida – Faixa 1” e acontece no Teatro de Arena Elis Regina, localizado na Rua Sergipe, ...
117	11/11/2017	Súmula do STJ que considera estupro sexo com menor de 14 anos foi destaque	Consultor Jurídico	... notícia do ranking foi sobre decisão que responsabiliza a Caixa Econômica Federal por atrasos em obras do programa Minha Casa Minha Vida.
118	11/11/2017	Jovem atira contra PMs e leva tiro nas nádegas em Volta Redonda	A Voz da Cidade	... denúncia anônima de que homens, armados, estariam vendendo drogas no Conjunto Habitacional do Minha Casa, Minha Vida do bairro Roma.
119	11/11/2017	Rio em Ação leva serviços essenciais à Maré	Jornal do Brasil	A partir das 9h, os portões da Escola Municipal Bahia estarão abertos para oferecer emissão de CPF, inscrição no Minha Casa, Minha Vida e ...
120	11/11/2017	Deputado Chico Alencar lança plataforma digital 'Vamos!'	A Voz da Cidade	Na Cidade do Aço, as propostas foram baseadas em cima da democracia do território urbano, a ineficiência do programa Minha casa, Minha vida, ...
121	11/11/2017	Na íntegra: ouça a edição de PE, SP, MG e RJ do Programa Brasil de Fato	Brasil de Fato	Os cortes do Minha Casa Minha Vida levaram movimentos populares às ruas em ato nacional por moradia. Pegando o gancho das manifestações.
122	11/11/2017	Governo libera projeto de 100 casas em Paranaíba	JPNews (Blogue)	... Cidades autorizou, nesta semana, a construção de 1.434 casas populares em Mato Grosso do Sul por meio do programa Minha Casa, Minha Vida.
123	11/11/2017	Pacotão de Temer prevê R\$ 386 mi para retomar 37 obras na RMVale	Gazeta de Taubaté	... de obras de saneamento, creches, unidades de saúde, quadras, loteamentos residenciais do Minha Casa, Minha Vida e requalificação de vias.
124	11/11/2017	Juliana Cardoso: 'A resistência contra os desmandos de Doria tem que estar nas ruas'	Rede Brasil Atual	O programa Minha Casa Minha Vida virou um Banco Imobiliário. No governo Dilma, a cada 10 casas, sete eram para famílias de baixa renda. Agora ...
125	11/11/2017	Secretária Nacional de Habitação explica critérios de seleção do Minha Casa, Minha Vida	CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção	Empresas não selecionadas podem recorrer à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades para entender a razão de não terem ...

126	10/11/2017	Minha Casa Minha Vida entrega 1.296 unidades residenciais em Teresina	Governo do Piauí - Notícias	Atendendo às exigências de qualidade do Programa Minha Casa Minha Vida, os residenciais são equipados com infraestrutura completa, ...
127	10/11/2017	Minha Casa Minha Vida: 1.296 famílias recebem chave da casa própria	Meionorte.com	Para o prefeito Firmino Filho, o viés social do Minha Casa Minha Vida é melhorar a qualidade de vida das pessoas, atendendo as famílias ...
128	10/11/2017	Adamantina: sinal verde para 195 unidades do Minha Casa, Minha Vida com investimento de R...	Siga Mais	O Ministério das Cidades deu sinal verde para a construção de 195 unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) em ...
129	10/11/2017	Homem é baleado em troca de tiros com a polícia em Volta Redonda, RJ	Globo.com	Agentes tentavam entrar em condomínio do “Minha Casa, Minha Vida” quando foram recebidos por disparos no bairro Roma II, diz Polícia Militar.
130	10/11/2017	Prefeito de Franca é alvo de processo de cassação por suspeita de favorecer construtora	Globo.com	Ele também esclareceu que a disposição de financiamentos apenas na chamada "Faixa Um" do Minha Casa, Minha Vida" limitava a inclusão de ...
131	10/11/2017	As alternativas à Caixa para financiar imóveis	EXAME.com	O banco ressalta, no entanto, que continua a aceitar novas propostas de financiamento para a faixa 3 do programa Minha Casa Minha Vida e na ...
132	10/11/2017	Secretário anuncia projeto para mais 1,4 mil habitações no Piauí	Cidadeverde.com	O programa Minha Casa, Minha Vida se mantém no rol de principais ações do Governo Federal, modificando a vida de milhões de brasileiros a cada ...
133	10/11/2017	Em campanha, Luciano Huck quer trocar Enem por Soletrando	VEJA.com (sátira)	Ainda não oficialmente candidato, mas claramente em campanha, Luciano Huck está pensando em sugerir projetos inspirados em sua experiência ...
134	10/11/2017	Cidinho participa do lançamento do Programa Avançar; MT será beneficiado com 234 ações	24Horas News (liberação de imprensa) (Blogue)	... geração de energia, construção de creches e obras de saneamento básico, e benefícios nos programas Minha Casa Minha Vida e Luz Para Todos.
135	10/11/2017	Pernambuco terá R\$ 3,2 bilhões do Avançar	Folha de Pernambuco	A habitação popular do Minha Casa Minha Vida (MCMV) de Pernambuco também está na lista dos projetos do Avançar. Com 40% das obras em ...

136	09/11/2017	MPF recomenda reintegração de posse em imóveis do Minha Casa Minha Vida	Diário Catarinense	O Ministério Público Federal (MPF) recomendou à prefeitura de Concórdia e à Caixa Econômica Federal a reintegração e posse e a não realização ...
137	09/11/2017	Minha Casa, Minha Vida: Caixa recebe R\$ 8,7 bilhões para financiamentos	1News Brasil	Minha Casa, Minha Vida recebe um novo incentivo. A Caixa Econômica Federal conta agora com R\$ 8,7 bilhões liberados para o financiamento ...
138	09/11/2017	Governo estima R\$ 10,54 bilhões para obras inacabadas no Rio	Jornal O Globo	Para o Minha Casa Minha Vida no Estado - com valor total dos projetos estimado em R\$ 2,5 bilhões -, está previsto um aporte de R\$ 785,03 milhões.
139	09/11/2017	Base de Temer convoca ministro tucano em nova crise	Estadão (liberação de imprensa)	O programa Minha Casa Minha Vida é o novo foco de insatisfação da base aliada do governo com os tucanos. PMDB, PP e DEM aprovaram, ontem, ...
140	09/11/2017	MRV investe R\$ 800 milhões em energia solar nos prédios	O Tempo	Além da energia fotovoltaica, Chain diz que os empreendimentos da MRV têm as facilidades do programa Minha Casa, Minha Vida: "Facilitamos a ...
141	09/11/2017	Projeto Avançar prevê R\$ 42,15 bi em investimentos	Diário do Nordeste (Blogue)	Serão 6.233 projetos, incluindo moradias do Minha Casa, Minha Vida, construção de presídios e de creches. Trata-se de ...
142	09/11/2017	Temer anuncia obras e negocia minirreforma da Previdência	Istoe	O Avançar reúne iniciativas tocadas por diferentes ministérios, como os leilões de rodovias e os projetos de habitação do Minha Casa, Minha Vida.
143	09/11/2017	Operação deflagra desvio de verbas destinado aos desabrigados das enchentes	Diário de Pernambuco	... brasileiro, os municípios atingidos receberam R\$ 226 milhões para reestruturação de casas, construídas pelo programa Minha Casa Minha Vida.
144	09/11/2017	Lucro da Tenda cresce 33% no terceiro trimestre	Valor Econômico	... a sustentabilidade dessas instituições no longo prazo e asseguram a continuidade da faixa 2 do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida.
145	09/11/2017	Recadastramento para 518 casas em Morrinhos segue até dia 21	Diário do Litoral	... prazo para atualização cadastral realizada pelo Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), do Governo Federal, que segue até o próximo dia 21.

146	09/11/2017	Minha Casa, Minha Vida, cenário econômico e reforma da previdência integram pauta da reunião ...	CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção	Os membros do Conselho de Administração da CBIC estiveram reunidos nesta quarta-feira (08/11), na sede da entidade, em Brasília. A reunião ...
147	09/11/2017	Movimentos de moradia realizam atos em várias cidades contra cortes	Rede TVT	Movimentos de moradia realizaram atos em várias cidades do país contra cortes na habitação e em defesa do programa “Minha Casa, Minha Vida”.
148	09/11/2017	Município é beneficiado com mais 240 unidades Faixa 1 do Minha Casa Minha Vida	Jornal Agora	Município é beneficiado com mais 240 unidades Faixa 1 do Minha Casa Minha Vida. 08/11/2017. Para acessar o conteúdo dessa página você ...
149	08/11/2017	Minha Casa, Minha Vida: governo autoriza mais 360 moradias para Alagoas	TNH1 (Blogue)	O Ministério das Cidades autorizou a contratação de mais 54 mil unidades habitacionais destinadas a Faixa 1 do programa Minha Casa Minha Vida.
150	08/11/2017	Movimentos protestam contra fim do Minha Casa Minha Vida	Brasil de Fato	Nesta quarta (8), em todo o Brasil, movimentos de luta por moradia saíram às ruas em protesto contra os cortes no Minha Casa Minha Vida.
151	08/11/2017	ES vai ter 12 mil imóveis com desconto no Minha Casa, Minha Vida	Globo.com	Caixa ampliou em R\$ 8,7 bilhões os recursos do crédito habitacional do programa Minha Casa, Minha Vida, voltadas para famílias com renda de até ...
152	08/11/2017	Ministério autoriza em MS mais 1.434 moradias pelo Minha Casa, Minha Vida	Campo Grande News	Foram autorizadas pelo Ministério das Cidades, conforme publicado no DOU (Diário Oficial da União) de segunda-feira (6), a contratação de 1.434 ...
153	08/11/2017	Caixa amplia recursos do Minha Casa, Minha Vida para renda de até R\$ 4 mil	GAZ	Uma mudança no programa Minha Casa, Minha Vida deve beneficiar famílias com renda de até R\$ 4 mil. Os recursos do crédito habitacional serão ...
154	08/11/2017	Doze mil imóveis com desconto para famílias que ganham até R\$ 4 mil	Gazeta Online	Serão 2 mil imóveis este ano e mais 10 mil no próximo ofertados pelo programa Minha Casa Minha Vida pela Caixa Econômica Federal. Entre as ...
155	08/11/2017	Líderes comunitários do RJ irão a Brasília cobrar a construção de moradias populares	Globo.com	Enquanto não fossem reassentadas, as famílias foram incluídas no Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, e passaram a receber um ...

156	08/11/2017	Manifestantes protestam por moradia no Recife, Cabo e Jaboatão	Folha de Pernambuco	Paulo André explica que o ato é contra o orçamento zero para moradia, em defesa dos bancos públicos e do programa Minha Casa, Minha Vida.
157	08/11/2017	"Querem destruir função social da Caixa Econômica", diz funcionário	Brasil de Fato	Quando lançou o programa Minha Casa Minha Vida, em 2009, até hoje já foram entregues 2,630 milhões casas. Executa-se uma política desse ...
158	08/11/2017	Protestos por moradia interditam Agamenon Magalhães, BR-101 e Cais do Apolo	Diário de Pernambuco	Eles reivindicaram verbas para o Programa Minha Casa Minha Vida. Queimando pneus, os manifestantes pediram uma reunião com Izabel Urquiza, ...
159	08/11/2017	Caixa vai liberar R\$ 8,7 bilhões para financiamentos do Minha Casa Minha Vida	Globo Play	Recursos são destinados a imóveis para famílias com renda até R\$ 4 mil por mês.
160	08/11/2017	José Ricardo é contra a retirada de recursos do Minha Casa, Minha Vida	Aleam	Portanto, deixamos nosso apoio e nos manifestamos a favor do Programa Minha Casa, Minha Vida e contra a privatização da Caixa Econômica ...
161	08/11/2017	Ministério autoriza contratação de imóveis pelo Minha Casa Minha Vida em Bagé	Jornal Minuano	O Ministério das Cidades autorizou a contratação de 54 mil unidades habitacionais destinadas à faixa 1 do programa Minha Casa Minha Vida.
162	07/11/2017	Governo anuncia contratação de 54 mil moradias pelo Minha Casa, Minha Vida	Globo.com	Unidades vão beneficiar famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 mil, que estão na faixa 1 do programa. Unidades serão construídas em 337 ...
163	07/11/2017	Caixa amplia recursos do Minha Casa, Minha Vida para renda de até R\$ 4 mil	Globo.com	Mais criteriosa nos financiamentos, Caixa passa a priorizar a baixa renda e imóveis novos dos programas sociais, informou o vice-presidente da ...
164	07/11/2017	Famílias de bebês com microcefalia terão prioridade no Minha Casa Minha Vida	A Tarde On Line	Marione, mãe de Safira, está inscrita no programa desde o ano passado e espera ser contemplada Margarida Neide   Ag. A TARDE. Famílias cujos ...
165	07/11/2017	Governo autoriza 54 mil unidades do Minha Casa	Jornal do Comércio	O Ministério das Cidades autorizou a contratação de 54.089 unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Os imóveis ...



166	07/11/2017	Construtora realiza feirão de sobrados com zero de entrada neste sábado	Globo.com	Com uma proposta inovadora, o projeto trata-se do único condomínio fechado de sobrados Minha Casa Minha Vida da cidade, cada um deles conta ...
167	07/11/2017	Caixa libera crédito da casa própria e contratos voltam a ser assinados em MS	Campo Grande News	Segundo a Acomasul, as duas faixas representam 86% de todos os financiamentos do Minha Casa, Minha Vida. “Em Mato Grosso do Sul, centenas ...
168	07/11/2017	Residencial no Bairro Parque das Águas, em Juiz de Fora, tem ação de reintegração de posse	Globo.com	Denúncias de uso irregular, invasão, venda ou ociosidade de imóveis do "Minha Casa Minha Vida" podem ser feitas pelo telefone 0800-721-6268.
169	07/11/2017	Governo anuncia contratação de 54 mil imóveis para famílias de baixa renda	GaúchaZH (liberação de imprensa)	O governo anunciou nesta segunda-feira (6) a contratação de 54.089 unidades do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) para famílias com ...
170	07/11/2017	Novas casas populares devem sair do papel em 2018	Correio do Estado	Serão 1.234 unidades pelo programa federal Minha Casa, Minha Vida que contemplarão seis residenciais. A última contratação através da Caixa ...
171	07/11/2017	Por nova imagem, governo lança Avançar, com investimentos de R\$ 42,15 bilhões até 2018	Estadão	Sob o guarda-chuva do Avançar estão 6.233 projetos, de creches à construção de presídios, passando por moradias do Minha Casa, Minha Vida.
172	07/11/2017	Governo divulga a contratação de mais 1.600 novas moradias do Minha Casa Minha Vida no ES	Folha Vitória	As novas contratações fazem parte do segundo lote de moradias do Minha Casa Minha Vida e beneficiará famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 ...
173	07/11/2017	Recursos do Minha Casa Minha Vida ampliados para renda de até R\$ 4 mil	Diário Catarinense	Famílias com renda de até R\$ 4 mil devem ser beneficiadas pela ampliação em R\$ 8,7 bilhões dos recursos do crédito habitacional para as faixas 1, ...
174	07/11/2017	Governo autoriza contratação de 54 mil unidades do Minha Casa Minha Vida	Correio do Povo	O Ministério das Cidades autorizou a contratação de 54.089 unidades habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida. Os imóveis poderão ser ...
175	07/11/2017	Governo autoriza contratação de 54 mil unidades do Minha Casa Minha Vida	Jornal Agora	Governo autoriza contratação de 54 mil unidades do Minha Casa Minha Vida. 06/11/2017. Para acessar o conteúdo dessa página você precisa ...

176	06/11/2017	Governo autoriza contratação de 54 mil unidades do Minha Casa, Minha Vida	EBC	O Ministério das Cidades autorizou a contratação de 54.089 unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida. Os imóveis poderão ser ...
177	06/11/2017	Levantamento aponta irregularidades em conjunto habitacional do 'Minha casa, Minha vida' em ...	Globo.com	Um levantamento feito pela Prefeitura de Divinópolis nos conjuntos habitacionais do programa "Minha casa, Minha vida" identificou que das 311 ...
178	06/11/2017	Governo habilita construção de 760 casas pelo 'Minha Casa, Minha Vida' na PB	Globo.com	O Governo Federal habilitou a construção de 760 unidades habitacionais da Paraíba, para serem adquiridas por meio de recursos do Programa ...
179	06/11/2017	Famílias de bebês com microcefalia terão prioridade no Minha Casa Minha Vida	A Tarde On Line	Marione, 24 anos, mãe de Safira, está inscrita no programa desde o ano passado e espera ser contemplada Margarida Neide   Ag. A TARDE.
180	06/11/2017	Ministério habilita mais de 54 mil projetos para contratação no Minha Casa, Minha Vida	Diário do Nordeste (Blogue)	Minha Casa Minha Vida Segundo o ministério, com essas novas propostas, "o governo federal praticamente atinge a meta estabelecida para este ...
181	06/11/2017	Ministro anuncia contratação de novos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida para PE	NE10	Após a convenção do PSDB nesse domingo (5), o ministro das Cidades, Bruno Araújo, aproveita sua passagem no Recife para anunciar, nesta ...
182	06/11/2017	Senador Ataídes Oliveira consegue quase três mil moradias populares para o Estado	Conexão Tocantins	... garantiu, junto ao Ministério das Cidades, a destinação de outras 2.860 unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida ao Tocantins.
183	06/11/2017	Construtora lança feirão para condomínio com entrada zero	Wilson (liberação de imprensa) (Blogue)	O desconto inicial pode ser ampliado através do subsídio do programa Minha Casa Minha Vida. Além disso, dependendo dos critérios da CAIXA, ...
184	06/11/2017	Caixa Econômica também responde por atraso do Minha Casa Minha Vida	O Nortão Jornal	Caixa Econômica também responde por atraso do Minha Casa Minha Vida. Banco e empresas são responsáveis por verificar obras e devem ...
185	06/11/2017	Governo anuncia contratação de 54.089 imóveis para famílias de baixa renda	Estado de Minas	Brasília, 06 - O governo anunciou nesta segunda-feira, 6, a contratação de 54.089 unidades do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) para ...

186	06/11/2017	Ministério habilita mais de 54 mil projetos para contratação	Imirante.com	A relação contempla projetos nas cinco regiões do País; são 54.089 propostas habilitadas para aquisição de imóvel com recursos do FAR.
187	06/11/2017	Famílias de bebês com microcefalia terão prioridade no Minha Casa Minha Vida	A Tarde - Uol	Últimas Notícias de Salvador, Bahia, Brasil e do mundo do jornal A TARDE. Anúncios classificados de autos, imóveis e empregos, informações de ...
188	06/11/2017	Pernambuco receberá novas unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida	CBN Recife	Novas unidades habitacionais serão construídas no segundo lote do Programa Minha Casa Minha Vida, em Pernambuco. Das 2.687 unidades, 940 ...
189	06/11/2017	JP, Cajazeiras e Guarabira receberão unidades dos residenciais do Minha Casa, Minha Vida	Portal Correio	Projetos contemplados fazem parte do programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1, que é destinado a famílias com renda de até R\$ 1,8 mil.
190	05/11/2017	Caixa também responde por atraso do Minha Casa Minha Vida, diz TRF-4	Consultor Jurídico	A Caixa Econômica Federal responde solidariamente por atrasos em obras do programa Minha Casa Minha Vida. Isso porque, além de financiar os ...
191	05/11/2017	Bahia no ar investigação: quem incendiou a Seinfra e quais os motivos?	Bahia No Ar! (Blogue)	... em uma das salas queimadas funcionava a coordenação de Habitação que geria obras do Rio Camaçari e do programa Minha Casa, Minha Vida.
192	05/11/2017	Regina Sousa alerta sobre cortes orçamentários do governo federal	GPI	A retirada de 3 milhões do Bolsa Família, o corte drástico no Programa de Aquisição de Alimentos e a retirada da faixa 1 do Minha Casa Minha Vida ...
193	04/11/2017	Pernambuco terá novas unidades do Minha Casa, Minha Vida para rendas de até R\$ 1,8 mil	Diário de Pernambuco	Pernambuco terá novas unidades habitacionais para o Programa Minha Casa, Minha Vida. O ministro das Cidades, Bruno Araújo, vai anunciar a ...
194	04/11/2017	Vendas do Minha Casa sobem 23% este ano	A Tarde On Line	... de 2016, a venda de unidades do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) aumentou em 23% nesse intervalo, segundo informa uma pesquisa feita entre ...
195	04/11/2017	Sem recursos, Caixa trava financiamentos e compradores podem perder imóvel	Globo.com	A medida atingiu linhas que usam recursos do FGTS (Minha Casa Minha Vida e pró-cotista) e da poupança (SBPE). Na outra ponta, os principais ...

196	04/11/2017	Incêndio em prédio público de Camaçari foi o 3º em 7 meses e pode ter relação com obra ...	Globo.com	Na semana passada, um incêndio também queimou documentos de pessoas inscritas no programa "Minha Casa, Minha Vida" que estavam em outra ...
197	04/11/2017	Deputada estadual Márcia Lia discute Reforma Agrária	JCNET - Jornal da Cidade de Bauru	"O governo atual deu pouca continuidade ao Programa Minha Casa Minha Vida, que impacta diretamente na habitação urbana. Tivemos um avanço ...
198	04/11/2017	Rodrigo Maia se fortalece, passa a ser cotado para presidente e ensaia 'rebeldia'	Gazeta do Povo	... bastante tempo em seu território eleitoral: inaugurou obras do Programa Minha Casa Minha Vida e, em seu último dia com a caneta presidencial, ...
199	04/11/2017	Vilarejos para reassentar vítimas da tragédia de Mariana não saíram do papel	Istoe	... dos novos distritos ainda não ocorreu porque são projetos mais complexos que um conjunto habitacional padrão, como o Minha Casa Minha Vida.
200	04/11/2017	Conversor gratuito para tv digital ainda não foi entregue à metade das pessoas	Jornal Cruzeiro do Sul	... aqui cerca de 42 mil pessoas inscritas em programas sociais como o Minha Casa, Minha Vida e o Bolsa Família devem receber o conjunto.
201	04/11/2017	Ex-presidentes denunciam a destruição da Caixa	Brasil 247	O programa Minha Casa Minha Vida teve acentuada retração dos desembolsos: de R\$ 20,7 bilhões em 2015 para R\$ 7,9 bilhões em 2016 e uma ...
202	04/11/2017	Números atestam eficiência na comunicação do Creci-PB	Paraiba.com.br	... a exemplo da operação realizada por força-tarefa composta por fiscais dos Creci's da PB e SP, de combate a fraudes ao "Minha Casa Minha Vida", ...
203	03/11/2017	Construtora lança em Campina Grande empreendimento do Minha Casa Minha Vida	Paraíba Total	Mais de 250 corretores de Campina Grande e região estiveram reunidos nesta quarta-feira (01) no restaurante Boi e Brasa para o lançamento do ...
204	03/11/2017	CAE analisa fim de empréstimo 'oculto' do Banco Central ao Tesouro	Portal de Notícias do Senado Federal	O PLS 194/2012, de Ângela Portela (PDT-RR), condiciona o pagamento das parcelas do Minha Casa Minha Vida à existência de vagas suficientes, ...
205	03/11/2017	Golpe usa programa CNH Social para enganar usuários	VEJA.com	... para uma página no Facebook que contém posts sobre outros programas governamentais, como Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida.

206	03/11/2017	Com 250 corretores, MRV lança empreendimento em Campina Grande	WSCom online (liberação de imprensa) (Blogue)	O empreendimento está inserido dentro do Programa Minha Casa Minha Vida e a expectativa da construtora é que as vendas acompanhem o ...
207	03/11/2017	Para Elinaldo, intenção de incêndio criminoso na Seinfra era destruir documentos importantes	Bahia No Ar! (Blogue)	“Graças a Deus, a secretária Joselene Cardim tomou o cuidado de digitalizar todos os documentos do Minha Casa, Minha Vida e da obra do Rio ...
208	03/11/2017	JUIZA DE DIREITO DE MALHADOR ESCLARECE REINTEGRAÇÃO POSSE	Fax Aju	... concernentes à implementação de programa habitacional denominado Minha Casa, Minha Vida, de titularidade do Governo Federal e executado ...
209	03/11/2017	Famílias vistoriam residências do Residencial São Francisco em São Pedro	O Regional São Pedro/SP	... Construtora Ecovita, em parceria com a Caixa Econômica Federal, através do programa “Minha Casa, Minha Vida” e apoio da Prefeitura Municipal.

## ANEXO D

### PESQUISA EM MÍDIAS ELETRÔNICAS NO PERÍODO DE 03/11 A 23/11/2018

Nº	Data	Manchete	Veículo	Resenha
1.	23/11/18	Beneficiários do Minha Casa Minha Vida reclamam de atraso na entrega de apartamentos em ...	G1	Os beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida aguardam a entrega dos apartamentos de um dos lotes do residencial Córrego do Óleo em ...
2.	23/11/18	Inscritos no Minha Casa, Minha Vida passarão por exames e sorteios	O Tempo	As inscrições das famílias que serão beneficiadas pelo “Minha Casa, Minha Vida – Contagem”, bem como dos demais programas habitacionais do ...
3.	23/11/18	C. FED – Comissão aprova prioridades para leilão de imóvel de baixa renda do Minha Casa ...	Diário Indústria & Comércio	O Minha Casa Minha Vida possui quatro faixas de renda. A faixa 1 beneficia as famílias com renda mensal de até R\$ 1.800. O projeto é de autoria do ...
4.	23/11/18	Família em situação de risco social é obrigada a deixar imóvel pela Prefeitura de Cabo Frio, no RJ	G1	Duas mulheres e quatro crianças foram orientadas pela Assistência Social a ir para abrigo provisório nesta quinta-feira (22). Muro e parte da estrutura ...
5.	23/11/18	Após desastre com enchentes de 2008, Blumenau cria mecanismos para prevenir novas catástrofes	G1	Em novembro de 2010, os primeiros condomínios do Minha Casa Minha Vida foram entregues. A vida recomeçou para 900 famílias pessoas.
6.	23/11/18	Em 1 ano da gestão, Baldy entrega 1.200 casas por dia no Brasil e 73 em Goiás	Jornal Opção	Ele retomou as obras do programa habitacional, Minha Casa, Minha Vida – Modalidades Urbana e Rural, e realizou importantes avanços nas áreas ...
7.	23/11/18	Esquartejar Caixa vai levar Brasil ao caos social	Rede Brasil Atual	Isso porque o banco público, responsável pela gestão do FGTS e de programas sociais como o Minha Casa Minha Vida (MCMV), anunciou mais um ...
8.	23/11/18	1ª Feira Cultural do Empreendedor será realizada em Caruaru	G1	... de comercialização como uma das estratégias de sustentabilidade futura do empreendimento que faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida.

9.	23/11/18	Casa nova para mais 352 famílias de baixa renda	O Tempo	Os imóveis de Interesse Social vão beneficiar famílias da Faixa 1 do programa “Minha Casa, Minha Vida – Contagem”, com renda de até R\$ 1.800,00 ...
10.	23/11/18	Com mais 280 apartamentos, Município completa 1.264 moradias entregues	Diário Corumbaense	... foi construído por meio de parceria entre a Prefeitura de Corumbá, Governo do Estado e União, através do programa Minha Casa, Minha Vida.
11.	22/11/18	MPF apura irregularidades no Minha Casa Minha Vida em Beditinos	GP1	O Ministério Público Federal no Piauí abriu inquérito para investigar irregularidades na execução do programa Minha Casa Minha Vida em ...
12.	22/11/18	Mudança de regras para o distrato de imóveis voltará para a Câmara	Portal de Notícias do Senado Federal	... para deixar claro que as multas previstas não se aplicam a financiamentos da Caixa Econômica, como os do programa Minha Casa Minha Vida.
13.	22/11/18	Equipe de Bolsonaro sonda Russomanno para assumir Ministério das Cidades	Tribuna Online	Hoje ocupado por Alexandre Baldy (PP-GO), o Ministério das Cidades cuida de programas importantes como o Minha Casa, Minha Vida e tem um ...
14.	22/11/18	Itajaí terá novas moradias populares	DIARINHO	Para ser beneficiário no projeto Minha Casa Minha Vida é preciso ser morador de Itajaí e ter renda familiar máxima de R\$ 1,8 mil. O cadastro é ...
15.	22/11/18	Reunião define endereços de famílias sorteadas para apartamentos do Buriti Sereno, em ...	G1	Inicialmente, os prédios foram levantados com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida. Já a finalização foi feita a partir de R\$ 16,7 milhões do ...
16.	22/11/18	Imóveis têm descontos de até 30% na Black Friday	EXAME.com	Para um imóvel de R\$ 200 mil enquadrado no Minha Casa Minha Vida, a documentação custa cerca de R\$ 8 mil, mas com custo zero na Black Friday ...
17.	22/11/18	Comissão Interamericana de Direitos Humanos visita nove estados brasileiros	G1	... Governo Federal um financiamento pelo programa Minha Casa Minha Vida para comprar a área e construir as casas, mas até agora nada foi feito.

18.	22/11/18	Maricaenses lamentam saída dos médicos cubanos, que afeta 20 mil pessoas	Lei Seca Maricá (LSM)	... atendiam as unidades dos bairros Bambuí, Santa Paula, Marinelândia, e em postos nos dois condomínios do programa Minha Casa, Minha Vida, ...
19.	22/11/18	Prefeitura de Rio das Ostras envia representantes ao Ministério das Cidades para definir entrega ...	Portal Cidade 24h	Rio das Ostras está trabalhando para agilizar ao máximo a entrega das chaves das unidades do programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, ...
20.	22/11/18	Obras do Residencial Crixá, em São Sebastião, são vistoriadas nesta quinta (22)	Agência Brasília	O investimento soma R\$ 134.161,622,40, com R\$ 52 milhões oriundos do programa Minha Casa Minha Vida. O interesse social é o foco do ...
21.	21/11/18	Cerca de 200 apartamentos do Minha Casa, Minha Vida serão construídos em Votuporanga	Jornal A Cidade - Votuporanga	... de Condomínio Residencial Vertical Multifamiliar de Interesse Social enquadrado na Faixa 2 do programa Minha Casa, Minha Vida, “possibilitando, ...
22.	21/11/18	Minha Casa, Minha Vida: Residencial Conquista Park será entregue aos futuros moradores nesta ...	Blog do Anderson (Blogue)	A E2 Engenharia e Empreendimentos juntamente com a Caixa Econômica Federal, entregam logo mais às 19 horas desta terça-feira (20), o mais ...
23.	21/11/18	Parentes de radialista morto em Cabo Frio, RJ, vão a apartamento com escolta policial e ...	G1	... nesta terça-feira (20), o apartamento dele saqueado, no conjunto habitacional Minha Casa Minha Vida, no bairro Jardim Esperança, em Cabo Frio, ...
24.	21/11/18	Confira o prazo para formalizar o cadastro no Minha Casa Minha Vida	Portal R10 (Blogue)	O prazo para formalização do dossiê reserva para os 600 classificados convocados no Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) encerra dia 26 de ...
25.	21/11/18	Caixa indenizará por incêndio em imóvel financiado por fundo habitacional	Migalhas	Para concluir, o relator ressaltou que, “constatado que o contrato de financiamento vinculado ao Programa Minha Casa, Minha Vida atribui ao FGHab ...
26.	21/11/18	Equipe de Bolsonaro sonda Russomanno para assumir Ministério das Cidades	Folha de S.Paulo	Bolsonaro estuda transferir a gestão do Minha Casa, Minha Vida para a Caixa Econômica Federal, a fim de descentralizar o dinheiro do programa, ...



27.	21/11/18	Conheça histórias de quem foi atingido pela catástrofe de 2008 em Brusque	O Município	Hoje, mora em um apartamento no Cedrinho, do Minha Casa Minha Vida, onde não há risco de enchente. Na memória, no entanto, 2008 ainda está ...
28.	21/11/18	Repasse do Estado ao Hospital São José está atrasado	NSC Total (liberação de imprensa) (Blogue)	... o modelo tivesse sido adotado, os financiamentos para o Minha Casa, Minha Vida poderiam ser maiores (teto) para os municípios de menor porte.
29.	21/11/18	Mulher é presa suspeita de receptação de veículo	A Voz da Cidade	Os veículos, que tinham ocorrência de furto, estavam estacionados no pátio de um conjunto de apartamento do programa Minha Casa Minha Vida, ...
30.	21/11/18	Polícia Civil tenta prender traficantes	Diario do Vale	... os responsáveis por uma refinaria de drogas que funcionava num apartamento, no Condomínio Minha Casa, Minha Vida, no bairro Santa Cruz.
31.	20/11/18	Ministro das Cidades entrega 160 apartamentos do Minha Casa Minha Vida no Tocantins	AF Notícias	O primeiro lote de 160 apartamentos do Minha Casa Minha Vida - Entidades, do Residencial Parque da Praia, em Palmas, serão entregues pelo ...
32.	20/11/18	Ladrões rendem mulher e roubam celular em Rua de acesso ao 'Minha Casa, Minha Vida' de Inoã	Lei Seca Maricá (LSM)	Dois ladrões roubaram um celular de uma mulher Rua Leonardo José Antunes, no loteamento Bosque Fundo, em Inoã.
33.	20/11/18	Ex-locutor e síndico de condomínio morto a tiros em Cabo Frio é sepultado em Itaperuna, no RJ	G1	Carlos Antônio levou pelo menos três tiros no conjunto habitacional do programa "Minha Casa, Minha Vida", no bairro Jardim Esperança. Ainda de ...
34.	20/11/18	Com mais de 25 mil cadastros, inscrições para Colinas Douradas seguem até domingo (25)	VG Notícias	As inscrições para as famílias se cadastrarem no programa federal "Minha Casa, Minha Vida" para os sorteios de mil casas do Residencial Colinas ...
35.	20/11/18	Ministro das Cidades assina contrato de R\$ 40 milhões para mais 500 casas no Tocantins	AF Notícias	O Residencial Parque do Lago conta com 160 apartamentos, construídos pelo Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, Faixa 01 e fica ...

36.	20/11/18	Paraguai expulsa traficante brasileiro acusado de matar mulher em cela de prisão local	Folha de S.Paulo	O presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, expulsou o narcotraficante brasileiro Marcelo Fernando Pinheiro Veiga, conhecido como “Marcelo ...
37.	20/11/18	Setor imobiliário aposta na Black Friday da casa própria	Jornal O Dia (Blogue)	Neste mês, há ofertas que incluem unidades do programa habitacional 'Minha Casa Minha Vida' e imóveis oferecidos por leilão. Segundo Edson ...
38.	20/11/18	Vida Nova 1 e 2 voltam a ter água e esgoto	O Liberal	Os prédios, construídos por meio do programa Minha Casa Minha Vida, ficaram sem serviço de água e tratamento de esgoto por cinco dias após a ...
39.	20/11/18	Sindicato da Construção Civil da Paraíba tem boas expectativas com governo Bolsonaro	Paraíba Online	A Caixa Econômica Federal suspendeu a contratação de novas unidades do programa Minha Casa, Minha Vida para famílias com renda mensal de ...
40.	20/11/18	Sorteio de 120 apartamentos populares na Posse é realizado na próxima semana	Jornal Diário de Petrópolis Online	Além delas, também estão em fase final de construção 776 casas no Minha Casa Minha Vida no Vincenzo Rivetti. O programa ainda vai construir ...
41.	19/11/18	Consórcio Imobiliário	Caixa	Minha Casa Minha Vida · Minha Casa Melhor · Bolsa Família · FIES · Todos os programas ». Cadastros do governo. Cartão do Cidadão · CPF ...
42.	18/11/18	Ex-radialista é morto a tiros no condomínio 'Minha Casa, Minha Vida' em Cabo Frio	Clique Diário	O ex- radialista Carlos Antônio Campos Fróes, conhecido como Tony Fróes, de 53 anos, foi encontrado morto na tarde desta sexta-feira (16), ...
43.	18/11/18	Déficit habitacional e população de rua crescentes desafiam gestão Bolsonaro	Folha de S.Paulo	Durante a campanha, o então candidato falou pouco sobre habitação, mas gravou vídeo em que se comprometia a manter o Minha Casa Minha Vida ...
44.	18/11/18	Moradores que pagaram por muros que não foram construídos em Uberaba serão orientados em ...	G1	... e Terceirizações LTDA., que não construiu e não terminou muros em imóveis do “Minha Casa, Minha Vida” no Residencial Isabel do Nascimento.
45.	18/11/18	Chuva forte causa transtornos em cidades do noroeste paulista	G1	Várias casas do programa do Governo “Minha Casa, Minha Vida” foram destelhadas e ficaram alagadas no bairro Clementina Caldeira Brasão em ...

46.	18/11/18	Sobe para quatro o número de assassinatos em Volta Redonda no feriado	A Voz da Cidade	Já o outro homem foi identificado apenas como caio e foi morto em um condomínio no Minha Casa, Minha Vida. Os corpos foram encaminhados para ...
47.	18/11/18	Por uma luta desarmada	Carta Capital	... Minha Casa Minha Vida também. Mas esses programas não estimularam os moradores a confiar nas próprias forças e organizar uma comunidade ...
48.	18/11/18	Empresas começam a desembarcar no Porto Maravilha	Jornal Extra	... Federal para a construção de cinco mil unidades do programa habitacional popular “Minha casa, minha vida” na Região Portuária do Rio. Hoje ...
49.	18/11/18	Homem é encontrado morto a pedradas em São Gonçalo	O São Gonçalo	Segundo a Polícia Militar, a vítima foi encontrada com uma lesão na cabeça, dentro do condomínio 'Minha Casa, Minha Vida', na Rua Dr. Porciúncula ...
50.	18/11/18	Habitação tem pressa para assinar 3 contratos no ano	O Liberal	Os três empreendimentos são do programa Minha Casa, Minha Vida. Dois deles da Cooperteto: o Muro Azul, na Rua Maranhão, com 98 casas ...
51.	18/11/18	Prefeita participa com ministro das Cidades da entrega de 160 moradias nesta segunda, 19	Surgiu	A obra foi construída por meio do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal e de parcerias entre a Federação das Associações ...
52.	17/11/18	Ex-locutor é morto a tiros no condomínio 'Minha Casa, Minha Vida' em Cabo Frio, no RJ	G1	Crime ocorreu por volta das 16h desta sexta-feira (16) no conjunto habitacional, no bairro Jardim Esperança. Esta é a terceira morte violenta nos ...
53.	17/11/18	PM apreende drogas e dois adolescentes no 'Minha Casa, Minha Vida' de Inoã	Lei Seca Maricá (LSM)	Por Romário Barros- Uma operação da Polícia Militar na tarde desta sexta-feira, 16, apreendeu drogas e dois adolescentes no condomínio 'Minha ...
54.	17/11/18	Idosa é encontrada morta dentro de apartamento no 'Minha Casa, Minha Vida' de Itaipuaçu	Lei Seca Maricá (LSM)	Uma idosa foi encontrada morta no interior de um apartamento do condomínio 'Minha Casa, Minha Vida' de Itaipuaçu na noite desta sexta-feira, 16.
55.	17/11/18	Trabalhador bem informado é trabalhador respeitado: Cartões de Crédito e Minha Casa Minha ...	Diário prime	Começamos com o repasse de 500 milhões do FGTS para o programa Minha Casa Minha Vida; com vistas a possibilitar o cumprimento das metas de ...

56.	17/11/18	Casas populares em construção são invadidas em Monte Negro, RO	G1	Quarenta casas em construção do projeto Minha Casa Minha Vida em Monte Negro (RO), no Vale do Jamari, foram invadidas na quinta-feira (15).
57.	17/11/18	Governo Federal e Prefeitura de Palmas assinam contrato para construção de 500 casas	Jornal Opção	As casas viabilizadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida – Fundo de Arrendamento Residencial, Faixa 1, beneficia famílias com renda de até R\$ ...
58.	17/11/18	Relator do Orçamento eleva previsão de gasto com emendas parlamentares a R\$ 17,1 bi	UOL	... ligado ao programa Minha Casa, Minha Vida; de 130,9 milhões de reais para estudos, projetos e planejamento de infraestrutura de transportes no ...
59.	17/11/18	Concurso Nova Iguaçu-RJ: servidores poderão ter plano habitacional	FOLHA DIRIGIDA	O plano habitacional é vinculado ao Plano Nacional de Habitação – Programa Minha Casa, Minha Vida. O objetivo da Prefeitura de Nova Iguaçu é ...
60.	17/11/18	Polícia estoura refinaria com droga avaliada em R\$ 200 mil	A Voz da Cidade	... Polícia Civil da 93ª Delegacia de Polícia estouraram, após denúncia, uma refinaria de entorpecentes no condomínio do Minha Casa, Minha Vida.
61.	17/11/18	“Vamos congelar o valor da anuidade da OAB pelos próximos 3 anos”, diz Gedeon durante ...	Conexão Tocantins (liberação de imprensa)	Governo do Estado entrega obras do Minha Casa Minha Vida próximo à Praia das Arns. O Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades tem como ...
62.	16/11/18	Polícia encontra refinaria de drogas em condomínio do 'Minha Casa, Minha Vida' no interior do Rio	Jornal O Globo	A Polícia Civil encontrou nesta quarta-feira uma refinaria de drogas dentro de um condomínio do "Minha Casa, Minha Vida", na favela do Ingá, em ...
63.	16/11/18	Setor de construção discute destino de R\$ 500 milhões do Minha Casa, Minha Vida	Folha de S.Paulo	“Para fazer frente à estratégia de ter ao menos 70% dos empreendimentos voltados ao Minha Casa, Minha Vida, precisaremos de áreas que gerem ...
64.	16/11/18	Minha Casa Minha Vida: garantidos mais R\$500 milhões destinados a financiamento, saiba mais	Diário Prime	Minha Casa Minha Vida – Foram definidos mais 500 milhões de reais adicionais, autorizados pelo conselho curador do FGTS (Fundo de Garantia ...
65.	16/11/18	Prefeitura realiza sorteio de 69 unidades do Nico Baracat I	Mídia News	Seguindo com o processo de seleção das famílias inscritas no Minha Casa, Minha Vida, para contemplação das unidades habitacionais do Nico ...

66.	16/11/18	O construtor Andre Czitrom aposta em prédios populares no centro	Veja São Paulo	Desde 2009, o Minha Casa Minha Vida entregou 771 000 unidades em São Paulo. Entre 2017 e 2018, o aumento foi de 7,8%. “A chegada de novos ...
67.	16/11/18	Vida Nova 1 e 2 têm problema em redes de água e esgoto	O Liberal	Moram aproximadamente 5 mil pessoas no empreendimento, construído pelo Minha Casa, Minha Vida e inaugurado em dezembro de 2017.
68.	16/11/18	Prefeitura apresenta Residencial Balsa para famílias	O Liberal	O empreendimento contemplará o Programa Minha Casa Minha Vida faixa 1,5, que atende interessados cuja renda familiar bruta não ultrapasse seis ...
69.	16/11/18	Homem é atropelado por carro desgovernado em ponto de ônibus em Itaipuaçu	Lei Seca Maricá (LSM)	O ferido é morador do condomínio 'Minha Casa, Minha Vida' de Itaipuaçu. Ainda de acordo com informações, o motorista que causou o acidente ...
70.	16/11/18	Espaçolaser e Construtora Tenda inauguram espaços no Ventura	Paranashop (liberação de imprensa)	A construtora oferece apartamentos com entrada zero e financiamento pelo programa Minha Casa Minha Vida para quem tem renda a partir de ...
71.	16/11/18	Trabalhador bem informado é trabalhador respeitado: FGTS e INSS entre os destaques do feriadão	Diário Prime	O Programa Minha Casa Minha Vida foi suspenso pela Caixa, para a faixa de renda intermediária; saiba mais · INSS – Confira o salário-família, um ...
72.	15/11/18	Caixa libera R\$ 500 milhões para não suspender Minha Casa Minha Vida	VEJA.com	A Caixa Econômica Federal anunciou a aprovação de 500 milhões de reais para manter as contratações de novas unidades do Minha Casa Minha ...
73.	15/11/18	Manhuaçu: Convocação do Minha Casa Minha Vida	Jornal das Montanhas	A Prefeitura de Manhuaçu por meio da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social, convoca em caráter de URGÊNCIA os sorteados ...
74.	15/11/18	'Caixa resolveu seu problema de capital e não precisa mais de aportes', diz presidente do banco	G1	Nesta semana, a Caixa suspendeu, por falta de recursos, a contratação de novas unidades do programa Minha Casa Minha Vida na faixa 1,5, que ...
75.	15/11/18	Adquirentes de apartamentos não entregues fazem manifestação em frente à agência da Caixa	R7	Um grupo de moradores, proprietários de imóveis financiados pela Caixa Econômica Federal, dentro do programa Minha Casa Minha Vida (Faixa 1), ...

76.	15/11/18	Ajuste fiscal é compromisso dos governos do Nordeste, dizem governadores em carta	UOL	A carta que os governadores eleitos do Nordeste entregaram nesta quarta-feira, 14, à equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro afirma que o ajuste ...
77.	15/11/18	Cohagra e MP convocam moradores para darem andamento a processo	Jornal de Uberaba	... para acertar os detalhes de reunião com moradores de imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida marcada para a próxima quarta-feira (21).
78.	15/11/18	Aquisição de imóvel na planta: quais são suas vantagens?	Terra	"O financiamento Minha Casa Minha Vida, por exemplo, é conquistado com mais facilidade se o imóvel ainda estiver na planta, uma vez que as ...
79.	15/11/18	Leilão de imóveis da Caixa cresce 60%	Hoje em Dia	Ele ressalta, ainda, que contratos do Minha Casa, Minha Vida têm uma cláusula que garante uma carência no pagamento, caso o proprietário fique ...
80.	15/11/18	Pendências do MTST atrasam entrega de moradias	Diário do Grande ABC	O projeto conta com parceria do governo federal, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida. O empreendimento atenderá famílias cadastradas ...
81.	15/11/18	Moradores do Porto Madero I são orientados sobre manuseio de extintores de incêndios	Rondônia Dinâmica	... pelo Ministério das Cidades, para a execução do Trabalho Social realizado junto às famílias beneficiárias dos Programas Minha Casa Minha Vida.
82.	15/11/18	Caixa suspende contratação pelo Minha Casa, Minha Vida	Radioagência Nacional Mobile	A Caixa suspendeu a contratação de novas unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida para a faixa 1,5 voltada para famílias com ...
83.	14/11/18	Caixa suspende contratações na faixa 1,5 do Minha Casa, Minha Vida	G1	O orçamento do Minha Casa, Minha Vida para 2018 é de R\$ 57,4 bilhões. Até o momento, a Caixa informou que foram contratadas cerca de 4,7 ...
84.	14/11/18	Moradores do Recreio não querer 'Minha Casa Minha Vida' no bairro	Jornal O Globo	A Associação de Moradores do Recreio (Amor) se opõe à construção de um condomínio do Minha Casa Minha Vida na Av. Benvindo de Novais, no ...
85.	14/11/18	Caixa suspende Minha Casa Minha Vida para renda mensal até R\$ 2,6 mil	Seu Crédito Digital (Blogue)	Caixa suspende Minha Casa Minha Vida para faixa até R\$ R\$ 2,6 mil. As operações do programa Minha Casa, Minha Vida de financiamentos para ...

86.	14/11/18	Uso de terreno do Aeroclube para construção de habitacionais não é consenso	Diário de Pernambuco	O Minha Casa, Minha Vida não atende às famílias ribeirinhas que não têm condições de custear a mensalidade do apartamento, água e energia ...
87.	14/11/18	Construtora promove feirão com ofertas e atrativos para compra da casa própria	Jornal Extra	Por exemplo, há chance de compra pelo programa Minha Casa, Minha Vida, com subsídio de até R\$ 29 mil, dependendo da renda, descontos de até ...
88.	14/11/18	Bovespa recua guiado por Petrobras e TIM, com mercado à espera de novidades em Brasília	UOL	... para uma faixa subsidiada do Minha Casa Minha Vida, de acordo com o jornal Valor Econômico nesta terça-feira. TENDA e DIRECIONAL, que não ...
89.	14/11/18	Ibovespa Futuro segue bom humor externo e sobe; dólar cai	InfoMoney	A Caixa suspendeu a contratação de novas unidades do programa Minha Casa Minha Vida da faixa 1,5 por falta de recursos para o programa, o que ...
90.	14/11/18	Morro do Bumba ainda tem casas em situação de risco	Jornal O Globo	Destes, 120 foram para o residencial do Minha Casa Minha Vida Venda da Cruz, onde estão pagando entre R\$80 e R380 de aluguel. Desabrigados ...
91.	14/11/18	Mercado se frustra com Previdência e dólar vai a R\$ 3,83	Folha de S.Paulo	... Econômica Federal para a faixa 1,5 do programa Minha Casa Minha Vida. O segmento é voltado para famílias com renda de até R\$ 2.600 e recebe ...
92.	14/11/18	Na proposta de orçamento 2018, o Bolsa Família perde R\$ 15 bilhões	A Tarde On Line	Estamos aguardando que o governo sinalize para a manutenção de R\$ 1 bilhão para o Minha Casa, Minha Vida e mais R\$ 1,6 bilhão para a ...
93.	13/11/18	Caixa suspende contratação de novas unidades do Minha Casa Minha Vida faixa 1,5	Diário de Pernambuco	A Caixa suspendeu a contratação de novas unidades do programa Minha Casa Minha Vida da faixa 1,5 por falta de recursos para o programa.
94.	13/11/18	Sobreviventes do Morro do Bumba dependem de aluguel social de R\$ 400 e moram em áreas de ...	G1	No Bumba, a maior parte das famílias recebeu novas casas em condomínios do Minha Casa, Minha Vida. Mas ainda há moradores que dependem ...
95.	13/11/18	Servidores da rede podem participar de feirão de imóveis e realizar o sonho da casa própria	Secretaria da Educação do Estado de São Paulo	... públicos e beneficiários do auxílio-moradia consigam comprar imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida em diversos municípios paulistas.

96.	13/11/18	Adolescente que vivia em galinheiro é emancipada para ter direito a benefício social	Yahoo Noticias Brasil	Auxiliada por assistentes sociais, conseguiu uma moradia pelo Minha Casa, Minha Vida, mas não pode assinar o contrato por ser menor de idade.
97.	13/11/18	Em Uberaba, famílias em situação de vulnerabilidade recebem casas da Cohagra em caráter ...	G1	Os imóveis concedidos são do programa "Minha Casa, Minha Vida", nos bairros Pacaembu e Copacabana, que foram retomadas por situações ...
98.	13/11/18	Beneficiários do Residencial Parque da Praia assinam contrato com a Caixa Econômica Federal	Conexão Tocantins	Os beneficiários do primeiro lote, composto por 160 apartamentos, do Minha Casa Minha Vida - Entidades, Faixa 01, do Residencial Parque da ...
99.	13/11/18	PF desarticula quadrilha que fraudava empréstimos da Caixa no DF	G1	o Moveiscard, voltado para compra de móveis e bens de consumo duráveis, exclusivo para correntistas e beneficiários do Minha Casa, Minha Vida; ...
100.	13/11/18	Zona Norte ganhará 1,9 mil moradias	JCNET - Jornal da Cidade de Bauru	A Prefeitura Municipal de Bauru irá contratar 1.900 novas unidades habitacionais pelo programa Minha Casa Minha Vida. As moradias vão beneficiar ...
101.	13/11/18	Pai de deputado estadual é procurado pela Polícia por suspeita de crime ambiental em Araguaína	Jornal do Tocantins	A entrega dos 160 apartamentos do Residencial Parque da Praia, obra do Programa Minha Casa Minha Vida, não aconteceu devido o falecimento ...
102.	13/11/18	Com aporte de R\$ 2,5 milhões, governo garante 196 casas no norte de MS	Campo Grande News	... do Sul (321 km), financiadas com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida e que representam investimento total de R\$ 15,9 milhões.
103.	11/11/18	Mulher é assaltada na via de acesso ao condomínio 'Minha Casa, Minha Vida' de Inoã	Lei Seca Maricá (LSM)	Por Mauro Luís- Uma mulher foi assaltada na tarde desta sexta-feira, 10, na Rua Leonardo José Antunes, via de acesso ao condomínio 'Minha Casa, ...
104.	11/11/18	PMT divulga lista de 600 classificados no Minha Casa Minha Vida	Meionorte.com	Os inscritos no Programa Minha Casa Minha Vida, em cadastro realizado no ano de 2014, ganham nova oportunidade de serem contemplados com ...
105.	11/11/18	Invasores do Jequitibá cobram solução da Prefeitura de VG para financiarem imóvel	VG Notícias (liberação de imprensa) (Blogue)	Os moradores que invadiram o Residencial Jequitibá, do programa "Minha Casa, Minha Vida", localizado na rodovia Mário Andreazza, em Várzea ...



106.	11/11/18	'A gente virou estatística', diz mãe de criança com microcefalia, três anos após nascimento na PB	G1	Nos fins de semana, vai para o apartamento que ganhou do programa Minha Casa, Minha Vida, no Colinas do Sul. Fora essa ajuda, Camila recebe ...
107.	11/11/18	Tidos como extintos, índios charrua sobreviveram 'invisíveis' por décadas e hoje lutam por ...	G1	... impostos pela legislação ambiental e à burocracia do programa de financiamento escolhido inicialmente, o Minha Casa Minha Vida - Entidades.
108.	11/11/18	Cohab transfere local do Cadastro de Interessados em Moradia	ACidade ON	... haverá um atendimento reduzido, preferencialmente para as pessoas enquadradas na Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), ...
109.	11/11/18	Governador autoriza construção de 196 casas em Paranaíba e Chapadão do Sul	Correio do Estado	... do Sul estão entre os quatro projetos selecionados recentemente pelo Ministério das Cidades, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida.
110.	11/11/18	Governador autoriza nesta 2ª-feira construção de 196 casas no norte de MS	Campo Grande News	Juntos, os empreendimentos totalizam R\$ 15,9 milhões, em recursos do Ministério das Cidades (pelo programa Minha Casa, Minha Vida) e R\$ 2,4 ...
111.	11/11/18	Estado do AM tem prejuízo de R\$ 47 mi com a entrada ilegal de cigarros, diz estudo	Jornal A Crítica	Esse valor poderia, por exemplo, ser revertido para construção de mais de 360 casas populares do Programa Minha Casa Minha Vida. Nos últimos ...
112.	10/11/18	Moradores do Conjunto Muribeca recebem apartamentos do Minha Casa, Minha Vida no Grande ...	G1	Nesta sexta-feira (9), 1,4 mil famílias receberam apartamentos no Conjunto Residencial Fazenda Suassuna, construído pelo programa Minha Casa, ...
113.	10/11/18	Últimos dias para entrega de documentos do Minha Casa, Minha Vida	O Imparcial	Últimos dias para que os contemplados como titulares no sorteio do Minha Casa, Minha Vida entreguem os documentos exigidos pela Prefeitura.
114.	10/11/18	Governo do Estado entrega obras do Minha Casa Minha Vida nesta segunda-feira	O Girassol	O primeiro lote de 160 apartamentos do Minha Casa Minha Vida - Entidades, do Residencial Parque da Praia, na ALC-NO 33, HM 01, próximo à ...

115.	10/11/18	MRV testa carro elétrico no Minha Casa, Minha Vida	Valor Econômico	Por Chiara Quintão   De São Paulo. A MRV Engenharia anunciou ontem iniciativa para compartilhamento de carro elétrico em seus ...
116.	10/11/18	Ex-Policial Civil, procurado por homicídio, é preso no 'Minha Casa, Minha Vida' de Itaipuaçu	Lei Seca Maricá (LSM)	Um ex-policial civil, procurado pelo crime de homicídio no bairro de Jacarepaguá, no Rio, foi preso na tarde desta sexta-feira, 9, no condomínio ...
117.	10/11/18	PM dá prejuízo de R\$ 10 Mil no tráfico de drogas do 'Minha Casa, Minha Vida' de Inoã;	Lei Seca Maricá (LSM)	Exclusivo Por Romário Barros- Uma operação da Polícia Militar na noite desta sexta-feira, 9, deu um prejuízo estimado em R\$ 10 Mil (Dez Mil Reais) ...
118.	10/11/18	Grupo que usava drone para vigiar polícia é preso no Ceará; quadrilha vendia drogas e remédios ...	G1	Um grupo que expulsava moradores de um condomínio em Fortaleza e além de participar de ações criminosas foi preso pela Polícia Civil do Ceará ...
119.	10/11/18	Menor casal do mundo faz sucesso na web com vídeos sobre a rotina: 'Amamos compartilhar'	G1	... imagens acima) o casal faz um "tour" pelo imóvel que está em construção e foi adquirido após um sorteio do programa "Minha Casa, Minha Vida".
120.	10/11/18	Paraguai monta proteção a procuradora após ameaça do Comando Vermelho	Folha de S.Paulo	O governo do Paraguai montou um esquema especial para proteger a procuradora-geral do país, Sandra Quiñonez. Ela foi ameaçada em um vídeo ...
121.	10/11/18	Sonegação de FGTS ameaça segurança de trabalhadores e empresas	Diário do Nordeste	... poder contar com os descontos fornecidos pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. "E a fonte de recursos do Minha Casa é justamente o FGTS".
122.	09/11/18	Operação da PM prende traficante no "Minha Casa, Minha Vida" de Inoã	Lei Seca Maricá (LSM)	Exclusivo por Mauro Luís- Uma operação envolvendo Policiais Militares do Patrulhamento Tático Móvel (PATAMO) e do Destacamento de ...
123.	09/11/18	Nova convocação para moradias do "Minha Casa, Minha Vida" em Cachoeiro	www.aquinoticias.com (Blogue)	Duzentas pessoas entre as inscritas no programa Minha Casa, Minha Vida, em Cachoeiro, estão sendo convocadas pela prefeitura para a etapa de ...
124.	09/11/18	"Meu elétrico, minha vida"? Projeto quer carro elétrico em prédio popular	UOL	... rendas, com cotas compatíveis com o programa "Minha Casa, Minha Vida", nos quais carros elétricos poderão ser compartilhados pelos moradores ...

125.	09/11/18	Dragagem da Prefeitura evita transbordamento de rios e canais em Maricá	Lei Seca Maricá (LSM)	... Região Central de Maricá, do Rio Taquaral, Rio Bambu e do Canal da Fazenda, no entorno do condomínio 'Minha Casa, Minha Vida' de Itaipuaçu.
126.	09/11/18	Sonegação de FGTS ameaça segurança de trabalhadores e empresas	Diário do Nordeste (Blogue)	... com as taxas de juros de mercado existentes, além de não poder contar com os descontos fornecidos pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.
127.	09/11/18	Tenda: lucro líquido vai a R\$ 64,4 milhões no 3º tri, expansão de 109,8%	EXAME.com	São Paulo – A Tenda, construtora e incorporadora com foco no Minha Casa Minha Vida (MCMV), fechou o terceiro trimestre de 2018 com lucro ...
128.	09/11/18	Casa Ademi: espaço de oportunidades	Jornal Correio	... populares e de alto padrão, o Salão traz facilidades também para financiamentos e participação de programas como o Minha Casa Minha Vida.
129.	09/11/18	Tenda: lucro líquido vai a R\$ 64,4 milhões no 3º trimestre, expansão de 109,8%	Istoe	A Tenda, construtora e incorporadora com foco no Minha Casa Minha Vida (MCMV), fechou o terceiro trimestre de 2018 com lucro líquido de R\$ 64,4 ...
130.	09/11/18	Via 710 terá trecho entregue em dezembro; obra se arrasta por 4 anos em BH	Bhaz	“O chamamento Público do Minha Casa, Minha Vida foi assinado em junho e a empresa tem o prazo de 10 meses para a execução do projeto.”
131.	09/11/18	Famílias do São Francisco de Assis devem receber casas até o fim de ano	DIARINHO	A reunião vai tratar do fim do processo e da entrega do empreendimento, que foi financiado através do Programa Minha Casa Minha Vida.
132.	08/11/18	Candidatos ao programa 'Minha Casa, Minha Vida' são cadastrados em Valadares	G1	Candidatos ao programa 'Minha Casa, Minha Vida' são cadastrados em ... beneficiários do programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”.
133.	08/11/18	Juiz emancipa jovem que morou em galinheiro para ela ter direito ao Minha Casa Minha Vida	Gazeta do Povo	Órfã de pai e abandonada pela mãe, a garota vive sozinha desde os 11 anos e chegou a morar em um galinheiro à beira da BR-330. Aos 13 anos ...

134.	08/11/18	Acredite se quiser: aumento do Judiciário vai custar Minha Casa Minha Vida e o Luz Para Todos ...	Diário do Centro do Mundo - De Severino Motta no BuzzFeed Brasil.	Aprovado pelo Senado na noite desta quarta-feira (7), o aumento para os ministros do STF custará pelo ...
135.	08/11/18	'O que era sonho virou pesadelo'	Folha de Londrina (Blogue)	Hoje, ela recebe Bolsa Família e reside em um apartamento do programa Minha Casa, Minha Vida no Vista Bela, na zona norte. Nesta semana Lima ...
136.	08/11/18	Infiltrações, rachaduras e falta de infraestrutura dificultam a vida em residencial de Araraquara	G1	“A gente pede que o município verifique quais atendem aos critérios do programa 'Minha Casa, Minha Vida' para que a Caixa possa fazer contratos ...
137.	08/11/18	Justiça decreta prisão de milicianos da região metropolitana do Rio	EBC	A Polícia Civil, em diligência requisitada pelo Ministério Público no Condomínio Safira 2, do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, no dia ...
138.	08/11/18	Mutuários buscam acordos para garantir consertos em imóveis	Folha de Londrina (Blogue)	Em Londrina, grande parte dos processos que tramitam na Justiça Federal envolve mutuários beneficiados pelo programa Minha Casa, Minha Vida.
139.	08/11/18	Famílias com renda de até R\$ 1,8 mil podem fazer inscrições para casas de programa social em ...	G1	... 1 e 2, que estão sendo construídas por meio do programa “Minha casa, minha vida” e devem beneficiar famílias com renda de até R\$ 1,8 mil.
140.	08/11/18	MRV tem lucro quase 14% menor no 3º tri, mas vê resultados melhores até fim do ano.	Jornal Extra	... construtora aposta na continuação do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), apesar dos atuais esforços da União para reduzir o déficit fiscal.
141.	08/11/18	Secretário de Governo nega perseguição a vereadores anuncia reunião	Cidadeverde.com	O Programa Minha Casa Minha Vida teve uma pequena interrupção e com isso onerou a despesa da assistência social do município. A secretaria de ...
142.	07/11/18	O Minha Casa Minha Vida é alternativa mais viável para muitas famílias, saiba detalhes	DiárioPrime.com.br (Blogue)	O “Programa Minha Casa Minha Vida“ pode ser uma solução de moradia para a maioria do povo brasileiro. Dentro do cenário nacional é a ...
143.	07/11/18	Prefeitura propões nova modalidade do MCMV ao Governo Federal	Meionorte.com	Então estamos buscando assumir esse pioneirismo ao propor um novo modelo ao Minha Casa Minha Vida, mantendo os benefícios da habitação ...

144.	07/11/18	Fortaleza terá empreendimento imobiliário que une conforto, segurança e lazer a preço acessível	Terra	Por meio do Minha Casa Minha Vida, do governo federal, é possível comprar um apartamento de qualidade, com parcelas que cabem no bolso e ...
145.	07/11/18	Barra Mansa realiza primeira edição da Semana do Cadastro Único	G1	... Minha Casa Minha Vida, ID Jovem, Carteira do Idoso, Isenção de Concurso Público, Benefício de Prestação Continuada para idosos e deficientes, ...
146.	07/11/18	Caixa revoga aumento da mensalidade do Saúde Caixa	Sindicato dos Bancários SP	... que mostra à sociedade que não tem sentido privatizar a Caixa e acabar com programas sociais como o Minha Casa, Minha Vida. "Ao contrário do ...
147.	07/11/18	Sem propostas, fracassa o leilão para venda das Torres da Argon	O VALE (liberação de imprensa) (Blogue)	Os imóveis possuem 48 metros quadrados e foram destinados pelo Minha Casa Minha Vida. Os preços variavam entre R\$ 177 mil e R\$ 190 mil.
148.	07/11/18	Investimentos em Itororó: Souza Gomes entrega o Residencial Gameleira beneficiando 150 famílias	Blog do Anderson (Blogue)	O primeiro empreendimento habitacional via Minha Casa, Minha Vida, foi entregue pela Prefeitura Municipal de Itororó e a Souza Gomes ...
149.	07/11/18	Construtoras usam imóveis baratos para sair da crise	Vídeos Band (liberação de imprensa) (Blogue)	Os imóveis mais baratos alavancaram as vendas das construtoras, principalmente na modalidade Minha Casa Minha Vida. 06/11/2018 - 0 ...
150.	07/11/18	Casas são demolidas e outras notificadas em Nova Brasília de Itapuã	A Tarde On Line	"Sou inscrita no (programa federal) Minha Casa Minha Vida, mas até o momento não fui contemplada", disse ela, acrescentando que "eles (os fiscais ...
151.	07/11/18	Militantes dizem como se contrapor ao discurso de ódio e às práticas violentas	Brasil de Fato	... gente consiga manter o que conquistamos, como as cotas nas universidades públicas e programas como Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família, ...
152.	06/11/18	Operação da PM apreende drogas no 'Minha Casa, Minha Vida' de Inoã	Lei Seca Maricá (LSM) Por Mauro Luís-	Policiais Militares da 6ª Companhia de Maricá apreenderam uma farta quantidade de drogas no final da tarde desta segunda-feira, 5, ...

153.	05/11/18	Setor se surpreende com fim de isenção do Minha Casa Minha Vida e busca saída	Folha de S.Paulo	O fim de um benefício tributário para empreendimentos do Minha Casa Minha Vida passou despercebido pelo setor de construção que tenta, agora, ...
154.	05/11/18	PATAMO prende acusado de tráfico de drogas no 'Minha Casa, Minha Vida' de Inoã	Lei Seca Maricá (LSM) Por Mauro Luis-	Policiais Militares do Patrulhamento Tático Móvel (PATAMO) da 6ª Companhia de Maricá prenderam um homem acusado de tráfico ...
155.	05/11/18	Jovem que morou em galinheiro é emancipada para entrar no Minha Casa Minha Vida	Juristas (liberação de imprensa) (Blogue)	A jovem, com o apoio de uma assistente social, foi contemplada com uma casa no programa Minha Casa Minha Vida, mas na hora de receber a ...
156.	05/11/18	Aprovado a aplicação de 25% dos recursos do Minha Casa Minha Vida em cidades pequenas	Aqui Acontece	A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, em caráter conclusivo e em forma de substitutivo, projeto de lei, de ...
157.	05/11/18	Décimo terceiro pode ser usado para a compra da casa própria	Jornal Extra	... com campanha de ITBI e registro grátis para quem fechar a compra de uma das unidades dos empreendimentos, pelo Minha Casa, Minha Vida.
158.	05/11/18	Leilão que pedia R\$ 8,6 milhões por torres abandonadas termina sem lances em São José.	G1	... programas habitacionais, como o 'Minha Casa, Minha Vida' e a entrega de oito imóveis do complexo para a prefeitura criar escritórios de startups.
159.	05/11/18	Famílias formam filas no primeiro dia de inscrições do residencial Colinas Douradas	VG Notícias (liberação de imprensa) (Blogue)	... de Várzea Grande na manhã desta segunda-feira (05.10), para fazerem as inscrições do programa federal "Minha Casa, Minha Vida", que sorteará ...
160.	05/11/18	Armas apreendidas com milicianos eram usadas na Costa Verde	Diario do Vale	Durante diligência requisitada pelo Ministério Público estadual no Condomínio Safira 2, do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, em ...
161.	05/11/18	5 ministérios que devem sumir do mapa e vão acabar no governo de Bolsonaro	Gazeta do Povo	O Ministério das Cidades conduz políticas públicas de peso como o Minha Casa Minha Vida na área de habitação e a expansão do saneamento ...

162.	04/11/18	Juiz emancipa jovem que morou em galinheiro para entrar no Minha Casa Minha Vida	Jornal GGN	... Guimarães Filho emancipou uma jovem de 17 anos para que ela pudesse ser contemplada com uma casa no programa Minha Casa Minha Vida.
163.	04/11/18	PM apreende carga de drogas e revólver no 'Minha Casa, Minha Vida' de Inoã	Lei Seca Maricá (LSM) Exclusivo por Mauro Luis	- Uma operação da Polícia Militar na madrugada deste domingo, 4, apreendeu uma carga de drogas e um revólver no ...
164.	04/11/18	Qual a importância do Ministério das Cidades para a política urbana no Brasil	Nexo	Com o lançamento do programa Minha Casa, Minha Vida, em 2009, o programa habitacional, sediado no Ministério das Cidades, se tornou uma das ...
165.	04/11/18	Mais de 900 famílias já foram beneficiadas com o “Minha Casa, Minha Vida” em Canaã dos Carajás	Portal Canaã	O “Minha Casa, Minha Vida”, programa do Governo Federal que já contemplou mais de 900 famílias em Canaã, é uma das iniciativas que exigem o ...
166.	04/11/18	Balanços das incorporadoras para baixa renda terão melhor desempenho	Valor Econômico	... (FGTS), no fim de setembro, tenham impactado vendas e repasses de unidades enquadradas no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida.
167.	04/11/18	Novo governo manterá a estrutura do programa de investimentos de Temer	Folha de S.Paulo	... recursos do Orçamento. Neste ano, serão R\$ 27 bilhões para investimentos, incluindo obras de programas sociais como o Minha Casa, Minha Vida ...
168.	04/11/18	Novo limite do SFH não terá impacto para o setor	Folha de Pernambuco	“Em Pernambuco, metade do que é construído é destinado às faixas contempladas pelo programa Minha Casa Minha Vida. Por isso, o fato é que ...
169.	04/11/18	Creche e escola serão construídas no Residencial São Benedito em Várzea Grande	VG Notícias (liberação de imprensa) (Blogue)	... investimento em escola, creche e demais equipamentos públicos aos moradores de conjuntos habitacionais ligados ao Minha Casa, Minha Vida.
170.	04/11/18	Penápolis terá amanhã orientações sobre TV digital	Folha da Região	... beneficiárias de programas sociais, como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Tarifa Social de Energia Elétrica, dentre outros, têm direito ao kit.

171.	04/11/18	Mais um traficante é preso nesta noite em ação do PPT	Rádio Cidade	Desta vez o alvo foi um apartamento no residencial Minha Casa Minha Vida do bairro Cedrinho. Após receber denúncias, por volta das 23h30, ...
172.	03/11/18	Juiz emancipa jovem que morou em galinheiro para entrar no Minha Casa Minha Vida	JOTA.info	Em decisão incomum, o juiz Luciano Ribeiro Guimarães Filho emancipou uma jovem de 17 anos para que ela pudesse ser contemplada com uma ...
173.	03/11/18	Dividir a vida com lápides de cemitério é rotina em bairro pobre na Grande SP	Folha de S.Paulo	Um deles chamado “Minha Casa Minha Vida Conjunto Miguel Costa”, deve abrigar cerca de 200 famílias e está previsto para ter início das entregas ...
174.	03/11/18	Agehab inicia processo para construção de terceira parte do Residencial João Paulo II	Diário de Goiás	... construídas numa parceria do Governo de Goiás, com recursos do Cheque Mais Moradia, e governo federal (programa Minha Casa Minha Vida), ...
175.	03/11/18	Santo Amaro ganha novo Centro Comunitário de capacitação e formação para a comunidade	Surgiu	... inclusive a construção de 240 unidades habitacionais através do Programa Minha Casa Minha Vida com mais 21 milhões em investimentos.
176.	03/11/18	Prefeitura faz pesquisa entre moradores para saber tipo de quadras vão ser construídas em ...	Alberto Sanarelli Júnior	“Essa demanda foi identificada durante os trabalhos de pós-ocupação entre os beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, realizado pela ...
177.	03/11/18	Câmara de Manhuaçu aprova projetos e recebe visita da Prefeita e Secretária de Saúde	Jornal das Montanhas	Reivindica a construção de Unidade Básica de Saúde (UBS), escola e creche no conjunto habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida, ...



## **ANEXO E**

### **Roteiro de perguntas:**

Você gosta de viver aqui?

É melhor viver aqui que onde você morava antes? Por quê?

Quais os problemas que você enfrenta nessa moradia?

Quais são os problemas que você acha que o condomínio apresenta?

Você prefere morar em casa ou apartamento?

Você pretende mudar para outro lugar?

O que que gera mais sofrimento, que gera mais alegria?

Você se sente protegido?

Existem associações? Você participa de algumas associações, movimentos ou coletivos?

Você participa das reuniões de condomínio? Por quê?

Você conhece seus vizinhos?

Se você tivesse algum problema de saúde, você acha que seus vizinhos ajudariam?

Já teve algum problema, brigas, já presenciou brigas de vizinhos?

Conte-me sobre como era sua vida onde morava antes, e o que que mudou?

Onde os filhos estudam? Onde ela faz compra? Onde passeia?

Onde faz suas atividades, no condomínio, ou fora dele?

Tem amizades no condomínio?

Realizam festas do condomínio, atividades coletivas? Como era antes e como é agora?

Como você sente em relação ao fato de ter casa própria? De que forma isso o afeta?

## **ANEXO F**

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa: A vida comunitária em condomínios, sob a responsabilidade da pesquisadora Regina Paulinelli, a qual pretende realizar análise sobre as relações comunitárias existentes no Condomínio do bairro de Pimentas no município de Guarulhos/São Paulo.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista com perguntas relacionadas ao sentimento de pertencimento à comunidade e às participações em eventos de interesses coletivos, a ser realizada no espaço coletivo do condomínio. Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são de baixa intensidade e podem resultar de uma possível incompreensão sobre o objetivo da entrevista, fator esse, que pode ser identificado e tratado imediatamente, na medida em que esteja transcorrendo a entrevista.

Se você aceitar participar, estará contribuindo para compreender melhor as relações comunitárias em condomínios, podendo resultar em mobilização para a efetiva participação em eventos de interesse coletivo, e consequentemente possibilitar um exercício de cidadania ativa. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço: Rua Dr. Vila Nova, 228 – Vila Buarque – São Paulo/SP, pelo telefone (11) 99372-2565, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – PUC-SP, na Rua Monte Alegre, 984 – Perdizes – São Paulo/SP, telefone (11) 3670-8000.

## Consentimento Pós-Informação

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

---

Assinatura do participante

---

Assinatura do pesquisador responsável

## ANEXO G



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DE SÃO PAULO -  
PUC/SP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A vida comunitária no condomínio do Programa Minha Casa Minha Vida "Pimentas 2"

**Pesquisador:** REGINA PAULINELLI

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 88922918.1.0000.5482

**Instituição Proponente:** Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC/SP

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.693.562

#### Apresentação do Projeto:

A pesquisa busca identificar o senso de comunidade existente no Condomínio Minha Casa Minha Vida do município de Guarulhos/São Paulo, trabalhando com aspectos da vida comunitária, a partir da análise psicossocial em dois pontos: 1) os sentimentos de pertencimento ao território; 2) as participações públicas.

#### Objetivo da Pesquisa:

Esta pesquisa tem como objetivo geral a análise psicossocial das relações entre os moradores do condomínio do Minha Casa Minha Vida "Pimentas 2", com enfoque na análise do estabelecimento das relações comunitárias estabelecidas.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Com bastante lucidez, a pesquisadora observa que: "Os riscos para os participantes são de baixa intensidade e podem resultar de uma possível incompreensão sobre o objetivo da entrevista, expondo questões pessoais sobre os vizinhos do condomínio. Fator esse, que pode ser identificado e tratado imediatamente, na medida em que esteja ocorrendo a entrevista". Tal clareza já é, por si só, uma garantia de que os cuidados éticos envolvendo os pesquisados serão tomados pela pesquisadora.

Endereço: Rua Ministro Godói, 960 - sala 63 C

Bairro: Perdizes

CEP: 05.015-001

UF: SP

Município: SÃO PAULO

Telefone: (11)3670-8486

Fax: (11)3670-8486

E-mail: cometica@puccp.br



Continuação do Parecer: 2.693.562

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Não há comentários específicos.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Satisfatórios. Ver recomendação a seguir.

**Recomendações:**

No caso do TCLE de analfabetos, o consentimento pode ser comprovado por meio de testemunhas, áudio ou vídeo. Avaliar o uso de um desses mecanismos no lugar da Impressão do dedo polegar - que pode causar constrangimento a alguns entrevistados.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há pendências ou inadequações.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1104813.pdf	12/04/2018 23:38:25		Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	12/04/2018 23:31:37	REGINA PAULINELLI	Aceito
Outros	Parecer_merito_academico.pdf	12/04/2018 23:29:26	REGINA PAULINELLI	Aceito
Outros	Oficio.docx	12/04/2018 23:28:23	REGINA PAULINELLI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa.pdf	12/04/2018 23:05:28	REGINA PAULINELLI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	12/04/2018 23:03:05	REGINA PAULINELLI	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 63 C  
Bairro: Perdizes CEP: 05.015-001  
UF: SP Município: SÃO PAULO  
Telefone: (11)3670-8468 Fax: (11)3670-8468 E-mail: cometica@pucsp.br



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DE SÃO PAULO -  
PUC/SP



Continuação do Parecer 2.020.502

SAO PAULO, 05 de Junho de 2018

---

Assinado por:  
Antonio Carlos Alves dos Santos  
(Coordenador)

Endereço: Rua Ministro Godói, 969 - sala 83 C  
Bairro: Perdizes CEP: 05.015-001  
UF: SP Município: SAO PAULO  
Telefone: (11)3670-8466 Fax: (11)3670-8466 E-mail: cometica@puosp.br